



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

REGIVALDA RAIMUNDA DE SOUSA

**ENTRE A IGREJA E O BAR: UMA LEITURA, SOB O SIGNO DO SAGRADO E DO  
PROFANO, DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES DE ALAGOINHA DO PIAUÍ DA  
DÉCADA DE 1970 A 1990.**

PICOS-PI

2017

REGIVALDA RAIMUNDA DE SOUSA

**ENTRE A IGREJA E O BAR: UMA LEITURA, SOB O SIGNO DO SAGRADO E DO  
PROFANO, DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES DE ALAGOINHA DO PIAUI  
DA DÉCADA DE 1970 A 1990.**

Monografia apresentada ao curso de  
Licenciatura Plena em História,  
da,  
Universidade Federal do Piauí, Campus  
Senador Helvídio Nunes de Barros, Como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima  
dos Santos

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S725e** Sousa, Regivalda Raimunda de  
Entre a igreja e o bar: uma leitura, sob o signo do sagrado e do profano, dos espaços de sociabilidades de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a 1990 / Regivalda Raimunda de Sousa. – 2017.  
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (178 f.)  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)-  
Universidade Federal do Piauí., Picos, 2018.  
Orientador(a): Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos

1. Alagoinha do Piauí. 2. Sagrado x Profano. 3. Espaço de Sociabilidade. I. Título.

**CDD 981.22**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos seis (06) dias do mês de dezembro de 2017, no Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **REGIVALDA RAIMUNDA DE SOUSA** sob o título **Entre a igreja e o bar: uma leitura, sob o signo do sagrado e do profano, dos espaços de sociabilidades de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a 1990.**

#### A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos  
Examinadora 1: Pro<sup>f</sup>. Ms. Carla Silvino de Oliveira  
Examinador 2: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 06 de dezembro de 2017.

Orientador (a): Raimundo Nonato Lima dos Santos  
Examinador (a) 1: Carla Silvino de Oliveira  
Examinador (a) 2: Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Ao pai eterno, grandioso,  
A santa virgem, mãe amada.  
A minha família querida  
Pelos céus abençoada.  
Aos amigos verdadeiros.  
Companheiros de jornada.  
Aos mestres, guias, soberanos,  
Plataforma venerada.  
Aos meus avôs (in memoriam)  
Por cada lição herdada.  
E ao meu lindo sobrinho;  
Aquele que esta com Deus  
A estrela mais amada

## AGRADECIMENTOS

A princípio era um sonho. Era uma quimera tão distante, tão impossível, que nem mesmo eu poderia crer que se tornaria real. Muitas foram as vozes que me pediram para desistir. Contudo não desisti, não parei, aprendi a enxergar além dos olhos (o sensível, o imaginário), se almejei algo difícil, para a minha capacidade e as minhas poucas condições, Deus facilitou minhas batalhas, apontando-me o caminho mais sereno e guiando-me até pessoas de alma nobre que colaboraram para que o impossível acontecesse: A neta de um humilde repentista e filha de um humilde agricultor chegar aos pés do trono de Clio.

E aqui chegando, lembrando de cada passo dado nessa enorme caminhada, resta-me fazer o que é próprio do ser humano, quando esse reconhece a importância do outro em sua vida, e que é também divino, pois assim diz o senhor “em tudo dai graças”. Resta-me então dar graças, agradecer aqueles que iluminaram meu caminho.

E, antes de tudo e além de todos, dou graças a Deus! A ele toda honra e toda glória, por me permitir existir, por acompanhar meus passos, por me carregar nos braços. Sei que quando tudo me faltou, nunca me faltaste. Deus compreendeu o meu silêncio e salvou a minha vida sempre que me encontrei em situações de risco e por isso agradeço.

Dou graça aos meus pais (Raimunda e Bernaldo) por tudo que são e fazem por mim. Agradeço por me conceberem, por me entenderem e me estenderem a mão em meio às tempestades e as calmarias. Sei que, se sou o que e quem sou, devo a eles o exemplo e o apoio. O incentivo de meu pai e as orações de minha mãe, além do carinho de ambos, tornaram a caminhada mais leve e mais doce e permitiram que o sonho se tornasse real. Portanto, os agradeço com todo meu amor.

Dou graças a minha irmã (Reginalda) por ser um anjo em minha vida. A ela agradeço, por me ajudar a vencer todos os desafios que surgiram pelo caminho, por me emprestar a mão quando a minha tremeu e o coração quando o meu temeu. Sei que dei muito trabalho e agradeço por nunca desistir de mim e acreditar que posso ser muito melhor do que sou. Nunca me esquecerei daquele dia de chuva em que deixaste sua aula, na melhor parte, para que eu não perdesse a minha. Por sua causa sorri, sofri, venci. Mas nada o fiz sozinha. Se a guerra foi nossa, a vitória também é. Muito obrigada.

Dou graças a D. Joaquina por me receber em sua casa quando comecei a estudar em Picos. Sua casa foi meu teto quando, sozinha em terra alheia e sem recursos, comecei a trilhar os labirintos de Clio e, embora tenha habitado por um minúsculo espaço de tempo, pouco.

Mais de um mês, sou grata pela generosidade expressa no ato de abrir as portas de sua casa para mim. Que Deus a abençoe ricamente. Obrigada.

Obrigada Maria Adivone por me empresar sua internet, sempre que precisei. É uma pessoa iluminada e generosa. Não poderia deixar de agradecê-la por isso.

Lembro-me que o primeiro pensamento que tive ao chegar à UFPI foi que ali cresceria, pois não é apenas em estatura que se cresce, mas também em conhecimento. É certo que ainda não cresci o bastante, mas pelos centímetros que aumentei agradeço aos professores do colegiado de História. Tais professores apontaram o caminho e nos forneceram as teorias necessárias para segui-lo e por isso dou-lhes graças. Obrigada por cada ensinamento e pela paciência.

Destaco dentre tais professores o professor José Petrucio de Albuquerque Júnior e a professora Karla Ingrid de Oliveira, que foram meus orientadores de monitoria e do projeto de extensão (Projeto de BEC) do qual participo. A orientação e os ensinamentos que concederam a mim, enquanto monitora, e aos meus colegas de projeto, a cerca da docência e do ofício do historiador, trouxeram-me até aqui e alicerçarão os meus passos daqui em diante.

Ao professor Raimundo Nonato Lima dos Santos, meu orientador na construção desse trabalho, agradeço por tudo. Sou muito grata pelo conhecimento que me ajudou a construir, pela paciência, puxões de orelha, por me fazer “acordar pra Jesus”. Tê-lo como orientador é uma honra para mim. O admiro desde antes de conhecê-lo, de tanto ouvir falar de seu trabalho, afinal é o orientador preferido dos historiadores de Alagoinha do Piauí. Obrigada por me auxiliar na construção desta monografia, que surge para mim como o poema mais importante da minha vida, por me ajudar a decodificar os textos inscritos nas pedras das cidades, a refletir sobre a história do Piauí e me mostrar que em História também se faz arte.

Aproveitando o ensejo, agradeço aos meus conterrâneos Fidelia Rocha, Adriana Rocha, Jocileia Fialho, Nicolau dos Anjos Farias, Francisco Vidal Policarpo, Luiz Marcos de Carvalho, Giusepp Illica, entre outros, pelas entrevistas que me concederam, pela paciência e disponibilidade em responder aos meus questionamentos. Sem o depoimento de vocês esse trabalho não seria possível, afinal “é o coletivo anônimo quem anima a História”, como bem diz Antônio Paulo Resende.

A universidade é um espaço dedicado à produção de conhecimento, mas também, em meio ao cumprimento da tarefa a que se destina, funciona como um perfeito espaço de sociabilidade, onde é possível conhecer pessoas incríveis. Tive a honra de conhecer algumas dessas pessoas singulares com quem só se cruza uma vez na vida e agradeço a elas pela

Colaboração, pela amizade, pelo incentivo e, enfim, por deixarem a caminhada mais leve, mais doce, mais linda.

Dentre essas pessoas destaco as meninas do grupo de trabalhos, minhas seis princesas guerreiras (Raiane, Fredissonia, Lutegardes, Winne, Nalva e Alaide). Tivemos, enquanto um grupo acadêmico, altos e baixos, momentos de crise (crise de riso, crises de atritos), algumas de nós desistiram do curso, por motivos pessoais, e numa dessas crises o grupo se desfez. Contudo, sempre nos respeitamos. Nunca entraram em atrito comigo, ao invés disso me ajudaram, entenderam minhas limitações e enfrentamos juntas cada desafio. Sou a menor do grupo, mas sempre me fizeram grande por considerarem minha opinião em tudo. Com vocês consigo ser quem sou. Sou grata a Raiane pela amizade que continuou mesmo tenho deixado o curso; a Lutegardes e Fredissonia pelo incentivo; a Winne por me ouvir e aconselhar em meus momentos de crise; a Nalva por toda colaboração até mesmo por me ajudar a atravessar a rua; a Alaide pelo carinho, pelas caronas, pelos “deixa de ser fresca cara” motivadores. A todas pela amizade. Nunca me esquecerei de vocês, por onde quer que vá as levo comigo.

Agradeço também Cleovan Sousa por tudo que aprendemos e vivemos juntos ao longo da caminhada em sala de aula, nos saraus, no BEC nos corredores da UFPI.

O estágio é uma fase do curso necessária, mas um tanto quanto sofrida, por isso tenho que agradecer a Willian Mendes por me ajudar a passar por essa provação, compartilhando comigo experiências, expectativas e possibilidades de ensino. Além disso, sou grata pelas risadas, pelo respeito, pelo carinho. Que Deus abençoe seu caminho.

A Herleson Herluz de Sousa, colega de UFPI e de ensino fundamental também, agradeço por me ajudar a divulgar meu livro. Certamente és uma pessoa de coração nobre. Que Deus lhe de maior recompensa.

À Ana Thaise e Crislane, pessoas queridas, obrigada pelo carinho e confiança que por vezes depositaram em mim e pela compreensão. Desejo sucesso em vossas caminhadas.

E agradeço também a todos os demais companheiros de curso, pelo respeito, pela consideração e pela parceria. Ao transitar por entre os grupos, no início do curso, pude conhecer e construir conhecimento com todos e por isso sou grata. Obrigada Nicael, Nadia, Alessandra e Jonathan por me acolherem em vossos grupos e levarem em conta minhas humildes considerações. Desejo sucesso a todos

Obrigada a todos, que Deus os abençoe e recompense por tudo que fizeram por mim e que são em minha vida. Se em algum momento falhei, peço desculpas, mas sempre poderão contar comigo. OBRIGADA!



Contar a História dos outros é também contar a sua História. Ela está, muitas vezes, submersa e invisível, mas quem faz as perguntas, quem escolhe temas, quem se emociona e toca nas aventuras da sociabilidade? O coletivo anônimo é quem anima a história. (Antônio Paulo Resende)

## RESUMO

Este trabalho versa sobre os espaços de sociabilidades de Alagoinha do Piauí e visa fazer uma leitura dos mesmos, sob o signo do sagrado e do profano. Busca-se evidenciar, com isso, dentre os espaços praticados e com visibilidade na história e na memória dos moradores da urbe, aqueles que, apesar de vividos e praticados, foram escondidos e/ou excluídos dos versos e versões que se tem da história da referida urbe. Com isso, pretende-se, ler as entrelinhas da cidade, mostrando tais espaços, para por fim, perceber a realidade dos conflitos suscitados pela coexistência do sagrado e do profano debaixo do mesmo céu: a igreja e o bar. Para tanto nos valeremos de fontes escritas e orais e imagéticas, dentre as quais se destacam poemas e crônicas escritas pelos moradores da referida cidade, fotografias e depoimentos de indivíduos ligados aos principais espaços de sociabilidade em análise, como donos dos bares e membros da igreja, bem como os consumidores desses espaços. Para trabalhar tais fontes e alcançar os objetivos propostos utilizaremos como aportes teórico-metodológicos as discussões de Michael de Certeau (2008), Sandra Jatahy Pesavento (2007), Michael Pollack (1986), Sônia Freitas (2002), dentre outros.

**Palavras-Chave:** Alagoinha do Piauí. Espaço de sociabilidade. Sagrado X profano.

## **ABSTRACT**

This work is about the spaces of sociability of Alagoinha do Piauí and aims to make a reading of them, under the sign of the sacred and the profane, showing, among the spaces practiced and with visibility in the history and in the memory of the inhabitants of the city, those who, although lived and practiced, were hidden and / or excluded from the verses and versions of the history of the said city. With this, we intend to read the lines between the city, showing such spaces, to finally perceive the reality of the conflicts provoked by the coexistence of the sacred and the profane under the same sky: the church and the bar. For this we will use written and oral sources and images, among which are poems and chronicles written by the residents of the city, photographs and testimonies of individuals linked to the main spaces of sociability in analysis, as owners of bars and members of the church, as well as the consumers of these spaces. In order to work on these sources and to reach the proposed objectives, we will use as theoretical and methodological contributions the discussions of Michael de Certeau (2008), Sandra Jatahy Pesavento (2007), Michael Pollack (1986), Sonia Freitas (2002), among others.

**Key words:** Alagoinha do Piauí. Space of sociability. Sacred X profane.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01: Rio Marçal .....	33
IMAGEM 02: Açude .....	34
IMAGEM 03: Casas com bordes .....	39
IMAGEM 04: Apresentação da bandeira .....	40
IMAGEM 05: Primeiro caminhão de Alagoinha do Piauí .....	43
IMAGEM 06: Recorte do Jornal do Planalto, edição de 1991 .....	54
IMAGEM 07: Vista parcial de Alagoinha do Piauí em 1981 .....	58
IMAGEM 08: vista parcial do centro de Alagoinha do Piauí em 1981 .....	68
IMAGEM 09: vista parcial de Alagoinha do Piauí em 1994 .....	68
IMAGEM 10: estatua de São Francisco na Praça de Alagoinha do Piauí .....	76
IMAGEM 11: Cruzeiro as margens da lagoa – açude .....	76
IMAGEM 12: Fidelia Rocha em passeio pelas ruas de Alagoinha do Piauí .....	88
IMAGEM 13: Feira de Alagoinha do Piauí em 2006 .....	91
IMAGEM 14: Jovens tomando banho no Rio Marçal em 1990 .....	96
IMAGEM 15: Sociabilidades entre vizinhos na calçada .....	102
IMAGEM 16: Primeiro Radio de Alagoinha do Piauí .....	104
IMAGEM 17: Primeira Radio de Alagoinha do Piauí .....	106
IMAGEM 18: Primeira escola de Alagoinha do Piauí, o Alencar Mota .....	107
IMAGEM 19: Mercado Publico de Alagoinha do Piauí, 1985 .....	110
IMAGEM 20: Mercado Publico de Alagoinha do Piauí, 2017 .....	110
IMAGEM 21: Interior do mercado de 1930 a 2017 .....	111
IMAGEM 22: O Alagoinhense clube, o primeiro clube de Alagoinha do Piauí .....	114
IMAGEM 23: Os Feras do Baile em apresentação no Alagoinhense clube em 20/07/2016 ...	116
IMAGEM 24: Reisado, dança da burrinha .....	121
IMAGEM 25: Reisado, dança do boi .....	122
IMAGEM 26: Vista parcial da praça São Francisco .....	126
IMAGEM 27: Banco da Praça São Francisco doado por Marcos João de Carvalho e Maria Santa de Carvalho .....	127
IMAGEM 28: Igreja de São João Batista em 1981 .....	131
IMAGEM 29: Igreja de São João Batista, 2017 .....	131
IMAGEM 30: Interior da igreja de São João Batista em 1981 .....	133

IMAGEM 31 Interior da igreja de São João Batista 2014 .....	133
Imagem 32: Dança de São Gonçalo .....	136
IMAGEM 33: Jovens no Pel, Per, Olavo Bar em 1989 .....	143
IMAGEM 34: Recorte do jornal do planalto, edição de 1991 .....	150
IMAGEM 35: Fidelia Rocha e o padre João Morais Sobrinho .....	155
IMAGEM 36: Padre José Illica e Irma Maria Edamalla em 04/07/1993 no santuário da igreja São Joao Batista .....	160
IMAGEM 37: Construção da Praça São Francisco .....	167
IMAGEM 38: Jovens em passeio na Praça São Francisco .....	167

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO: as fases de construção de um trabalho na companhia de Clio .....</b>	<b>15</b>
1.1. O tema .....	16
1.2. O tempo .....	17
1.3. A cidade .....	18
1.4. Enquadramento Teórico .....	19
1.5. Objetivos, metodologia e fontes .....	23
1.6. O texto .....	24
<b>2. ENTRE VERSOS E VERSÕES: um retrato poético e histórico de uma terra de sonhos e valores mil .....</b>	<b>26</b>
2.1. Terra boa dos feijões dos cajueiros: alagoinha do Piauí uma cidade atrativa .....	29
2.2. Sob os elos da corrente: Alagoinha do Piauí, um pequeno povoado .....	41
2.3. A liberdade perfumando: Alagoinha do Piauí, a cidade do progresso .....	52
2.4. Sob os olhos de São João: Alagoinha do Piauí, cidade de Deus .....	69
2.5. Lago da felicidade: Alagoinha do Piauí, cidade dos Homens .....	78
<b>3. NAS ENTRELINHAS DA CIDADE: descortinando os espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a 1990 .....</b>	<b>85</b>
3.1. A rua e a feira .....	88
3.2. O rio e as cacimbas .....	95
3.3. As calçadas e o rádio .....	101
3.4. O Alencar mota e os forros pé de serra .....	106
3.5. O mercado público e os hotéis .....	109
3.6. O Alagoinhense Clube e os clubes dançantes .....	113
3.7. As novenas, o reisado e os rituais fúnebres .....	118
3.8. A Praça São Francisco .....	125
3.9. A igreja de São João Batista .....	130
3.10. Os bares .....	139
<b>4. O sagrado e o profano debaixo do mesmo céu: o início, meio e fim dos embates travados entre a igreja e o bar .....</b>	<b>146</b>

4.1. Primeiro round: do copo para o cálice – a relação harmoniosa entre a igreja e o bar .....	147
4.2. Segundo round: a água e o azeite – a relação conflituosa entre a igreja e o bar ...	153
4.3. Terceiro round: José e Maria no movimento de catequese religiosa .....	159
4.4. Quarto round: a praça São Francisco e o esvaziamento dos bares .....	164
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>174</b>

## 1. INTRODUÇÃO – As fases de construção de um trabalho na companhia de Clio

O presente trabalho tem como tema os espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí e visa fazer uma leitura sob o signo do sagrado e do profano dos mesmos. Tal leitura é apenas uma das que existem ou podem vir a existir. Faremos esta leitura segundo os ditames de Clio, a musa da História e da criatividade.

Essa musa, a majestosa Clio, anda por aqui e por ali, em busca de discípulos dispostos a preencher as lacunas de seus pergaminhos. E em uma de suas voltas, a doce musa nos encontrou e nos encantou. Deixamos de cultuar Temes a deusa cega, para nos tornar discípulos de Clio, a musa criativa, a criatividade é a base da arte dos poetas.

Quando começamos a andar por entre os labirintos de Clio, o medo veio nos fazer companhia. Mal tínhamos dado o primeiro passo e nossas cabeças já se debatiam contra os pergaminhos da musa. Entendemos que escrever versões nos pergaminhos de Clio, é diferente de escrever poemas nas areias e pedras de Alagoinha do Piauí.

A cada novo passo que desenhávamos na construção do trabalho, na companhia de Clio, a vista ficava turva diante de uma brecha do tempo, de uma lacuna, aparentemente, impossível de preencher. Assim, nos demos conta que tal trabalho, antes de ser um poema, era um grande quebra-cabeça, cujas peças estavam muito bem escondidas. O que fazer? Melhor parar? Vamos mudar de tema! Socorro!

Não podíamos parar, não devíamos mudar de tema, dizia uma voz que ecoava ao longe. A única coisa que nos restava a fazer era seguir em frente, tentar vencer os labirintos, seguindo as pistas de Clio. Por muitas vezes nos perdemos. Por muitas vezes nos encontramos em um verdadeiro beco sem saída. Por exemplo, quando fomos ao templo dos administradores do reino de águas claras, Alagoinha do Piauí, em busca de pistas, nada encontramos.

O desânimo nos levava para a igreja, na esperança de encontrar uma resposta em Deus; o desespero nos levava para o bar para tentar esquecer os passos mal sucedidos. Mas não podíamos beber. É preciso sobriedade para escrever um verso nos pergaminhos de Clio.

Quando reencontrávamos o fio da meada, brindávamos com a musa e, assim, seguimos até findar essa narrativa. Tal narrativa, por muitos, será engolida com sabor de heresia. Afinal,



colocar a igreja no mesmo prato dos bares é, para alguns, um pecado. Mas não é preciso nos colocar diante do tribunal do santo ofício porque tal pecado não é nosso.

Não fazemos aqui nem catequese, nem corrupção, nem elogio, nem ofensa. Fazemos apenas uma narrativa. Uma narrativa que chega até nós por meio das vozes, consonantes e dissonantes, de Alagoinha do Piauí.

### **1.1 O tema**

O tema da pesquisa é como o título do poema, deve ser escolhido com paciência e tratar de algo de que gostamos. E justamente por isso é tão difícil de escolher. Investigamos as possibilidades de pesquisa desde o primeiro período do curso de Licenciatura Plena em História e não saíamos do lugar. Queríamos pesquisar tudo e nada ao mesmo tempo.

Apaixonávamo-nos por todos os campos de estudo que os mestres nos apresentavam. Volúveis? Sim, como uma cancela aberta no meio da ventania. Mas por mais que nos encantássemos com a música, a religiosidade, as cidades nos atraía.

Certamente as cidades são sereias cujo canto hipnotiza quem se atreve a olhar para elas, assim como nos enfeitiçou. De tal modo, guiados pelo magnetismo da cidade, mergulhamos na disciplina de Cidades e História, a fim de aprender a ler as pedras, as entrelinhas das mesmas, o que nos foi permitido pela instrução hábil do professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

O dito professor, inspirado pelos teóricos de cidades, nos ensinou a ver o que está sob as pedras, a distinguir os espaços e a ler cada um deles como se ler um poema. E assim, pudemos ver algo familiar se tornar exótico: o sagrado e o profano debaixo do mesmo céu, a igreja de São Joao Batista ladeada por um quarteirão de bares.

Essa imagem nos deixou chocados e extasiados. Tanto por perceber que ambos os espaços eram densamente praticados no passado, quanto pelo fato de haver uma cortina sobre os bares e os mesmos se encontrarem vazios na atualidade. Será que houve conflitos entre a igreja e o bar? Porque tais bares se esvaziaram? Porque foram escondidos? Quais seriam as representações da cidade feitas por seus moradores? Quais os espaços de sociabilidades praticados pelos cidadãos afinal? Tais questionamentos nos invadiram e nortearam nossa pesquisa.

Pretendemos assim, ler os espaços para perceber os seus conflitos. A Praça São Francisco será uma das páginas que pretendemos ler, a fim de perceber se a mesma, sendo um dos principais espaços de sociabilidade, contribuiu para o esvaziamento dos bares e se dialogou com a igreja.

Qualquer trabalho científico para ser realizado deve ter relevância e o nosso trabalho, que gira em torno dos espaços de sociabilidades de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a 1990, cumpre um dos objetivos da História que consiste em falar do que não se ousa falar, pesquisar sobre o que ninguém pesquisou (ninguém pesquisou sobre as sociabilidades de Alagoinha do Piauí e há um silêncio velado sobre um dos seus principais espaços de sociabilidades – o bar que vive sob o signo do profano). Além disso, o presente trabalho também cumpre um dos objetivos sociais da História que ordena que se dê voz, dentro das páginas da Historiografia, a quem não é ouvido por ninguém ou que só é ouvido por um pequeno grupo de pessoas, dá lugar na História, para personagens que até então foram deixados à margem da Historiografia.

Do ponto de vista pessoal, defendemos a necessidade de pesquisar essa temática pelo fato de se localizar em Alagoinha do Piauí, nossa cidade, e tratar dos espaços praticados pelas nossas gentes, os alagoinhenses, nossos pais, de tal modo que diz respeito a nossa história, nossas raízes.

Acrescentamos a isso o nosso gosto por pesquisar o exótico, o estranho, o desconhecido para os nossos próprios olhos. Os espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí das décadas de 1970 e 1990 eram principalmente a igreja, o bar e a praça. Nós somos da igreja, praticamos o espaço da praça, mas não conhecíamos o bar, que vive sob o signo do profano, mesmo se localizando do lado da igreja (atualmente existem outros muitos bares em Alagoinha do Piauí, mas restringiremos nossa pesquisa ao quarteirão de bares que se localizam do lado da igreja, tocaremos no que concerne aos outros inúmeros bares apenas para nos referir ao silêncio que se faz sobre a existência dos mesmos).

## **1.2 O tempo**

Quando se fala em história, as pessoas já se tele transportam para o passado. Muitos historiadores buscam o passado mais remoto que se possa imaginar. Buscam fazer uma viagem no tempo, encontrar as raízes de uma história, os começos de uma civilização.

Nós, ao contrário disso, buscamos um passado recente, onde também há vida e muitos mistérios a serem desvendados. Iniciamos nossa pesquisa em 1970, o período em que a cidade em análise, ainda se constituía como um povoado e os espaços de sociabilidade da mesma eram intensamente praticados. Nesse tempo, segundo evidencia a pesquisa, os bares e a igreja lotavam e não se digladiavam.

De 1970 seguimos viagem até 1990, período em que a Praça São Francisco foi construída, juntamente com novos espaços de sociabilidade. Esse ano é lembrado pelos cidadãos como o tempo do progresso.

É necessário destacar que as representações que são feitas da cidade, variam de uma década para outra, de acordo com a sua condição política. E, além disso, os anos que preenchem o recorte escolhido foram pouco estudados até agora.

### 1.3 A cidade

Cidades são casas grandes  
Que abrigam as pessoas  
Grandes, medias e pequenas,  
Rosas, cravos e açucenas,  
As pessoas más e boas

Cidades são grandes livros,  
São folhetins de memórias,  
Onde Maria e José  
Escrevem com cada pé  
Seus nomes, a sua fé,  
E também suas histórias

Histórias que nunca morrem  
Percorrem eternidades  
Nos braços do cidadão  
No céu, no sol e no chão.  
Nas paredes e no carvão  
Das raízes das cidades. (SOUSA, 2015, p. 2).

No poema acima, da poetiza Regivalda Sousa (2015), a autora retoma as impressões de Michel de Certeau (2008) ao dizer que as cidades são casas grandes, principalmente quando são territorialmente pequenas. As cidades podem assim ser definidas, porque, como uma casa, cada um de seus espaços é familiar para seus habitantes. Cada pedaço da cidade pertence a cada um de seus filhos. O patriotismo, amor de cidadão pela terra onde nasceu e cresceu se expande. Assim, estando seduzidos pelas cidades voltamos os nossos olhos para Alagoinha do Piauí, por sermos naturais de suas entranhas, por a mesma se constituir como nossa casa. É por esse motivo que a pequena urbe vem sendo amplamente estudada pelos historiadores, que são seus filhos e como tal decidimos escrever mais um pedaço de sua história.

Como diz o poema acima, de Regivalda Sousa (2015), as cidades são livros e se temos que ler um livro tão cheio de signos e segredos, nos propomos a ler aquele que foi escrito

pelos pés das nossas gentes, escavando as histórias que permanecem vivas no chão, nas paredes e no carvão de Alagoinha do Piauí.

A dita urbe se localiza há 180 quilômetros da capital Teresina e se limita com os municípios de Pio IX, São Julião, Vila Nova do Piauí, Campo Grande do Piauí e Monsenhor Hipólito. Constitui-se como uma cidade pequena de pouco mais de 7.000 habitantes.

#### **1.4. Enquadramento teórico**

Nesse enquadramento teórico apresentamos algumas reflexões sobre as obras que influenciaram o trabalho proposto, pela proximidade com os temas que pretendemos desenvolver, bem como apresentamos os autores, e as respectivas teorias, que nortearam toda a pesquisa.

Dentre os trabalhos, que influenciaram a pesquisa proposta, destacamos os estudos dos historiadores Raimundo Nonato Lima dos Santos (2016) e Mariana Corção (2010). Ambos os trabalhos trazem uma leitura dos bares (respectivamente: Nós e Elis e, Palácio) como sendo espaços de intensas sociabilidades para, respectivamente, os habitantes de Teresina e Curitiba; além de colocarem em evidência as práticas de sociabilidades que davam a vida e alma para tais ambientes.

Em nosso trabalho, faremos um recuo até a década de 1970, para apresentar os bares que ficam ao lado da igreja católica de Alagoinha do Piauí em sua fase de esplendor, quando eram praticados por vários segmentos da sociedade desta urbe, representando assim um dos seus principais espaços de sociabilidade.

No que concerne aos teóricos que guiaram a pesquisa proposta, destacamos aqueles que desenvolveram conceitos sobre cidade, sociabilidade e memória.

De tal modo, para pensar a cidade, apresentar a mesma em seus fragmentos, recorreremos as discussões de Roberto Lobato Corrêa (2000), que considera que a cidade se divide em polos, lugar de concentração de um determinado serviço ofertado pela cidade. Assim, a Rua Manuel Policarpo, com a igreja e o quarteirão de bares, surge como o polo das sociabilidades de Alagoinha do Piauí que, em 1990, muda para a Praça São Francisco e suas imediações e desse modo, considerando a cidade como um ímã e como escrita, visto que a cidade se dá a ler, através de sua arquitetura, das pedras, requeremos o alfabeto de Raquel Rolnik, para fazer uma leitura dos espaços de Alagoinha do Piauí:

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daquele que a construíram, denota o seu mundo. É por isso que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto. (RONILK, 1995. p. 17).

Com Raquel Rolnik, nossa leitura começa. Uma leitura da pedra, da arquitetura, da igreja, do bar e principalmente da Praça São Francisco de Alagoinha do Piauí, que nos possibilitara decifrar as marcas do sagrado e do profano escritas em tais espaços.

Esgotadas as lentes de Raquel Rolnik, nós passamos a fazer uso dos meios óticos fornecidos por Ana Fani Alessandri Carlos (2007) para analisarmos o espaço da rua (Especificamente da Rua Manoel Policarpo que se constitui como um abismo entre a igreja e o bar, e posteriormente as Ruas José Lima e 09 de Abril, que cercam a Praça São Francisco e passam a ser intensamente praticados por ocasião da construção da mesma) o que evidencia que, dentre seus muitos usos, a rua também se constitui como espaço de sociabilidade e não como mero lugar de passagem, como a autora, acima citada, nos lembra:

Escrevem alguns autores que nas ruas os homens não fazem mais do que passar. (...) há na rua mais do que pressa. (...) Na rua o presente nos assedia, traz a marca dos itinerários, às vezes dispersos, difusos, ou mesmo concentrados definidos pela vida cotidiana. (CARLOS, 2007, p. 43).

Pegando a trilha dos passos e das representações, invadimos a igreja, o bar, a praça e os vemos se tornar espaços de sociabilidade escritos com os pés, nas lembranças dos cidadãos de Alagoinha do Piauí. E aqui chegando, ressaltamos que a pesquisa proposta será guiada principalmente pelas lentes bifocais de Michel de Certeau (2008) e Sandra Jatany Pesavento (2007).

Destacamos as discussões de Certeau (2008) como fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa porque, assim como o referido autor, consideramos que um determinado espaço se constitui como tal através das práticas que nele se realizam. De tal modo que nos espaços há vida, vivências, vínculos identitários construídos em tais espaços pelas pessoas que os praticam, e escrevem nele histórias, poemas, através de suas passadas, o que os torna escritores e atores que atribuem significação e ressignificação aos espaços por onde circulam.

Em tais circunstâncias, Certeau, nos fornece a metodologia necessária para desenvolver este trabalho, bem como também nos fornece a teoria que embasa nossa pesquisa, quando fala dos fantasmas da cidade.

Por fantasmas, Certeau (2008), trata dos espaços que foram densamente praticados, em algum lugar do passado e que continuam presentes, mesmo que abandonados, na memória ou em uma materialidade, assombrando a cidade.

Objetos selvagens, provenientes de passados indecifráveis, são para nós o equivalente do que eram alguns deuses da Antiguidade, os “espíritos” do lugar. Como seus ancestrais divinos, eles têm papéis papéis de atores na cidade não por causa do que fazem ou do que dizem, mas porque sua estranheza é muda e sua existência subtraída da atualidade [...]. (CERTEAU, 2008, p.192)

Os “espíritos” que assombram a cidade de Alagoinha do Piauí são os bares. O quarteirão de bares que ladeia a igreja e que um dia, no passado, foram praticados de forma intensa e que, apesar disso, teve “sua existência subtraída da atualidade”. Os bares continuam de pé, mas já não tem vida, não são mais praticados.

Desse modo, considerando pela ótica de Certeau, que o espaço (re) significado pelas atividades cotidianas das pessoas que consomem (praticam) os mesmos, nos propomos a pensar/descrever as práticas cotidianas, rotineiras de sociabilidade no espaço da igreja, do bar e da praça. Afinal de contas, os jogos dos passos moldam os espaços, tecem os lugares (CERTEAU, 2008).

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007) também fundamenta nossa pesquisa porque defende o fato de que a interpretação dos discursos, imagens e práticas são importantes para o fazer histórico. E, além disso, Pesavento, também considera que através de suas vivências, as pessoas constroem representações sobre a cidade e a partir destas representações constroem uma identidade com a qual se identificam.

Com Pesavento analisamos as práticas sociais que produziram as representações de sagrado e profano sobre os espaços de sociabilidade (Igreja, bar, praça) de Alagoinha do Piauí. E que ficaram impregnados, simbolicamente, nos cheiros, na arquitetura e nos espaços visíveis e sensíveis. Espaços esses que guardam a memória de sociabilidades praticadas, imaginadas. Espaços praticados no passado, afinal de contas, como diz Pesavento, existem muitas cidades dentro de uma única cidade; muitos espaços dentro de um só:

Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem sua força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de se imporem como as verdadeiras, as reais, as concretas cidades em que vivemos. Afinal o que chamamos de mundo real é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos

permitem compreender a realidade e enxerga-la dessa ou daquela forma. Pois o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significado à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham a esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas. (PESAVENTO, 2004, p. 11-12).

O que significa dizer que a cidade é o que as representações criadas por seus habitantes dizem que ela é. Um espaço é aquilo que diz a representação criada e lançada sobre ele, seja tal representação sagrada ou profana.

No que se refere à memória, destacamos três autores que nos guiaram ao longo da pesquisa, visto que trabalhamos com memória coletiva. São eles: Maurice Halbwachs (2006), Michael Pollak (1992) e Jacques Le Goff (2003), ambos os autores consideram que a memória é produto do coletivo.

Pollak e Halbwachs consideram que a memória é construída pelos indivíduos, em suas individualidades, no entanto, para eles, embora haja inúmeras versões sobre um dado acontecimento, o que é considerado memória coletiva são as histórias que possuem pontos em comum. De modo que a memória coletiva constitui-se pela junção das memórias individuais que se assemelham.

E a isso Le Goff, concordando com Halbwachs, acrescenta que a memória é constituída e definida pelo coletivo. Isto é, são os grupos sociais que estabelecem o que é memorável ou não. No caso específico de Alagoinha do Piauí, considerando o silenciamento que há sobre os bares, podemos afirmar que aquele grupo não considera o bar como um espaço memorável. Já no tocante à igreja, faz-se necessário considerar as discussões de Pierre Nora, sobre lugar de memória.

Por fim, destacamos as considerações de Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006) e Sônia Freitas (2002), sobre História Oral. Para Delgado a história oral é um procedimento que visa registrar “testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões” (DELGADO, 2006, p. 15), não se constituindo, assim, como uma história vivida, e sim como um depoimento sobre a mesma. Freitas, por sua vez, corrobora com a autora e acrescenta que a história oral é um procedimento que produz narrativas sobre a experiência humana.

Tais discussões são de extrema importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, visto que, sendo poucas as fontes sobre o tema proposto, as fontes orais se tornam de fundamental importância.



### **1.5 Objetivos, metodologia e fontes.**

As fontes disponíveis para a realização do referido trabalho consistem em fotografias da igreja matriz de Alagoinha do Piauí (Igreja São Joao Batista), dos bares, da Praça São Francisco, com suas respectivas práticas de sociabilidades, dentro do recorte pretendido. Bem como dos demais espaços de sociabilidades existentes e praticados no período. Tais fotografias foram encontradas na Academia de Letras de Alagoinha do Piauí, na igreja e, em acervos pessoais.

Realizamos também a análise de crônicas (a exemplo da crônica escrita pelo jornalista Marcos Carvalho, “Meu último São João”) e poemas de autores locais (poemas avulsos e publicados, majoritariamente por Fidelity Rocha em seu livro intitulado “Recados” e por mim Regivalda Sousa, nos livros “Voz poética” e “O olho da estrela”).

Aqui vale ressaltar que utilizamos nossos próprios poemas no trabalho, mas os submetemos a mesma análise crítica que foi realizada sobre os demais. Esses poemas foram utilizados como representações construídas por nós, enquanto filhos de Alagoinha do Piauí, cabendo a nós analisar, na oficina da história, com o mesmo rigor e o mesmo distanciamento com os quais analisamos as obras dos outros autores. Justificamos a utilização de tais poemas pela pouca quantidade de obras poéticas publicadas sobre o tema proposto.

Por fim realizamos pesquisas, entrevistas, com as seguintes pessoas: Padre José Ilíaca (Padre responsável pela igreja no período em estudo); Fidelity Rocha, Maria do Socorro Fialho, Maria de Sousa Rocha, Maria Odete de Jesus, membros do conselho da pastoral de São João Batista, na época estudada. Dentre outros personagens ligados a esta instituição religiosa.

Com o objetivo de dar voz a quem nunca foi ouvido, realizamos entrevistas com os danos dos bares (Nicolau, Vidal, Luiz, João, Antônio de Velho, Graça de Nonato, como são popularmente conhecidos).

Realizamos pesquisa também junto a Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí com o intuito de obter informações sobre a Praça São Francisco por meio de documentos oficiais (como Código de Postura, atas e também fotografias oficiais do município).

Construímos o trabalho através de imagens, versos e falas, segundo a perspectiva de Sandra Pesavento (2007) – que sugere que o passado fica empregado em tudo e deve ser percebido para todos os nossos sentidos –, para que possamos interpretar as representações e alcançar os objetivos propostos.

Esses objetivos consistem em, fazer uma leitura, sob o signo do sagrado e do profano, dos espaços de sociabilidades de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a de 1990, especialmente igreja e bar, (os espaços mais praticados pelos habitantes de Alagoinha no período em questão); analisar as representações que os habitantes de Alagoinha do Piauí fazem da cidade; identificar os espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a década de 1990, bem como as práticas de sociabilidades neles desenvolvidas, refletindo sobre a presença feminina nos principais espaços e analisar os conflitos encenados pelo espaço da igreja e o espaço do bar, nas décadas pretendidas

Ao longo da pesquisa também realizamos análises sobre a arquitetura da cidade, em especial, da Rua Manuel Policarpo dos Anjos, o abismo entre o agrado e o profano e da Praça São Francisco, um espaço, segundo se verifica na pesquisa, que se opõe ao quarteirão de bares e que provocou o seu esvaziamento, e se caracteriza até hoje como extensão da igreja, pela presença do sagrado.

## 1.6 O texto

O texto que ora apresentamos, intitulado “**Entre a igreja e o bar: uma leitura, sob o signo do sagrado e do profano, dos espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí da década de 1970 a 1990**”, encontre-se dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “**Entre versos e versões um retrato poético e histórico de uma terra de sonhos e valores mil**” tem por objetivo apresentar como a cidade era pensada por seus moradores, dentro do recorte temporal pretendido, traçando também o contexto histórico da época, destacando a forma como a cidade Alagoinha do Piauí era vivida por seus habitantes. Isso se fez necessário para que pudéssemos responder ao primeiro questionamento que nos interpelava “quais as representações que os moradores de Alagoinha do Piauí fazem sobre ela?”, pois para que chegássemos à cidade que é escondida, é preciso saber qual cidade é apresentada para o mundo, quais os aspectos são visíveis.

O segundo capítulo, intitulado “**Nas entrelinhas da cidade: o descortinar dos espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí das décadas de 1970 a 1990**” tem por objetivo, mapear os espaços praticados pela sociedade em suas sociabilidades, inclusive aqueles que não são lembrados, que são escondidos, dando principal enfoque para estes, os bares e a igreja, evidenciando os signos do sagrado e do profano que pairam sobre estes e os demais espaços de sociabilidade.

E no terceiro capítulo intitulado “**O sagrado e o profano de baixo do mesmo céu: o início, meio e fim dos embates travados entre a igreja e o bar**” analisamos os conflitos encenados pela igreja de São Joao Batista e o quarteirão de bares que a cerca. Analisamos tais conflitos em nosso recorte temporal proposto, para perceber como se deu o esvaziamento dos bares, como se construiu o silêncio que paira sobre eles, bem como para entender de que forma o signo do sagrado e do profano foram impostos sobre os espaços em análise.

## 2 ENTRE VERSOS E VERSÕES: UM RETRATO POÉTICO E HISTÓRICO DE UMA TERRA DE SONHOS E VALORES MIL

Caros amigos que me ouvem,  
 Permissão quero pedir,  
 Com a ajuda de nosso Deus,  
 Por vocês estou aqui,  
 Para contar minha história,  
 Que tô começando agora

Gostosa de se ouvir  
 Vou participar da festa  
 Sem instrumento e orquestra  
 Mas boa para ouvir  
 [...]. (SOUSA, 2000, p. 250)

Boa noite, senhoras e senhores,  
 Criançada, juventude  
 Quero falar de uma coisa  
 Peço a quem souber que ajude  
 Nasceu já faz um bom tempo  
 Aqui na beira do açude  
 Perto de umas lagoas  
 Descubra quem não for rude

Nasci em oitenta e seis  
 E logo fui registrado  
 Travaram uma grande luta  
 No dia do batizado  
 Eu fiquei observando  
 Esperando o resultado  
 Mas com o voto secreto  
 Meu nome foi aclamado [...]. (ALMONDES; ROCHA, 1999, p. 248).

Alagoinha é o nome,  
 Uma origem do passado  
 Uma lagoa que tinha  
 Bem próximo onde foi criado  
 As casas e mercado público  
 Em forma de povoado [...]. (BRITO, 2000, p. 251).

A primeira estrofe de poema que introduz esse capítulo foi escrito pelo saudoso poeta José Custodio de Sousa, por ocasião do aniversário da sua cidade natal (Alagoinha do Piauí). Na referida estrofe o autor pede licença para contar suas histórias, sua versão poética sobre o nascimento e desenvolvimento de sua terra, a qual se propõe a contar para participar da festa. Alusão às festividades natalícias do município em questão. Não como mero espectador, mas como poeta que participa da festa dos poetas, festa de palavras e rimas que transformam a cidade num poema.

Assim como seus colegas contemporâneos que de verso em verso compunham uma versão da história de uma terra de “sonhos e valores mil”. O poeta José Custodio de Sousa trás sua versão e diz que vai contar tal história sem instrumentos e orquestras, ou seja, sem muitos adereços, apenas com a singeleza de seus versos e mesmo assim afirma que sua história seria boa de ouvir.

Como tal poeta, pedimos licença para contar nossa história. Nossa versão construída a partir de uma leitura, uma das muitas que existem ou podem vir a existir, sobre os espaços de sociabilidades da cidade de Alagoinha do Piauí. Esta urbe que, como um ímã, nos atraiu e como um poema nos encantou.

Como o saudoso poeta queremos participar da festa, iniciada pelos poetas e adotada pelos historiadores. Alguns desses historiadores<sup>1</sup>, como Maria Lucimar Rocha, Bibiana Aparecida Rocha, Maria Valdenia Alencar, Ana Antonia de Jesus (nos incluímos nesse rol) que, por serem filhos de uma terra que quase não tem história escrita, tomaram para si a missão de escavar as pedras da cidade, decifrar os poemas que dormem sobre o concreto frio. E, ouvindo as vozes, consonantes e dissonantes, de narradores, semelhantes aos narradores de Javé<sup>2</sup>, remendar essa colcha de retalhos que é a história de uma cidade.

Contudo, vamos numa direção diferente daquela adotada por nossos contemporâneos. Enquanto estes mergulham nas profundezas da lagoa, marco inicial da cidade, a fim de escavar suas raízes e descobrir como se deu o seu nascimento e desenvolvimento, nós nadamos na superfície da mesma lagoa, buscando a história recente da cidade. Investigamos o passado recente, para nele vislumbrar a “alma” de uma cidade – as sociabilidades.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007) explica que a cidade também se configura como sociabilidade, porque se traduz como a “morada de muitos”, é o espaço dos ritos e da festa, das ruas movimentadas, onde as relações sociais se realizam. Como explica Pesavento (2007) a cidade tem “um pulsar de vida”, no espaço urbano as pessoas se aglomeram, se juntam, se conhecem, interagem.

---

<sup>1</sup> ROCHA, Maria Lucimar da. **Caminhadas pela cidade: um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e emancipação Política de Alagoinha do Piauí.** Picos, PI: UFPI, 2014. (Monografia de Conclusão de Curso de História); ROCHA, Bibiana do Amparo. **Educação e sociedade em Alagoinha do Piauí na década de 1980.** Picos, PI: UFPI, 2015. (Monografia de Conclusão de Curso de História); ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. **Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí.** Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História); JESUS, Ana Antônia de. **Alagoinha do Piauí e sua história.** Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

<sup>2</sup> O filme Narradores de Javé conta a história de uma pequena cidade prestes a ser destruída, sendo submergida nas águas, por não ser considerada patrimônio nacional. Diante disso, seus moradores, tomam pra si a missão de escrever a história da referida urbe a partir de suas memórias.

Assim, nos reportamos à década de 1970 e seguimos viagem até fins da década de 1990, período em que os espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí dialogam e se confrontam.

A urbe referenciada se anuncia nos versos que compõe as estrofes apresentadas do poema de Fidelia Rocha, poetisa alagoinhense. Em tais versos é a cidade que fala. É a cidade que se apresenta. É a cidade que nos cumprimenta e pede licença para contar as histórias que estão soterradas sob suas pedras. Histórias apagadas pelo tempo. E nós nos deixamos guiar pelos versos que a cidade põe em nossos ouvidos, em nossos olhos, em nossas almas, afinal a cidade fala!

A cidade dá boa noite para a juventude que dança, para os homens e mulheres que se embriagam com cheiro de água benta e Coca-Cola, para quem baila dentro de si ao som dos cânticos das beatas ou dos acordes dissonantes das radiolas, para as crianças que se divertem no adro da igreja e nas calçadas dos bares.

A cidade dá boa noite, através de suas luzes, por exemplo, que se acendem e saúdam todos os habitantes. A cidade fala através de seus sinais, pois como diz Raquel Rolnik (2004), endossada por Michel de Certeau (2008), a cidade também é escrita. É um texto que se dá a ler, escrito pelos passos daqueles que transitam por ela, como um poema escrito por muitos poetas.

Nos versos do poema de Fidelia Rocha a cidade pede que adivinhemos quem ela é. Como pista, cita a lagoa em torno da qual nasceu. Vemos uma pequena cidade repetir o mito das grandes civilizações, como o Egito que nasceu diante das águas caudalosas do Nilo.

Chegando à cidade de Alagoinha do Piauí, descendo até o fim da avenida principal, podemos encontrar a lagoa mencionada no poema. Portanto, a cidade se apresenta desde o começo da sua formação. “A cidade”, eu-lírico do poema ainda cita a data de 1986. Época em que foi batizada, ou seja, recebeu sua denominação de Alagoinha do Piauí. Mas é no poema de Adão das Chagas Brito que seu nome é anunciado ao mundo.

Michel de Certeau (2008) e Sandra Jatahy Pesavento (2007) orientam-nos a caminhar pela cidade para olhá-la devagar e poder perceber as minúcias de seus detalhes mais secretos. Andamos por Alagoinha do Piauí e na nossa flânerie, pudemos enxergar mais de uma cidade: a *cidade concreta*, visível, palpável; a *cidade sensível*, percebida pelos cheiros, sons e sabores, e; as *idades imaginárias*, cidades que dormem sob a pedra e se materializam a partir das memórias de seus habitantes, que dela se apropriam e a representam de maneiras diversas em seus discursos.

Enxergamos no presente, os espaços de sociabilidade praticados que dão vida a Alagoinha do Piauí. Sob estes, há os espaços de sociabilidades praticados no passado. Sobre alguns desses espaços encontramos grandes luzes, sempre acesas, com o objetivo de torná-los visíveis. Enquanto outros espaços permaneciam na penumbra, escondidos sob uma cortina preta.

Erguemos uma pontinha da cortina para ver o que nela estava encerrado e pudemos ver que ao lado da cidade sagrada, havia uma cidade profana, uma cidade vivida, praticada, mas escondida do mundo e sem registros nos Pergaminhos de Clio.

Ao percebermos as muitas faces da cidade de Alagoinha do Piauí, representadas na literatura e na memória de antigos moradores dessa urbe, resolvemos contar sua história, destacando os seus espaços de sociabilidades, que se encontravam numa transição física e simbólica entre o sagrado e o profano.

Para tanto, nesse primeiro momento, faremos uma leitura da cidade, Alagoinha do Piauí, a partir das versões construídas e apresentadas pelos seus moradores em poemas, textos memorialísticos, depoimentos orais e textos históricos, como artigos e monografias de conclusão de curso, além de fotografias. Com base nessas fontes percebemos como Alagoinha do Piauí foi lembrada e apresentada ao mundo. Respondendo assim o primeiro questionamento que nos interpela: Quais as representações que os habitantes de Alagoinha tecem sobre sua cidade?

Julgamos necessário problematizar a produção poética e histórica, produzida até o momento sobre Alagoinha do Piauí, para que possamos discutir as práticas desenvolvidas nos espaços de sociabilidade, em especial a igreja e o bar. E também para percebermos como esses espaços são pensados e representados pelos moradores da referida urbe.

## **2.1 Terra boa dos feijões dos cajueiros: Alagoinha do Piauí uma cidade atrativa**

Certa vez num tempo certo  
Em meio a um deserto  
Onde ninguém habitava

E onde nada se ouvia  
Nem de noite nem de dia  
Ninguém ria nem chorava

Existiu uma lagoa  
Tão bonita e tão boa  
Que a nada se equiparava

Pois perto de tudo ela  
 Era sempre muito bela  
 E sempre tudo encantava

Tanto é que quem incerto  
 Dela chegasse bem perto  
 Perto dela se plantava

E ali permanecia  
 Fosse noite fosse dia  
 Dela nunca se afastava.

E porque ela era bela  
 Vivia-se em torno dela  
 E tudo ali se criava

Do animal ao humano  
 Todo dia a cada ano  
 Tudo se multiplicava. (SOUSA, 2016, p. 106).

No poema acima citado, a poetisa Regivalda Sousa, reproduz o mito da lagoa encantada que paira sobre Alagoinha do Piauí. A poetisa descreve a tal lagoa como um ímã, cujo magnetismo é tão forte, que atrai os viajantes e prende seus filhos. A autora lembra-se de Alagoinha do Piauí como um lugar deserto, inabitado, onde não se verificava nenhuma marca de passos humanos. Contudo, a poetisa se esforça por imprimir um caráter atrativo ao território que descreve. Tal intencionalidade se verifica também nos relatos de memória, a exemplo da crônica seguinte produzida pela secretária de Educação de Alagoinha do Piauí:

O velho colono penetrou na área que hoje compõe o município. Andou incansavelmente até um baixão agradável, amplo de terras férteis, tabuleiros arenosos e olhos d'água perenes, eram terras adequadas para a agricultura e campos próprios para a criação de gado. Decidiu então ficar naquela região. (RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ 1998)

Na crônica acima há uma descrição romântica do território, apontado mais uma vez como um lugar agradável desde seus começos. O lugar referenciado tanto no poema como na crônica, é Alagoinha do Piauí, antes de sua colonização. Ao confrontar essas fontes, que divergem na temporalidade, o que se verifica é o esforço dos seus respectivos autores em dar feições sedutoras ao território, citando seus supostos atributos atrativos.

O poema citado, bem como a crônica, foram escritos, depois da emancipação política de Alagoinha do Piauí. Contudo, serve à nossa pesquisa, pois demonstra que mesmo com o passar do tempo essa é a imagem que se construiu e se consolidou sobre a referida urbe.

A professora e historiadora Maria Lucimar Rocha (2014), atribui como razão para a descrição do território do então povoado de Alagoinha do Piauí como um local atrativo, a



ânsia pela construção de um discurso legitimador da ocupação deste território bem como da sua elevação a categoria de cidade. Segundo Lucimar Rocha “[...] a cidade se vale dos signos, símbolos e sentidos, para através dos quais se legitimar, definir-se a si própria, mostrar-se aos viajantes e a seus filhos” (ROCHA, 2014, p. 4). Essa perspectiva da cidade em foco também se verifica nos versos que se seguem:

Teus filhos são gigantes são guerreiros,  
A tirar da mãe terra seu sustento.  
Terra boa dos feijões dos cajueiros,  
Que não nega a seus filhos o alimento. (HINO OFICIAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ, 1994).

A estrofe acima citada foi retirada do hino oficial de Alagoinha do Piauí. Este hino foi escrito e musicado pela professora Fidelia Rocha, a pedido do grupo de jovem COCA (Cristo Olha Com Amor) da igreja católica do município, que manifestava o desejo de comemorar o aniversário da cidade, no ano de 1994.

Nos versos citados, a poetisa Fidelia Rocha exalta a bravura dos habitantes de Alagoinha do Piauí. E, em seguida, exalta a “mãe terra” referindo-se a Alagoinha do Piauí como “terra boa dos feijões dos cajueiros”, alusão feita ao feijão e ao caju, os principais produtos agrícolas produzidos no município. Esses gêneros alimentícios, portanto, seriam os responsáveis por sustentar a economia do mesmo. A autora ainda imprime o caráter de subsistência da produção agrícola ao dizer que “não nega a seus filhos o alimento”, de modo que silencia, assim, os anos de seca, a exemplo da década de 1970, onde tanto a água quanto tais produções eram escassas.

Regivalda Sousa, em seu poema de exaltação à Lagoa, repete esse processo de silenciamento sobre a improdutividade do solo alagoinhense nos períodos de seca. Uma realidade constante, omitida dos registros literários da cidade. Acreditamos que essa omissão da referida poetisa tem o real objetivo de imprimir à sua cidade uma imagem agradável, marcada pela fartura e exuberância da natureza de seus primórdios. Os discursos de Regivalda Sousa sugerem que a cidade de Alagoinha do Piauí possuía solo fértil em abundância, propício para a agricultura e para a criação de gado.

Essa ideia encontra-se recorrente nas crônicas e textos memorialísticos quando os mesmos se reportam ao período da colonização de tal território, citando a terra como fator principal de atração inicial, pelo fato de a mesma possuir o elemento fundamental para o processo de sedentarização humana, a água. Essa versão predominante da história da cidade de Alagoinha do Piauí foi analisada pela historiadora Maria Lucimar Rocha (2014).

Rezam as versões mais antigas da tradição oral, sendo estas as mais aceitas, que os primeiros povoadores da região teriam se instalado a áreas próximas a sede do atual município entre o final do século XVIII e início do século XIX, advindos das províncias do Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte em busca de terras para a criação de urbanos e o plantio de gêneros alimentícios de subsistência. (ROCHA, 2014. p. 22).

Contudo, na década de 1990, ao enfatizar o valor da terra para Alagoinha do Piauí, a autora Fidelia Rocha, deixa transparecer o fato de a cidade continuar atrelada ao campo. Os habitantes de Alagoinha do Piauí, nessa época, dependiam da cultura agrícola para sua sobrevivência. Portanto, em sua maioria, mantinham residência fixa no meio rural, onde trabalhavam, vindo a convergir para o espaço urbano nos dias de feira ou de festas para a prática do comércio e das sociabilidades.

Sabendo que as principais versões que se tem sobre Alagoinha do Piauí são fruto da tradição oral, cabe-nos fazer uma reflexão sobre tal tema. De acordo com Sonia Freitas (2002) a história oral tende a ser rejeitada ou a ser utilizada como mero complemento. Contudo a fonte oral é tão importante quanto à fonte escrita, uma vez que traz um vestígio sobre o passado.

A veracidade presente em tais fontes, ainda segundo Freitas (2002), é a mesma que se verifica em documentos escritos, pois ambos são produtos humanos e como tal devem ser questionados, submetidos a análises. Nem mesmo os documentos chamados de oficiais existem, para a autora já mencionada, como fontes superiores às fontes orais, no que concerne a regimes de verdade, pois se são produtos humanos também devem ser postos em dúvida.

Nós utilizamos, nesse capítulo e nos capítulos que se seguem, da História oral por entendermos, assim como Sonia Freitas (2002), que a mesma é um método de pesquisa que, por meio de procedimentos muito bem articulados, produz um registro das narrativas da experiência humana e, portanto, vestígios de um passado.

A tradição oral, dos moradores da cidade de Alagoinha do Piauí, assim, justifica a água como um elemento atrativo, inicialmente, pelo fato do território colonizado em meados do século XVIII, situar-se às margens de um rio, que atualmente recebe o nome de Rio Maçal. Tal rio apesar de se constituir com um rio temporário, posto que suas cheias ocorrem durante o período de chuvas e não permanecem durante o ano todo, tinha uma boa vasão, pois a água na medida em que o rio secava, ficava represada em lagoas, verificadas ao longo do leito do rio. Tal rio também é constantemente lembrado como um espaço de sociabilidade para os cidadãos, em seus tempos de cheia.



Imagem 01: Rio Marçal, em Alagoinha do Piauí, em 24 de julho de 2006.  
 Fonte: CARVALHO, 2006, p. 264.

É preciso ressaltar que a existência de tais lagoas no período de formação do então povoado Alagoinha é recorrente em todas as versões construídas desta história, como nos confirma o poema inicialmente analisado. Mas dada a variedade de referências feitas a localização das mesmas, tais lagoas já possuem sabor de lenda.

Na versão mais lógica sobre o marco inicial da cidade Alagoinha do Piauí, as lagoas situam-se ao longo do rio Marçal. Mas na versão representada na poesia de Adão das Chagas Brito<sup>3</sup> as tais lagoas localizavam-se onde hoje corresponde ao centro da cidade:

Alagoinha é o nome  
 Uma origem do passado  
 Uma lagoa que tinha  
 Bem próximo onde foi criado  
 As casas e o mercado público  
 Em forma de povoado. (BRITO, 2000, p. 251).

Pelas versões do poeta, subte-se que a famosa lagoa – citada em muitas versões como marco inicial da formação de Alagoinha do Piauí e que acabou por dar nome a cidade, por ocasião de uma votação popular – existiu na proximidade do mercado público, no final da atual Avenida Nove de Abril. Essa avenida constitui-se como a via principal da urbe, onde a lagoa se encontra até a atualidade. O trecho indicado, próximo ao mercado público, é conhecido pela população como o açude municipal.

---

<sup>3</sup> Antigo morador de Alagoinha do Piauí, poeta, humorista e político, considerado o arquivo vivo, (pelos moradores mais velhos e os historiadores atuais que sempre recorrem a seus poemas e relatos para embasar seus discursos) da história da referida urbe, falecido em 2012.



Imagem 02: Pesca na lagoa (açude), em Alagoinha do Piauí, em 20 de julho de 2006.  
 Fonte: CARVALHO, 2006, p. 264

A poetisa Fídelia Rocha, no poema utilizado no introito deste capítulo, também se refere ao açude (lagoa) como sendo o local onde nasceu a cidade de Alagoinha do Piauí. Em seus versos ela diz que “nasci já faz um bom tempo/ aqui na beira do açude”.

Existem também outras versões não oficiais, sobre a formação de Alagoinha do Piauí que citam a existência de mais duas lagoas nesse território. Tais versões citam como localização das mesmas os espaços hoje ocupados pela Unidade Mista de Saúde Salomão Caetano de Carvalho e pela Churrascaria Cristóvão, importante espaço de sociabilidade da cidade nos dias atuais. A existência de tantas lagoas, segundo a tradição oral, fortalece ainda mais a ideia de Alagoinha do Piauí como sendo uma terra que atrai por oferecer condições básicas para a sobrevivência humana.

As divergências entre os discursos sejam eles de cunho poético ou memorialísticos, são muitas e não se restringem a localização das lagoas. Analisando, os resumos e textos históricos, também há divergências sobre o local de fixação da primeira família que adentrou o território da atual Alagoinha do Piauí. Como também há divergências sobre qual teria sido a primeira família a ocupar essas terras. Contudo, todos destacam a existência de aguadas no território e, por conseguinte o caráter atrativo da terra. A versão mais antiga, cita o território de Areia Branca como núcleo inicial de colonização. Como podemos verificar nos seguintes versos tecidos por Francisca Maria da Silva.

O primeiro a chegar  
 Foi João Raimundo da Silva  
 Era um bravo português  
 Vindo da província da Bahia  
 Na localidade Areia Branca  
 Instalou-se com a família

Dois anos mais tarde  
 Vindo de Crato no Ceará  
 Chegou a Areia Branca  
 E lá passou a morar  
 O camponês José de Brito  
 Com o seu familiar

Com permissão de João Raimundo  
 José de Brito ali ficou  
 Com sua esposa e os dois filhos  
 Unido a ele trabalhou  
 Seu filho Pedro José de Brito  
 Com Margarida se casou

Juntos essas duas famílias  
 Formaram um povo bonito  
 Trabalhavam sempre juntos  
 Criaram laços infinitos  
 Pois casaram seus filhos  
 Dando origem a família Brito.

Depois chegaram outras famílias  
 Vindos de outros estados  
 Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.  
 Os Brito, os Fialho e Dias de Medeiros,  
 Que pularam seus legados  
 Na localidade de Piranhas

Com a família veio se instalar  
 Antônio Gomes de Lima  
 Que veio de Icó no Ceará  
 Fixou sua moradia junto ao rio  
 Na região do Canindé  
 Baixa e São João

Chegou o colono Francisco de Sá Campo  
 Conhecido como Chiquinho capitão  
 Formou a família Sá  
 Numerosa naquela região  
 Também fazem parte

Dos primeiros moradores  
 Os Sobreira e os Fialho  
 E outros fundadores  
 Como os Rocha e os Policarpo  
 Junto com os seus seguidores. (SILVA, 2016)

Segundo os versos de Francisca Maria da Silva (2016), a primeira família a se instalar nas terras da futura Alagoinha do Piauí, foi a família de João Raimundo da Silva. Ele seria um português vindo da Bahia que se fixou em Areia Branca (a quem deu esse nome), devido àquela região possuir uma terra propícia para o plantio e por se

tratar de baixios e tabuleiros de terra branca. A terra da dita região também oferecia condições favoráveis para a emergência de pastagens para a criação de animais.

Contudo o fator mais importante presente em Areia Branca, e que tornava suas terras mais atrativas para seus colonos, era a disponibilidade de água em abundância. A referida região era cortada por um riacho de águas temporárias. Tal riacho apresentava suas cheias apenas no período chuvoso (no Nordeste brasileiro o “inverno” corresponde aos meses de Outubro a março), mas sua vazão permitia o acesso a água durante o ano todo, mediante a abertura de cacimbas em seu leito.

Teriam sido esses fatores, a existência de água para o plantio, a criação de animais e a agricultura de subsistência, que teriam atraído outros pioneiros para a região de Areia Branca. José Brito citado no poema, como o segundo colono a chegar a tal território, teria se dirigido a Areia Branca e lá permanecido mediante permissão de João Raimundo da Silva, atraído pelo fato de a terra oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura.

Entretanto, a versão mais recorrente, nos resumos históricos, textos memorialísticos, contradiz alguns pontos da versão apresentada no poema. Tal versão cita a região da localidade Piranhas, próxima ao Rio Marçal, como sendo a primeira região, do atual município de Alagoinha do Piauí, a ser colonizada. E cita também o colono Antônio Gomes de Lima, vindo de Icó, estado do Ceará, como o primeiro desbravador. Segundo esta versão, João Raimundo da Silva teria sido o segundo colono do território, vindo a ocupar a área da já citada Areia Branca, acompanhado, posteriormente, por José de Brito e pelas famílias Fialho e Dias de Medeiros.

Desse modo o Rio Marçal, seria o ímã mais lógico para o desbravador do território da atual cidade de Alagoinha do Piauí. E como um ímã, tal rio atraiu não somente o colono Antônio Gomes de Lima.

Consta em relatos históricos, a chegada de um colono chamado José Dias de Medeiros, oriundo do Aipode, no Rio Grande do Norte. De acordo com os relatos ele teria adentrado no território da atual Alagoinha do Piauí em 1813 e se fixou às margens do Rio Marçal (no lugarejo conhecido como Riachão).

Três anos depois, em 1816, teria chegado à casa de José Dias de Medeiros um homem denominado de Matheus da Cunha Sobreira. Segundo as versões encontradas este dito senhor, teria vindo da Paraíba na condição de fugitivo (o motivo da fuga é desconhecido). Contudo, consta que o mesmo passava o dia nas redondezas de Areia Branca, Pedras e Muquem, como são identificados tais lugarejos, na atualidade. E, à

noite, o mesmo subia a serra até um lugar conhecido como Serrinha de Honorato e dormia na loca de uma pedra, que posteriormente ficou conhecida como pedra de Matheus.

Consta ainda que o mesmo ficou abrigado por José Dias de Medeiros, por um tempo, mas posteriormente, também se instalou às margens do Rio Marçal, para onde trouxe a família, vindo a criar os primeiros rebanhos bovinos e caprinos do atual município de Alagoinha do Piauí.

Com isso, cabe ressaltar que Alagoinha do Piauí, em seus primórdios, quando consistia em uma floresta inabitada, configurava-se como uma terra atrativa, como é apresentada pela poesia, memorialística e historiografia. Segundo os versos e as versões correntes o motivo do território ser tão atrativo, consistia no fato de haver muita água, na dita região. Além do Rio Marçal e das lagoas que preenchiam seu leito no verão, havia os riachos, as cacimbas, as águas subterrâneas de Areia Branca e inúmeras lagoas, espalhadas pelo território hoje, compreendido como o centro da cidade. Devido às secas constantes, a maioria delas secou, restando apenas as já citadas, lagoa grande, citada nos versos e versões como o marco inicial da cidade a quem denomina. Tal lagoa situa-se nas terras de João Gabriel de Brito, sendo que e em 1900 recebeu o nome de lagoa de João Gabriel.

A imagem de Alagoinha do Piauí como “terra prometida”, nos seus começos, cristalizou-se. Contudo, a ideia segundo a qual Alagoinha do Piauí exerce poder de atração sobre as pessoas não se limita a época de sua colonização. Se as versões mais antigas citavam as florestas e a lagoa como elementos constituidores de uma cidade atrativa, os versos mais antigos e mais recentes continuam representando a então cidade de Alagoinha do Piauí como uma deusa. A dita urbe continua sendo representada como uma sereia cujo canto e o encanto seduzem os viajantes e hipnotiza os seus filhos.

A cidade de Alagoinha do Piauí vista por seus poetas locais como “a menina dos olhos” continua sendo uma cidade atrativa. E não apenas pela abundância de água e terra fértil, um fato que há muito não condiz com a realidade, mas também pelo seu “encanto” Nos versos dos encantadores de almas, a lagoa ainda brilha. Mas sobre ela se ergueram outras alegorias, referenciadas também pelos demais cidadãos, como sendo elementos que atribuem à cidade um caráter peculiar e atrativo.

Na letra do Hino Municipal de Alagoinha do Piauí, a poetisa Fidelia Rocha, apresenta uma série de elementos que contribuem para a construção da imagem desta cidade como sendo de uma terra de sonhos e de “valores mil”.

No folclore a beleza é tradição  
 Novenários, foguetes e bandeiras.  
 Culto misto de fé e diversão  
 São Gonçalo, Reisado e brincadeira.

Preservando a cultura dessa gente  
 A arte vem ostentada na bandeira  
 Ficará o legado eternamente  
 Aos filhos desta terra hospitaleira. (ROCHA, 2007, p. 120).

Por tais versos, verifica-se que ao alcançar o posto de cidade, quando os elos das correntes se quebram, Alagoinha do Piauí passa a ser representada como uma cidade que atrai, não só pela terra, mas também pela beleza “no folclore a beleza é tradição”, pelos novenários (referência feita aos novenários do santo padroeiro da cidade que atrairia pessoas de todas as partes do Brasil) o São Gonçalo e o reisado, manifestações culturais do município que se apresentavam a princípio como práticas constantes de sociabilidade.

A beleza da arquitetura de Alagoinha do Piauí também foi destacada nos versos e na memória dos cidadãos. A arte dos **bordes**, uma espécie de desenho de cor verde e, amarela, presentes nas fachadas das casas, símbolos da cultura daquela gente é enaltecido como uma característica carregada de significações no hino, na bandeira municipal e na memória dos cidadãos. Esse fato foi evidenciado na narrativa oral da depoente Francisca Adriana Rocha, ao afirmar que, no período das décadas de 1970 a 1990:

As casas aqui do centro todas... Todas aqui da avenida [Avenida 09 de Abril], perto da praça [Praça São Francisco], já existiam. É uma pena que eles já tenham deformado né, o formato original das casas que era... Assim... Uma coisa muito bonita, muito forte na nossa cultura, à frente a fachada das casas, cheias de bordes, mas aí a modernidade chega e as pessoas não tem esse espírito de pertencimento, de querer preservar, então já se perdeu muito. (ROCHA, 2017).

Podemos perceber através da fala da professora Francisca Adriana Rocha, em que consiste o trabalho da memória. Como nos diz Eclea Bosi (2006) a memória tem por objetivo preservar o tempo passado. Essa pesquisadora afirma ainda que a memória tem importância fundamental, no processo psicológico humano “pois permite a articulação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações” (BOSI, 2006, p. 47). A memória traz o passado de volta e toma todo o espaço da consciência, permitindo que as percepções que se tem do presente sejam construídas a partir das percepções do passado.



Michael Pollak (1987), por sua vez, nos lembra de que a memória é coletiva, visto que é uma construção social do presente sobre o passado, contudo o indivíduo tem força para interferir e selecionar aquilo que deseja recordar, realizando internamente um processo de negociação entre o que é memorável e o que não é, culminando, consciente ou inconscientemente em um processo de esquecimento ou silenciamento sobre determinados eventos. Assim, a memória muda constantemente de acordo com os grupos e atores sociais, pois podem conceber versões diferentes de um mesmo fato no processo de seleção da memória. Segundo Pollak (1987) tal mudança só não se verifica com relação a acontecimentos importantes, que são repetidos da mesma forma por todos aqueles que viveram ou sentem como se tivessem vivido tal evento, embora tais eventos também sofram interferência do indivíduo, que exacerba um fato ou menospreza outro ou inventa algum detalhe, os pontos importantes, por questão de coerência acabam prevalecendo. Isso é o que ocorre com a lembrança dos “bordes” – detalhes arquitetônicos criados pelos moradores de Alagoinha do Piauí para enfeitar as fachadas e suas casas que, por possuir uma importância simbólica, sobreviveram dentro da memória coletiva.



Imagem 03: Casas com bordes, em Alagoinha do Piauí, em 19 de maio de 2017.  
Fonte: Acervo pessoal de Regivalda Sousa.

Cabe lembrar, entretanto, que tais detalhes arquitetônicos, símbolos de beleza cultural e identitária, enfeitavam apenas as casas das famílias abastadas do município, uma minoria que habitava o centro da cidade. De tal modo que a maior parte da arquitetura da cidade nascente ainda se constituía de construções rústicas e de aspectos rurais, do exterior ao interior das residências, podendo-se verificar casas de taipa, de,

adobe sem revestimento, com quintais tecidos com madeira e fogões de lenha, inclusive no centro urbano.

No entanto, os bordes, por seu caráter peculiar e próprio de Alagoinha do Piauí, passaram a ter lugar na memória e na identidade do lugar, vindo a ser destacado na bandeira do município, apresentada solenemente na igreja matriz de Alagoinha do Piauí. Um fato que confere a igreja de São João Batista o caráter formador de identidade cívica do município, colocando-a como um espaço de poder.



Imagem 04: Apresentação da bandeira de Alagoinha do Piauí na Igreja São João Batista.

Fonte: CARVALHO, 2006, p. 141.

Voltando a comentar o poema de Fídelia Rocha percebe-se que a intenção de atribuir a Alagoinha do Piauí a imagem de um lugar bom para se viver continua impressa nos versos dos seus moradores que também exaltam as qualidades da convivência humana em tal cidade, a hospitalidade inerente ao espaço urbano e os valores sociais e culturais preservados pelos cidadãos. Tais características também são exaltadas nos versos de Francisco Samuel do Nascimento:

Terra bonita  
De gente do bem  
Outra igual não tem  
Eu te amo com esmero.  
Minha Alagoinha  
Te ver crescer  
Ver teu povo vencer  
É o que mais quero  
(...)  
Minha Alagoinha

Se outro não tem  
 Eu não nego a ninguém  
 Seu enorme valor  
 És rica em cultura  
 Cidade poesia  
 Terra de alegria  
 De paz e amor. (NASCIMETO, 2016, p. 24).

Com isso, verifica-se que os moradores mais antigos pintaram a “terra virgem” de Alagoinha do Piauí como a “terra prometida”. Os versos desta epopeia continuaram sendo construídos pelos poetas, ainda em 1990. Os temas das poesias se referem não só às suas origens, mas também, à cidade recém-emancipada e a cidade atual. A intenção, entretanto, vai para além da tentativa de dar legitimidade à ocupação e à emancipação política, visto que despontam na tentativa de construir uma identidade para Alagoinha do Piauí e mostrá-la ao mundo, como uma cidade sedutora.

## **2.2 Sob os elos da corrente: Alagoinha do Piauí, um pequeno povoado.**

No ano de 1934  
 Alagoinha tornou-se povoado  
 Pertencente a Pio IX  
 Era por ele governado  
 Não tinha autonomia política  
 Por não ser emancipado  
 (...)  
 Por aqui antigamente  
 Eram grandes as dificuldades  
 O povo muito carente  
 Passando necessidades. (SILVA, 2016).

Nos versos acima, a professora Francisca Maria Silva, enfatiza um dado período da história de Alagoinha do Piauí, o seu povoamento. E enfatiza também as dificuldades inerentes a vida nesse então pequeno povoado, posto que é dessa forma que o mesmo é descrito pelos seus habitantes, quando se reportam aos primeiros momentos do lugarejo pós-colonização e também durante o período em que esteve anexado ao território de Pio IX.

Assim, buscamos perceber, qual a imagem construída sobre Alagoinha do Piauí, nessa fase de sua história pela seguinte razão: tal discurso emitido sobre Alagoinha do Piauí perpassa a década de 1970, período em que Alagoinha do Piauí ainda se constituía como um pequeno povoado e marco inicial do nosso recorte temporal. Portanto, é

preciso entender como Alagoinha do Piauí era representada nesse período, para se perceber em que contexto se desenvolviam as sociabilidades desse lugar.

Como já foi discutido, os relatos, resumos, crônicas e os poemas dos habitantes de Alagoinha do Piauí, apresentam a cidade como um lugar atraente e bom de viver. No entanto, quando se referem a tal território como espaço colonizado e dominado pelo município vizinho os discursos mudam. Talvez como forma de legitimar o erguimento do lugarejo até o posto de vila e, posteriormente, à sua elevação à categoria de cidade.

O jornalista Uriel Marcos de Carvalho (2006), em sua coletânea de livros intitulada “Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí: história documental. (1792-2006)”, faz a seguinte descrição das condições de vida ofertada pelo lugarejo de seus começos até a década de 1970.

Os moradores da aludida região, durante muitas décadas enfrentaram a dura realidade da monarquia. Embora, estivessem geograficamente distantes de seus comandantes, os colonos que lá viviam teriam seus dias marcados pela falta de assistência de qualquer natureza como: falta de transporte que não fosse o animal, educação sistemática, medicina alopática ou qualquer outro benefício de obrigatoriedade do poder público. (CARVALHO, 2006, p. 21)

Nesse trecho, o autor refere-se as primeiras décadas do lugarejo como um período de muitas dificuldades, para os colonos que lá viviam. Tais dificuldades adivinham do fato de Alagoinha do Piauí se constituir, a princípio, como uma “terra de ninguém”.

Os colonos viviam em fazendas e sítios situados às margens do Rio Marçal ou das aguadas, espalhados pelo território de Alagoinha do Piauí, sobrevivendo da pecuária e da agricultura familiar de subsistência. Sem poder se comunicar, muitas vezes, nem mesmo entre si, visto que as tais fazendas e sítios se localizavam a quilômetros e quilômetros de distância, como nos afirma a historiadora Lucimar Rocha (2014),

De fato, é fácil supor que as condições de integração dos primeiros povoadores do lugar Alagoinha foram precárias nos primeiros anos do século XIX, provavelmente, havia pouca ou nenhuma comunicação entre os moradores e também destes com a sede Pio IX, a falta de estradas, a falta de meios de comunicação e até mesmo a falta de meios de transporte que não fosse o lombo de animais funcionaram, sem dúvida, como fatores de distanciamento e falta de integração destes primeiros colonos. (ROCHA, 2014, p. 34).

Segundo os relatos que se tem, naquele tempo, tudo era floresta. Os caminhos por onde se andava, eram veredas no meio das matas. O único transporte disponível era

o animal: o cavalo para os colonos mais abastados e o jumento para aqueles que dispunham de poucas condições financeiras.

Os primeiros moradores chegaram à região do atual município de Alagoinha do Piauí, transportados em tais animais. Durante aproximadamente um século, esse foi o único meio de transporte do lugar.

Segundo os versos feitos sobre a história do município, o primeiro veículo automotor chegou a estas terras em 1942, trazido por um visitante oriundo do Ceará. Tratava-se de um caminhão, um fenômeno para os olhos dos habitantes de Alagoinha do Piauí. Mas apenas em 1944, os moradores da região conseguiram comprar um veículo que ficou lembrado como sendo o primeiro caminhão de Alagoinha do Piauí, utilizado para transportar mercadorias do município para os estados vizinhos.



Imagem 05: 1º caminhão de Alagoinha do Piauí, um Ford 1944 comprado para servir aos Alagoinhenses, foi adquirido em sociedade por José Antônio Cipriano e Ângelo José de Carvalho em 1944. Fonte: CARVALHO, 2006, p. 437

Em tais condições, Alagoinha do Piauí se apresentava como um lugar isolado, desprovido de todos os serviços públicos, o que dificultava a vida dos habitantes. Assim, a imagem que se tem da atual cidade em seus começos é a de um lugar atrasado, como se pode verificar nos versos de Francisca Maria Silva (2016),

A nossa economia  
Era agricultura de subsistência  
E a criação de gado  
Mas sem grande consistência

Era de maneira artesanal  
Apenas para a sobrevivência

A grande escassez de água  
Foi um problema presente  
O subsolo era rico  
Mas não tinha escoamento  
Precisava perfurar poços  
Para abastecer essa gente

Todo o nosso município  
Sofria com a escassez  
Era grande a falta de água  
E eu digo pra vocês  
Quem não morasse perto do rio  
Ficava sem água de vez

Não tinha água encanada  
Nem tão pouco energia  
Quem tinha cisterna em casa  
Quando a chuva vinha enchia  
Ou ia buscar no rio  
Com uma cabaça e uma rodilha

Era um lugar isolado  
Difícil comunicação  
E isso dificultava  
Viver nessa região  
Esse fato atrapalhou  
Sua rápida expansão

Tudo era difícil  
Não tinha desenvolvimento  
Falta meio de transporte  
O acesso à saúde para o doente  
O idoso nem aposento tinha  
Pra comprar o suprimento. (SILVA, 2016).

Os versos acima da poetisa Francisca Maria Silva trazem uma imagem diferente da construída sobre o momento de atração inicial e sobre o momento do pós-emancipação. A mesma cita a agricultura e a pecuária, ainda como a principal fonte de renda de Alagoinha do Piauí e afirma o caráter de subsistência imprimida a tais atividades.

Entretanto, após a colonização, a terra já não possui o caráter atrativo de antes. A água, que nos primórdios existia em abundância, agora existia de forma escassa. A poetisa afirma ser este um grande problema, visto que já não havia vazão. As águas eram subterrâneas e para garantir o abastecimento do lugar era preciso a perfuração de poços.

A falta de energia elétrica e de água encanada até fins de 1970, passa a ideia de um espaço não urbanizado, com a predominância de elementos fundamentalmente rurais e de costumes marcados pela mesma ruralidade, a exemplo do ato de ir pegar água no rio com cabaças e rodilhas e de coletar água da chuva.

Ainda segundo os versos de Francisca Maria Silva (2016), o isolamento do lugar era outro agravante, pois dificultava a comunicação. O lugar situava-se a muitos quilômetros das localidades vizinhas e não dispunha de meios de comunicação nem de transporte que viabilizasse o contato com os mesmos. Mais um indício de espaço não urbanizado. Lucimar Rocha elucida essa questão nos seguintes termos:

Tendo em vista a enorme distância entre o antigo povoado e a sede do município Pio IX, que se localiza a uma distância aproximada de 80 quilômetros (percorridos por desvios, não por estradas). O contato à época das primeiras povoações era feito via veredas, percorridas no lombo de animais. Hoje, via estradas asfaltadas a distância chega a aproximadamente 120 quilômetros. (ROCHA, 2014, p. 25).

Segundo a versão de Lucimar Rocha a distância entre Alagoinha do Piauí e a sede em Pio IX, agravada pelas condições das estradas, meras veredas, e pelos meios de transporte, animais, dava contornos ao isolamento do lugar.

Ainda comentando o poema de Silva, a poetisa cita a inexistência de hospitais e a falta de assistência previdenciária para os idosos. Percebemos por seus versos, o quanto a autora se esforça por apresentar Alagoinha como um lugar difícil de viver. E também percebemos o caráter provinciano do lugar, marcado pelos costumes simples, como buscar água no rio ou nas cacimbas que se constitui naquele momento e até meados da década de 1990 como uma prática de sociabilidade. A cacimba era o lugar do encontro, das conversas de comadres.

Sobre a falta de assistência médico-hospitalar, tanto para as primeiras povoações, como para a povoada Alagoinha, encontramos também uma versão romantizada, construída por Regivalda Sousa, poetisa que faz um elogio aos rituais de cura executados pela população em tal período:

Minha cidade é pequena,  
Mas é muito especial,  
Pois tem de tudo hoje em dia,  
Tem farmácia, drogaria,  
E tem também hospital

Porem o mais curioso  
O mais sublime e poético  
É que o saber popular  
Naquele santo lugar

Já venceu saber de medico

Lembro que na minha infância  
 Infância que vivi lá  
 Quando estava adoentada  
 A cura vinha apressada  
 Numa marmita de chá

E tinha chá para tudo  
 Digo não é brincadeira  
 Pois todo mal se curava  
 E quando jeito não dava  
 Era a vez da rezadeira

E como ela rezava  
 Tadinha rezava tanto  
 Rezava por toda vida  
 De companhia caída  
 E do famoso quebranto. (SOUSA, 2016, p. 109).

Inicialmente, a autora alude a um possível progresso atual. E, em seguida, cita o saber popular como algo sublime, poético, fazendo referência aos tempos em que eram as rezadeiras as grandes médicas dos alagoinhenses, estando presentes do nascimento a morte, rezando para realizar a cura de todas as moléstias do corpo. Ao dizer que a reza das benzedeadas e os chás caseiros venceram a medicina, a poetiza dá a entender que tais métodos eram mais eficazes do que a intervenção médica, um fato que não condiz com a realidade. Rituais caseiros eram meios alternativos de cura em função da inexistência de atendimento médico-hospitalar especializado. Sobre isso o Jornalista Uriel Marcos de Carvalho faz as seguintes considerações:

As dificuldades e a escassez de recursos financeiros e conseqüentemente de cultura levou os homens do campo a trazer naturalmente seus modos vivendi, suas tradições e credences até hoje empregada em determinada camada da nossa comunidade. De formas usadas como tratamento de saúde, enfermidades que, no desespero dos seus apelavam para os recursos do meio, como: raizeiras, benzedeadas, simpatias e promessas com santos de devoção. Entre as rezadeiras que existiram no município de Alagoinha do Piauí citarei uma “tia Maria de Piolho” que com a vivência e a experiência de seus mais de 88 anos, continuou até sua morte, sendo a preferida por suas benzeções ou rezas. Reina na concepção de algumas camadas que a fé cura a complexidade dos meios de vida e a pobreza de recursos faz chegar a conclusão de que se não cura tem a eficiência de aliviar o sofrimento com a esperança da cura. (CARVALHO, 2006, p. 733).



Nesse trecho Carvalho destaca a precariedade da vida em Alagoinha e a presença das rezadeiras na realidade do lugar. Além de Maria de Piolho, também existiram outros benzedores, inclusive homens, que eram populares por suas rezas e procurados em demasia para rezar principalmente em crianças. Um exemplo é o senhor Deolindo Cícero de Carvalho, famoso por suas orações capazes de aliviar moléstias graves e corriqueiras como o quebranto, citado no poema, uma doença que provocaria difteria e febre.

Considerando que os rituais alternativos de cura eram práticas constantes na vida do pequeno povoado Alagoinha do Piauí, o jornalista Uriel Marcos de Carvalho ainda acrescenta:

A medicina caseira é bastante presente em Alagoinha do Piauí. Os remédios populares eram de origem animal e principalmente os vegetais como: chás, garrafadas lambedores. As medicinações de raizadas são ministradas por curandeiros, raizeiros ou por terceiros segundo o uso da região. (CARVALHO, 2006, p. 734).

Os chás medicinais eram os remédios caseiros, a quem se recorria para o alívio das dores, e iam desde chás de alho até chás de nós-mostarda, este para enfermidades mais sérias. Já as raizadas, a que o jornalista faz referência, eram medicamentos populares feitos com raízes de vegetais, por meio da infusão das mesmas em bebidas alcoólicas, como a “pinga”, utilizada para conservar as raízes.

A autora do poema romantiza uma realidade que existia em virtude das duras dificuldades e falta de assistência porque passavam o povo de Alagoinha do Piauí. Segundo versões mais aceitas, nessa época de duras privações, o povoado era assistido apenas por um homem, Honorato Vicente de Lima, que, com intuito de enfermeiro atendia a população. Em casos graves atuava como médico, enfermeiro, farmacêutico, mesmo sem dispor de saberes científicos. Receitava medicamentos, com base no senso comum, saber adquirido com a vida. Em 06 de outubro de 1946 Honorato Vicente de Lima inaugurou a primeira farmácia de Alagoinha do Piauí e, como afiança Uriel Marcos de Carvalho (2006, p. 206), “até sua morte era considerado a segunda pessoa abaixo de Deus”. Portanto, tinha-se que recorrer a meios alternativos de cura.

A autora Leda Moura da Silva explica que, em função dos ideais de progresso e modernização disseminados pelo Estado Novo, uma política higienista de controle de doenças urbanas começou a se propagar pelo Brasil e em 1938 chega ao Piauí. Nesse período é construído o Departamento de Saúde Pública (DSP) que passa a coordenar atividades de assistência à saúde pública, dentre as quais se destacam investigações de,

doenças transmissíveis e a fiscalização da policia sanitária. A autora cita como os executores das atividades os médicos, enfermeiras visitadoras, auxiliares de consultório e farmacêuticos. Tal política de assistência à saúde publica concentra-se no espaço urbano de modo que povoados, como era o caso de Alagoinha do Piauí ate meados da década de 1980, não se beneficiam dela de forma plena. As visitas realizadas por médicos eram raras, de modo que os doentes impossibilitados de se encaminharem para Pio IX, o centro urbano, em virtude da distancia ficavam a mercê de curandeiros.

Cabe-nos lembrar de que a autora do poema, Regivalda Sousa, não viveu a década de 1970, uma década incluída no tempo das grandes privações de Alagoinha do Piauí. Contudo constrói um discurso sobre a presença das rezadeiras e dos remédios caseiros, existentes na época, graças ao que Michael Pollak (1987) chama de memória herdada.

A ideia de herança se explica pelo fato de que o individuo pode recordar aquilo que viveu pessoalmente e aquilo que viveu por tabela, isto é, eventos vividos por antepassados do grupo a que pertence e que chegam ate ele, sendo passados de geração em geração por meio de socializações, da tradição oral realizada pelo grupo social a que pertence. No caso de Alagoinha do Piauí a maior parte dos acontecimentos passados, principalmente aqueles que dizem respeito à colonização e a emancipação, chegam à atualidade por meio da memoria herdada por sujeitos que agenciam suas memorias ao ponto de se sentirem participantes delas.

O processo de urbanização do espaço de Alagoinha do Piauí inicia-se em 1930, quando um grupo de colonos – recorrentemente referendados e louvados em versos e versões da história desta cidade, a exemplo de José Gomes de Lima e Raimundo Gomes da Silva – começam os trabalhos de erguimento da vila Alagoinha, com o intuito de melhorar a vida dos moradores do lugar. Começam então a construção das primeiras casas, no lugar onde hoje corresponde ao centro da cidade, onde também começam a erguer o mercado público.

Um fato curioso é que a casa que é recorrentemente citada como sendo a primeira a ser erguida na vila Alagoinha, localiza-se na esquina da atual Rua José Lima e por muito tempo funcionou como um bar, Contudo, mesmo funcionando como um dos bares que ladeiam a igreja de São João Batista, é apresentado como uma lanchonete, segundo nossas fontes a razão para essa camuflagem é atrair pessoas para aquele espaço.

No ano de 1934 Alagoinha do Piauí, deixa de ser um vilarejo, sem administração político-administrativa e se torna um povoado pertencente a Pio IX. Tal evento surge para os filhos de Alagoinha do Piauí como uma novidade que traz poucas, quase nenhuma, mudança ou melhoria para o espaço ou a vida dos seus habitantes.

Assim o período intercalado entre 1930 e 1986 é lembrado com desânimo, ressentimento, em tom de lamento pela monotonia da vida naquele lugar e pela lentidão com que se avançava o projeto de emancipação política. Como se percebe pelos versos de Adão das Chagas Brito:

De trinta a oitenta e seis  
Andou tudo lentamente  
Anos inteiros parados  
Depois um passo pra frente  
Somente em oitenta e seis  
Tomou rumos diferentes. (BRITO, 2000, p. 251).

Aqui percebemos certo silêncio sobre a vida dos alagoinhenses, no período intercalado entre 1930 e 1986. Tais anos são lembrados apenas para rememorar a passagem de Alagoinha do Piauí da condição de vila à condição de povoado, bem como no processo de emancipação político-administrativa.

Nosso recorte começa na década de 1970 e o retrato que se tem dessa época, de Alagoinha do Piauí, enquanto povoado de Pio IX, é o mesmo que se tinha da Alagoinha recém-colonizada. Ou seja, a imagem de uma terra isolada, sem desenvolvimento, sem acesso aos principais serviços públicos. Posto que no período em que se tornou um povoado passou a possuir uma administração política, mas a mesma ficava a quilômetros de distância e não atendia a necessidade dos alagoinhenses que, portanto permaneciam abandonados.

As representações feitas pela poética, sobre o povoado Alagoinha, dialogam com as representações feitas pelos moradores do local nos resumos históricos. Estes apontam tais dificuldades de se viver em tais terras como sendo causada pela falta de assistência da administração pública. E, utilizam as supostas negligências cometidas pelo município de Pio IX, no sentido de não atendimento às necessidades do povoado Alagoinha, como motivo legitimador da luta pela emancipação. Ou seja, acreditavam que através da autonomia política conseqüentemente viria o desenvolvimento e a expansão territorial.

Sabemos, portanto que em 1970, segundo a Constituição do Estado do Piauí de 1947, o então povoado não possuía ainda as condições necessárias para alcançar a,

emancipação política, pois não possuía nem a renda e nem a população mínima exigida pela lei.

Os municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos municípios, mediante lei do Estado, para cuja aprovação são exigidos dois terços da totalidade dos votos da Assembleia, cabendo a iniciativa:

I) Às respectivas Câmaras Municipais, conjuntas, no caso de incorporação, e isoladas, nos demais casos, sempre por maioria absoluta;

II) A seiscentos eleitores, no mínimo, dentre as populações diretamente interessadas;

§ 1º - A formação de novos municípios dependerá, em qualquer caso, da coexistência das seguintes condições:

a) População mínima de oito mil habitantes;

b) Renda anual mínima de vinte mil cruzeiros;

c) Patrimônio com área mínima de quatrocentos hectares.

(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, 1947, apud ROCHA, 2014, p. 52-53).

Contudo já havia no povoado as edificações principais do cenário urbano, como o mercado público, construído em 1930, para organizar a feira livre presente desde 1928, no então povoado, atividade típica do espaço urbano. E também já possuía um templo religioso, a igreja de São João Batista, que também é considerado por Raquel Rolnik (2004), como sendo um ímã que atrai pessoas para o ambiente citadino. Contudo, as representações feitas sobre esse espaço nesse período, são poucas. Mas o representam ainda como um espaço rústico, como nos afirmou em depoimento Fídelia Rocha (2017).

Pensando na estrutura da cidade, nessa época de 1970, pode-se dizer que a mesma era desprovida de quase tudo. Não tinha calçamento, as ruas eram construídas aleatoriamente, não tinha questão de medida, nem a metragem das calçadas, tanto que nós temos ruas muito estreitas, outras ruas que precisam ser fechadas, por não darem espaço para as pessoas se locomover. Mas... Era tudo muito difícil. Alagoinha ainda era povoado, pertencente a Pio IX... Era lugar pequeno... Assim tinha feira, era grande a feira, porque era um lugar que tinha muita renda, da questão da agricultura, da criação de gados, ovelhas, assim era uma cidade, como se diz, de um povo pobre mais muito trabalhador e que gerava renda, que era um dos motivos de Pio IX, que era o município a quem Alagoinha pertencia, não queria desmembração, porque enfraquecia a economia deles. (ROCHA, 2017).

Na narrativa oral de Fídelia Rocha se percebe a imagem de uma terra pouco desenvolvida, sem calçamento nas ruas. As ruas do povoado foram descritas como sendo irregulares, muito estreitas, por falta de planejamento urbano. As dificuldades do viver em um povoado dependente da sede de um município distante são salientadas recorrentemente, tanto na fala de Fídelia Rocha, como nos relatos orais escritos que se tem.

Na fala da entrevistada também se verifica uma confusão feita entre as terminologias cidade e povoado. No período rememorado por Fídelia Rocha Alagoinha ainda existia como um povoado, mas era sentida como uma cidade. Sandra Jetary Pesavento (2007) explica que a cidade vai além da sua materialidade, existindo de forma concreta, mas também sensível em função do ethos urbanos, dos costumes citadinos, assim, embora Alagoinha do Piauí, ainda não fosse uma cidade concreta em 1970, já era uma cidade imaginária, pois a população se organizava e se sentia habitante de uma urbe.

As dimensões espaciais do então povoado são descritas como pequenas “era um lugar pequeno”, no que se refere a espacialidade e a singeleza dos costumes. Entretanto, a economia é citada como sendo elevada, um fato que coloca Alagoinha do Piauí como o objeto de desejo, a menina dos olhos de Pio IX. Contudo o que se verifica nas fontes é uma realidade oposta a apresentada pela depoente. Cruzando o depoimento com as fontes o que se verifica é a realidade de pobreza do lugar. Contudo o povoado Alagoinha era significativamente lucrativo para Pio IX em virtude da quantidade de impostos que era possível arrecadar de sua população crescente

Francisca Adriana Rocha, ao visitar suas lembranças, da Alagoinha na década de 1970 a início de 1980, traz um retrato parecido de Alagoinha do Piauí:

Eu lembro de cada pedaço de Alagoinha, eu acho que não ficava nenhum espaço nessa cidade que a gente não conseguisse andar. E às vezes eu até choro com saudade da época em que as coisas eram, embora fossem difíceis, mas eram mais gostosa de se viver. A cidade sem luz, a energia chegou pouco tempo depois que eu nasci. Mas mesmo com dificuldade, aqui no centro onde é o açougue municipal, ao lado do açougue, tinha a caixa d'água que era assim um... Eu lamento a gente não ter uma foto, talvez pessoas tenham, mas eu nunca vi. Eu lembro perfeitamente como era a casa do motor, onde desligavam a energia, ligava depois desligava. Depois tinha uns quiosques, onde hoje é a praça, as ruas eram de piçarra, uma terra grossa, uma areia. As casas eram distantes uma das outras, o mercado já existia. Essa casa do motor e também a caixa d'água, era engraçado que isso funcionava como uma espécie de delegacia, os policiais vinham de Pio IX, pra fazer as rondas por aqui e às vezes quando tinha alguma coisa chegavam a prender, eles prendia nessa casa de,

motor até resolver pra poder levar pra Pio IX. Eu lembro da história de um rapaz, ele bebia muito, nem lembro o nome dele, mais eu lembro da história. Ele se soltava, porque estava embriagado e então ia lá e falava pra polícia eu me soltei, me prenda de novo, aquilo era motivo, a gente se juntava pra vê. Quando dizia prendeu fulano aí a gente ia pra ver, aquela coisa toda chamava muita atenção da localidade toda. Por que na época era povoado. (ROCHA, 2017).

Adriana Rocha (2017) reproduz em sua versão memorialística a imagem de um lugar pouco desenvolvido, sem calçamento, sem energia elétrica e posteriormente com energia movida a motor. Onde as casas eram afastadas e as instalações do motor elétrico serviam de delegacia.

No entanto, o que é mais lembrado do então povoado de Alagoinha do Piauí nessa época, de pouco desenvolvimento e muitas dificuldades, é o caráter provinciano do lugar, que se constituía como uma terra de gente alegre e amigã, onde todos se conheciam, ajudavam-se mutuamente e onde não se verificava grandes índices de violência. Onde tudo era motivo de diversão e sociabilidade, até mesmo a prisão de um bêbado, dado o caráter provinciano e pequeno do lugar. Como rememora Fidelia Rocha:

Havia muita alegria, amizade todo mundo se conhecia, visitava as casas uns dos outros e os trabalhos eram feitos sempre em mutirão é a questão das apanhas de feijão, de algodão, as matanças de porco. Tinha muita coisa assim que as famílias faziam em mutirão, se ajudavam mutuamente. (ROCHA, 2017).

Isso significa dizer que os momentos de sociabilidades, recordados pelos moradores do lugar, eram poucos, mas eram intensos. A feira, os passeios pelas ruas, os banhos nos rios, as visitas as casa vizinhas, as novenas da igreja, as serestas dos bares, eram momentos de intensas sociabilidades, visto o caráter pacato da cidade. Assim, o segundo aspecto do retrato de Alagoinha do Piauí entre 1970 e 1990, ainda é seu caráter isolado e provinciano.

### **2.3 A liberdade perfumando: Alagoinha do Piauí, a cidade do progresso.**

O vento, liberdade perfumando,  
Espalhando a fragrância da bonança  
Os elos da corrente se quebrando  
O povo a cantar hino de esperança. ( HINO OFICIAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ).

Nos versos acima citados, retratados no Hino oficial de Alagoinha do Piauí, percebemos um tom contente de quem anuncia um novo tempo. Esse tempo é rememorado pelos Alagoinhenses, em suas composições poéticas e em seus relatos orais, como o momento em que Alagoinha do Piauí passa a categoria de cidade e ganha sua autonomia política, desmembrando-se, portanto de Pio IX, município a quem pertenceu até 1986.

Assim, viajando pelos poemas e pelos relatos dos moradores de Alagoinha do Piauí percebemos uma nova imagem construída sobre essa cidade recém-emancipada. As dificuldades que eram recorrentemente enfatizadas, em referência as décadas que se estendem até a década de 1970, quando Alagoinha do Piauí mesmo possuindo traços urbanos, é lembrada como um lugar de pouco desenvolvimento, agora são substituídas pelas glórias de uma cidade independente.

A década de 1980 e a de 1990 são rememoradas como os anos das conquistas e da prosperidade. Sobre tais décadas Uriel Marcos de Carvalho (2006, p. 420) proclama: “Estes anos formam o tempo da brilhantina, do grande desenvolvimento da agora cidade Alagoinha do Piauí”. E a primeira dessas conquistas tão rememoradas é a autonomia político-administrativa.

Como já foi mencionado anteriormente as dificuldades enfrentadas pelos habitantes da localidade Alagoinha do Piauí em seus começos, fizeram com que aspirassem a elevação da mesma a categoria de cidade ainda no ano de 1930, quando começam a se organizar no sentido de tornar realidade o tal projeto

Os moradores de Alagoinha do Piauí, em específico, aqueles pertencentes à elite local, começam a erguer a vila Alagoinha na década de 1930, quando constroem as primeiras casas e o mercado público. Um espaço que confere um caráter urbano a região colonizada. Contudo, o empreendimento não se consolida com facilidade nem rapidez. Os versos de Adão das Chagas Brito evidenciam esse fato:

Setenta anos atrás  
 Armínio e João Gabriel  
 Sergio Fialho e Florêncio  
 Dede por nome Manoel  
 Dario e Antônio Cipriano  
 Zuza melado e Miguel

Muitos outros aderiram  
 Aquela iniciativa  
 Mas a falta de recursos  
 Os nossos direitos priva  
 Somente em oitenta e seis

Veio à parte positiva.

De trinta a oitenta e seis  
Andou tudo lentamente  
Anos inteiros parados  
Depois um passo pra frente  
Somente em oitenta e seis  
Tomou rumos diferentes. (BRITO, 2000, p. 251).

Este poema é recorrentemente citado como fonte sobre a história de Alagoinha do Piauí, pois se constitui como uma fonte rica sobre o tema visto que aborda com minúcias de detalhes os acontecimentos mais lembrados pelos alagoinhenses, pelo fato de terem marcado a história do lugar.

Na primeira estrofe o autor faz referência aos moradores de Alagoinha do Piauí que idealizaram e iniciaram o processo de erguimento da vila que deu origem a cidade Alagoinha do Piauí. Os nomes citados são de sujeitos pertencentes à elite local. Uriel Marcos de Carvalho, em uma edição do Jornal do Planalto, datada de 1991, aponta quem foram os líderes do movimento emancipacionista, iniciado na década de 1960.



Imagem 06: Recorte do jornal do planalto, edição de 1991.

Fonte: CARVALHO, 2006,



Nessa edição do Jornal, o jornalista Uriel Marcos de Carvalho rememora o movimento emancipacionista e dois pontos de sua narrativa sobre os fatos merecem destaque. Primeiro, o jornalista cita como encabeçadores do movimento em prol da emancipação, apenas as lideranças políticas de Alagoinha. E em segundo cita a concretização do projeto como um fato desacreditado pelo próprio povo de Alagoinha que “não acreditava no que estava vendo”, não acreditavam que Alagoinha do Piauí pudesse evoluir como cidade independente. O movimento emancipacionista, em um primeiro momento, é descrito como um movimento elitista, sem apelo popular.

No poema de Adão das Chagas Brito, tanto na segunda quanto na terceira estrofe, o autor destaca a década de 1980, como sendo o período da conquista. O período em que “veio a parte positiva”, em que o projeto de emancipação tomou rumo diferente. Ou seja, obteve sucesso, contrariando os resultados das tentativas anteriores.

As tentativas frustradas que aconteceram ao longo da década de 1960 e 1970, também são lembradas por seus moradores.

Foi quando a população do povoado Alagoinha no decorrer do ano de 1979. Resolveu fazer uma nova tentativa de emancipação política administrativa do povoado de Alagoinha. Fez-se o recenseamento das zonas urbanas e rural de toda área demarcada a ser desmembrada do município de Pio IX; Canindé (dos marinhos); povoação; Covadonga; Riachão de Monsenhor Hipólito; Cocos; São João de Padre Marcos; Pedras; Datas Canindé e São Julião, de São Julião que compõe uma área de 428 km<sup>2</sup> dentro dos limites da circunscrição territorial já julgada em competente processo demarca o território e desmembrados, obedecendo aos limites de suas linhas perimétricas de três datas: Canindé, Salamanca e Pedras, outra vez o sonho da população do povoado de Alagoinha foi desfeito pelas autoridades governamentais que indeferiram o pedido dos alagoinhenses, que não desistiram e, continuaram com a luta. Pela independência do sonho da população da hoje, Alagoinha do Piauí. (CARVALHO, 2006, p. 23).

Carvalho cita a emancipação política como sendo o sonho dos alagoinhenses, desejosos de se verem livres da dominação de Pio IX. A quem o povoado estava “acorrentado”. O autor enfatiza que, mesmo tendo o sonho frustrado, os alagoinhenses não desistiram da luta. Carvalho, assim, tece sobre Alagoinha do Piauí, o véu de uma comunidade imaginada, conceito construído por Benedict Anderson (1986) segundo o qual, em um contexto pequeno, como um pequeno povoado, os habitantes do mesmo se sentiriam irmanados, ao ponto de sofrerem juntos, comemorarem juntos e lutarem juntos por causas referentes à terra a que pertencem.

Eric Van Young (2008), no entanto, aponta essa ideia de comunidade imaginada como sendo impossível de se concretizar. Young utiliza o México em seu processo de luta pela independência para fundamentar seus argumentos, a fim de sustentar a tese de que nem mesmo em situação de guerra os habitantes de um território se unem movidos pelos mesmos ideais. E seu principal argumento consiste em dizer que quando o México decidiu lutar pela independência, a ideia de Mexicanos unidos contra a opressão e a ameaça externa só existia na cabeça da elite revolucionária desejosa de poder, as classes populares, se pegaram em armas, o fizeram em virtude de problemas locais, do terreiro de suas casas, pertinente diretamente a eles ou por uma ideologia que nada tem haver com a independência do México. O mesmo ocorre com os habitantes de Alagoinha do Piauí, onde a maioria da população desejava a emancipação, mas por razões diversas. A parcela da população que estava a frente do movimento emancipacionista era formada por políticos e indivíduos abastados desejosos de ampliar seus poderes políticos e econômicos. Estes entraram no jogo político movidos por interesses. A outra parcela da população, a maioria composta por pobres e iletrados, apenas apoiou o processo de emancipação motivados pela possibilidade de melhores condições de vida. Longe da liderança da luta emancipacionista, visto que quem estava a frente era a elite, o povo se envolvia no processo conversando sobre ele nas ruas.

Comparando a fala de Uriel Marcos de Carvalho na crônica produzida em 1991 e na produzida em 2006, verifica-se uma mudança em seu posicionamento sobre a participação do povo. Em um primeiro momento o autor destaca a elite como a camada que lutou pela independência do povoado e em um segundo momento aponta a emancipação como um sonho do povo. Young, explica essa mudança discursiva pela necessidade de da legitimidade ao movimento pela independência e de forjar uma identidade municipal.

Ainda, comentando o poema de Adão das Chagas Brito, na terceira estrofe, o poeta diz, em tom de lamento e desânimo “anos inteiros parados, depois um passo pra frente”, em relação ao processo de emancipação política. Isso se explica pelo fato do processo ter ficado paralisado por vários anos, fato que desagradou a elite local, representada pelo próprio Adão Das Chagas Brito, autor do poema, que tinha cadeira na câmara de vereadores de Pio IX e desejava aumentar seu poder político, bem como a população em virtude das dificuldades que sofriam estado sob o domínio de Pio IX.

A situação se agravou quando a carta magna do país, datada de 24 de janeiro de 1967 outorgada pelo presidente da república, marechal

Humberto de Alencar Castelo Branco, em seu art. 14 da lei complementar estabelecera os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta privadas populações, para a criação de municípios. Alterava ou substitui muitos artigos da constituição de 1946, que tratava da questão referente à emancipação de municípios em todo país, que dentre outros requisitos exigia a população mínima de 10 mil habitantes. A renda pública exigida estava acima da arrecadação de impostos praticada pelo comércio local do povoado de Alagoinha. Mesmo assim, os habitantes do povoado de Alagoinha nas zonas urbanas e rural, não discutiam outro tema que não fosse a sua emancipação político-administrativa, a independência. (CARVALHO, 2006, p. 22)

Por tal relato, verificasse dois pormenores que merecem ser ressaltados: o primeiro são as dificuldades que surgiram com a Carta Magna e que embargaram o processo de emancipação do povoado, paralisando o projeto por anos inteiros, tanto pela determinação legal que colocava em pauta a suspensão da criação de novos municípios, quanto pelo fato de Alagoinha, até aquele momento, meados da década de 1960, não possuir os requisitos necessários para se emancipar. Por exemplo, até então o número de habitantes bem como o valor da renda do povoado era inferior à exigida pela lei. O segundo pormenor consiste na ênfase que o autor dá ao desejo de liberdade manifesto pela população alagoinhense, com a intenção de transformar um movimento de gabinete (debatido, articulado a portas fechadas, visto que as reuniões aconteciam entre os líderes políticos em Pio IX, onde o povo de Alagoinha não se fazia presente, sendo chamado apenas para votar no plebiscito, visto que o projeto precisava de respaldo social), como se deu a proclamação da república do Brasil, em um movimento popular legitimado pela sociedade local.

O autor ainda exprime Alagoinha do Piauí como um povoado com uma área urbana e rural. Um fato que se justifica pela seguinte questão: Em 1960< Alagoinha já possuía um centro com feições urbanas, em virtude da existência de uma igreja, um mercado, casas dispostas em formato de ruas e uma vida comercial e social bem organizada, de modo que se constituía como um centro de comércio e lazer cercado por roças e florestas e casa construídas entre cajueiros, separadas pelo rio Marçal, a fronteira e ponto de articulação entre os fragmentos do povoado, como se verifica na foto seguinte.



Imagem 07: Vista parcial de Alagoinha do Piauí em 1981.  
Fonte acervo pessoal de Regivalda Raimunda de Sousa

Analisar os discursos construídos sobre o processo de emancipação de Alagoinha do Piauí se faz necessário pelo fato de que a década de 1980, bem como as décadas de 1960 e 1970, é marcada pelas lutas, sentimentos e ressentimentos gerados por tal processo. Assim, a imagem construída da cidade de Alagoinha do Piauí encontra-se atrelada a esses discursos que, com o intuito de dar legitimidade ao processo de emancipação, em um primeiro momento, até a década de 1970 e início de 1980, descrevem a cidade, nos poemas e nos relatos, dando ênfase as dificuldades enfrentadas pelos habitantes do povoado. E, a partir de 1986, pós-emancipação, a imagem volta a ser modificada, enfatizando as maravilhas advindas com a plena liberdade. Objetivo por trás da exaltação da Alagoinha emancipada é o de construir uma identidade para a cidade nascente e despertar sentimentos nacionalistas, cívicos em sua população.

Chegando a década de 1980, a elite política de Alagoinha encontra apoio na elite política de Pio IX, como o prefeito Alencar Neto e em 1985 recomeçam os trabalhos em busca de liberdade política e administrativa.

Primeiro passo dessa nova empreitada foi a realização de um plebiscito, com o intuito de consultar a população acerca do nome a ser dado a cidade nascente e se a população era a favor da elevação do povoado a categoria de cidade, com 1845 votos favoráveis e 76 contrários. O resultado do plebiscito foi favorável ao desmembramento de Alagoinha do Piauí da sede de Pio IX, que diz respeito ao nome da futura cidade, optou-se pela nomenclatura Alagoinha do Piauí, com 1115 votos. O outro no Marianópolis recebeu 735 votos.

Segundo as fontes toda a população foi convidada a votar no plebiscito, contudo pode-se apontar a manipulação do eleitorado por parte das lideranças políticas. A maior

parte da população era iletrada e foi ensinada pelos políticos a votar na opção que desejavam. No processo eleitoral foram utilizadas cédulas de votação, onde o eleitor devia marca um X na opção pretendida, muitos sem saber ler, marcavam onde lhes foi pedido pelo político com quem tinha afinidade. Os votos nulos, aqueles que o eleitor não soube preencher a ficha de votação, somaram 267. Cabe ressaltar que, segundo Maria Lucimar Rocha (2014) para atender aos requisitos necessários para emancipar o povoado, a elite local, fraudou o número de habitantes aumentando o seu total e pela lógica aumentando o número de habitantes pode-se apontar aumento no número de votos. Esse fato indica que nem a emancipação nem a escolha do nome de Alagoinha partiu da vontade do povo, mas sim por conveniência política.

Arrolados os documentos exigidos para o processo de emancipação, o projeto foi adiante e obteve êxito. Em 09 de abril de 1986 nasce Alagoinha do Piauí, enquanto cidade. Esse acontecimento foi louvado como um marco de vitória pelos alagoinhenses, como podemos verificar no trecho abaixo retirado do poema de Fídelia Rocha:

A alvorada do teu amanhecer,  
Naquele promissor 09 de abril.  
Prenunciava o nosso renascer,  
Debaixo desse sol cor de anil. (ROCHA, 2007, p. 120).

O dia 09 de abril foi considerado o marco inicial do “progresso”, isto é, da modernização da cidade e é exaltado, pelos literatos e políticos, como o dia em que as esperanças se renovam.

Houve um grande plebiscito  
Pra mudar o nome dessa cidade  
Que por estar perto de uma lagoa  
Chamava-se Alagoinha  
Como o outro nome não houve aprovação  
Continuo do jeito que vinha

No ano de oitenta e seis  
Tivemos grande mudança  
Por causa da emancipação  
Desta cidade criança  
Chamada Alagoinha  
Tempo de muita esperança

Pra essas grandes mudanças  
Tivemos a grande participação  
De excelentes figuras  
Dentro da emancipação  
Cite aquele seu Adão de Chagas  
Chico Belino e Salomão

Surgiram novas mudanças  
A esperança renasceu  
Foi crescendo a confiança  
Depositada nos filhos seus  
De trazer o progresso  
Que ao povo prometeu. (SILVA, 2016).

Os versos acima citados foram escritos trinta anos depois da emancipação política de Alagoinha, mas são válidos para que se perceba as permanências que existem sobre a década de oitenta na memória dos cidadãos. Como se verifica no poema a autora busca exprimir uma aura de esperança sobre a década de 1980.

Na segunda estrofe, a autora reverencia a década de oitenta, mais exatamente o ano de 1986, fazendo alusão às mudanças ocorridas ao longo da década, no espaço físico da cidade. Tais mudanças, como a aquisição de calçamento para as ruas, a construção da Praça São Francisco em 1994, a aquisição de escolas e creches, construção da Unidade Mista de Saúde Salomão Caetano de Carvalho em 1994, são atribuídas a emancipação político-administrativa. Por esse motivo, citamos anteriormente os passes e os impasses da luta por tal acontecimento, o marco do nascer de uma cidade.

Na terceira estrofe, a autora cita os nomes de três personalidades públicas da cidade nascente, responsáveis pela conquista da independência, são eles: Adão das Chagas Brito, Francisco Rocha, conhecido pela população como Chico Belino personalidades que tinham cadeira na câmara de vereadores de Pio IX e Salomão Carvalho, o primeiro prefeito da cidade. Na imagem destas três personalidades, percebe-se que, embora poetas, cronistas e memorialistas, apresentem a emancipação como desejo e conquista do povo, de todos os habitantes de Alagoinha do Piauí, incluindo pobres e iletrados, o processo foi idealizado, cumprido e comemorado de fato apenas pelos políticos locais, desejosos de aumentar seu prestígio e poder político. O povo simplesmente apoiou o movimento e forneceu-lhe legitimidade, votando a favor da emancipação, seduzidos pelas promessas de progresso, ou seja, pela promessa de terem diminuídas as dificuldades, garantido o acesso aos direitos básicos do cidadão e elevada as perspectivas de futuro, fato evidenciado na última estrofe, quando a autora faz a seguinte afirmativa “trazendo o progresso que ao povo prometeu”.

Chegando a fins da década de 1990, período em que se encerra nosso recorte temporal pensado para desenvolvimento desse trabalho, o que se vê nas letras dos,

poemas, das músicas e da memória da população é a imagem de uma nova cidade. Uma cidade diferente dos lugares que foi no passado e cada novo espaço que a cidade ganha, cada equipamento é rememorado como uma grande conquista. Na memória poética de José Custodio de Sousa, ele lembrou que,

De oitenta e seis pra cá  
Tivemos grandes mudanças  
Porque veio emancipar  
Esta cidade bacana  
Chamada Alagoinha  
Que era tão pequenina  
Mas grandes nas esperanças  
Foi aí que tudo se deu  
E o de bom aconteceu

Trazendo suas mudanças  
Por isso está muito bem  
A cidade meus parabéns  
Com votos de esperanças  
Pois é que antigamente  
Tudo era mais difícil  
Sofremos de muitas carências  
Agradeço por esta vivo (...).  
Mas com o passar do tempo  
Veio os desenvolvimentos  
Que temos no dia-a-dia (SOUSA, 2016 p. 40).

Nos versos de José Custodio de Sousa, verifica-se uma comparação explícita feita entre a Alagoinha de antes e de depois da emancipação. Segundo os versos do poeta, Alagoinha, enquanto povoado “era tão pequenina, mas grande nas esperanças” dando a entender que uma vez com autonomia política conquistada a cidade cresceu e se modernizou, isto é adquiriu novos espaços (escolas, hospital, praça, transportes). Sob uma administração local, as necessidades dos Alagoinhenses passaram a ter acesso aos direitos básicos necessário para a manutenção da vida coo saúde, educação e lazer. Mas adiante, na segunda estrofe, o passado vivenciado pelos alagoinhenses até fins de 1970 e início de 1980, é lembrado como sendo tempos de “antigamente”, onde “tudo era mais difícil” tanto que a população sofreu “muitas carências”. Por tão amargo tempo o poeta cita a sobrevivência como um grande prêmio, “agradeço por estar vivo”. Nesse trecho o perfil do alagoinhense é caracterizado como este sendo um individuo passivo, que espera por milagres e se deixa levar por promessas, submerso em uma realidade de miséria, privado de suas necessidades básicas, visto que o autor ainda intercala nos

versos as dificuldades, necessidades e desamparo por parte do poder público, pelos quais teriam passado junto ao povo de Alagoinha em tempos de povoado. Mas louva o passar dos anos e o desenvolvimento da cidade emancipada.

Os autores João Carlos de Freitas Borges e Idelmar Gomes Junior ao falar da identidade piauiense, explicam que esta foi construída pelos próprios filhos do Piauí. Seus ilustres poetas e políticos que em busca de mais recursos acabaram por apresentar para o mundo, em seus textos literários, um retrato de um estado atrasado, isolado, pobre, vitimado pela seca, repleto de homens franzinos de canelas finas e espinhas na face. Com o passar do tempo, os piauienses começam a rejeitar essa identidade, cristalizada na cabeça dos nossos irmãos brasileiros, mas indesejada pelos filhos do sol do equador. Os referidos autores apontam então à expressiva construção de discursos ufanistas, de exaltação as belezas e maravilhas do Piauí Tais discursos são veiculados novamente por poetas, artistas e políticos empenhados na tentativa de apagar a identidade indesejada e construir uma nova imagem para o Piauí e os piauienses.

Quando voltamos nossos olhos para Alagoinha do Piauí, verificamos que algo semelhante acontece na dita urbe. Pois em busca de legitimar sua independência os poetas e memorialistas acabam por forjar uma identidade miserável para a cidade e os cidadãos. Identidade essa que em seguida se esforçam por negar, tentando soterra-la, apaga-la, sobrepondo a ela uma imagem de progresso, uma evolução milagrosa, com a intenção de ganhar notoriedade por suas belezas e conquistas e não pela realidade de pobreza, supostamente superada com a emancipação.

O autor, Alcebiades Costa Filho, explica que mesmo no período em que o Brasil aumentou o seu desenvolvimento, o Piauí não foi alcançado por tais melhorias. A economia se baseava na agricultura e na pecuária e, onde a terra era um elemento de poder, visto que quem tinha a propriedade da terra, acabava por exercer domínio sobre os demais. O caso de Alagoinha do Piauí não foge a regra do estado, a economia era baseada na agricultura e pecuária e se o grande progresso convergiu para Alagoinha do Piauí foi em virtude da geração de renda por meio de tais atividades. Tal desenvolvimento transformou não só a vida dos cidadãos, mas também transformou as pedras, a estrutura da cidade que ganhou outros espaços públicos.

E como nosso objetivo é apresentar a imagem de Alagoinha do Piauí, feita a partir das representações construídas pelos seus moradores e poetas e descrever os espaços, ler as pedras da cidade, consideramos importante mostrar como era a cidade próspera tecida pela memória dos cidadãos em 1990.



Boa noite senhoras e senhores  
Criançada juventude  
Quero falar de uma coisa  
Peço a quem souber que ajude  
Nasceu já faz um bom tempo  
Aqui na beira do açude  
Perto de umas lagoas  
Descubra quem não for rude

Nasci em oitenta e seis  
E logo fui registrado  
Travaram uma grande luta  
No dia do batizado  
Eu fiquei observando  
Esperando o resultado  
Mas com o voto secreto  
Meu nome foi aclamado

Mal recebo o meu nome  
Já queria me adotar  
Eu aceitei Salomão  
Que deu casa pra eu morar  
Deu-me também calçamento  
E habitação popular  
Trouxe posto de saúde  
Escola e água pra cá

Me furaram em vários cantos  
Cavando poço profundo  
Pra vê se tiravam água  
Vários litros num segundo  
Depois construíram escolas  
Pra ensinar todo mundo  
João, Maria e José.  
Teresa, Pedro e Raimundo.

Com três anos de idade  
Salomão me abandonou  
Aí apareceu Braz Neto  
Que logo me adotou  
E pra matar minha sede  
Várias cisternas arranjou  
Mas foi num ano de seca  
Logo a água acabou

Veio à constituição  
E a minha foi promulgada  
Ganhei um mercado público  
E uma creche pra meninada  
Uma praça foi construída  
Pra eu arranjar namorada  
E também um cemitério  
Que é nossa eterna morada

Escola no amarelo

Pra quem quisesse estudar  
Na Serra Velha um posto  
Pra saúde melhorar  
Meu calçamento aumentou  
Pro povo melhor pisar  
A água foi aumentada  
Pra minha sede saciar

Mais uma porção de postes  
Com luzes pra clarear  
Me deram um outro cemitério  
Para os defuntos enterrar  
Este foi na Serra Velha  
Não canso de me lembrar  
Reforma nas minhas escolas  
Para a sujeira tirar

Veio outra eleição  
E eu entrei na jogada  
Trouxe Salomão de volta  
Pra sua antiga morada  
Mas um derrame tornou  
Sua ida antecipada  
Valdemar me adotou  
E a ambulância foi comprada

Serra velha era escura  
Mas logo se iluminou  
Uma Unidade Mista  
Neste ano aqui chegou  
Uma ambulância nova  
Atendimento de doutor  
E o posto do sindicato  
Que o povo edificou

Nove anos de idade  
Cada vez mais eu crescia  
E me sentia orgulhoso  
Com tudo que eu recebia  
Cartório, Salão, Escolas,  
Até mesmo delegacia  
Aí fui só conservando  
Aquilo que já existia

Chegando em noventa e seis  
Outra eleição por aqui  
Talvez a mais disputada  
De todas que eu já vi  
Essa ficou na história  
Do Estado do Piauí  
E o presente que ganhei  
Foi o sistema DDI

Quando eu fiz meus onze anos  
Tudo mudou de figura

Chegou doutor Nascimento  
 E assumiu a Prefeitura  
 Informatizou a casa  
 Deu uma nova estrutura  
 Fez até concurso público  
 Sem impor qualquer censura

Ah! Que escola bonita!  
 Aquela de Umburaninha  
 E a minha S 10  
 Zerada toda azulzinha  
 Se adoecer tem remédio  
 E o médico na casa minha  
 Tá todo mundo na escola  
 Da criança à vovozinha

Hoje eu tenho 13 anos  
 E posso comemorar  
 Porque tem Biblioteca  
 Pra meu filho pesquisar  
 Até o segundo grau  
 Aqui vieram implantar  
 E todo funcionário  
 Mais de cem tem que ganhar

Se eu fosse dizer tudo  
 Dobrava a minha idade  
 É tanta coisa importante  
 Pro povo desta cidade O  
 sonho de antigamente  
 Hoje é realidade Vamos  
 comemorar juntos  
 A nossa feliz cidade. (ALMONDES; ROCHA, 1999).

No poema acima citado, escrito por Fidelia Rocha e Rufino Manoel de Almondes pela ocasião do 13º aniversário de emancipação política e administrativa, a cidade de Alagoinha se apresenta mostrando cada elemento, cada novo espaço que recebeu após a emancipação, mostrando-se como uma urbe que está em constante evolução. Cabe ressaltar que a autora do poema é filha de Francisco Valentim Rocha, importante liderança política de Alagoinha do Piauí e, por conseguinte seu poema não se limita a apresentar a cidade, mas sim a exaltar a figura dos prefeitos, apontando-os como os autores da evolução pela qual Alagoinha teria passado. O momento em que o poema foi escrito justifica a intenção da autora, pois foram escritos para o aniversário da cidade, momento em que a população se aglomera e os políticos aproveitam para fazer propaganda de sua administração, mostrando suas bem feitorias. O poema cita cada personalidade política como heróis, a quem os alagoinhenses devem agradecer por terem escola, hospital e silencia sobre a ação dos indivíduos que estariam por,

trás destes prefeitos, colaborando para a realização de seus projetos Um exemplo a ser citado é o caso da Praça São Francisco que, no poema, é citada como sendo um presente dado pelo prefeito Brás José Neto, quando na verdade foi uma obra coletiva, visto que cada banco que lá existe foi doado por uma família abastada de Alagoinha do Piauí.

Sandra Pesavento (2007) e Roberto Lobato Corrêa (2000) concordam que a cidade também possui uma materialidade. Portanto, é formada pelas casas, pelas praças, pelos logradouros, pelos espaços em sua dimensão petrificada. A dimensão material de Alagoinha do Piauí, na década de 1990, passa a ser evocada para exemplificar o progresso e o desenvolvimento urbano, supostamente alcançado depois da emancipação política.

Dentre os novos espaços conquistados na década de 1990, destaca-se a Praça São Francisco a quem a autora alude nos versos “uma praça foi construída, pra eu arranjar namorada”, que se constitui como um importante espaço de sociabilidade do município em, questão.

O mercado público surge no poema como sendo um espaço construído na década de 1990. Mas como já citamos, o mesmo foi erguido em 1930, quando se deu início ao processo de urbanização da cidade. E, desde então, se apresenta como um ponto comercial e de sociabilidade.

A referência enfática dada à aquisição de calçamento, água e energia elétrica, forma a imagem de uma cidade com características mais urbanas. E, a referência à passagem dos anos, com a descrição das conquistas adquiridas ao longo do tempo, forma a imagem de uma cidade em constante progresso.

Veio a nossa independência  
 No mesmo ano eleição  
 No ano noventa e sete  
 Nova administração  
 Quatorze anos depois  
 Veja a nossa posição  
 (...)  
 Os primeiros fundadores  
 Muito se preocuparam  
 A morte veio Deus levou  
 Foram e nunca mais voltaram  
 Sem conhecer o progresso  
 Do lugar que eles fundaram  
 Mais de cem anos atrás  
 Aqui era uma floresta  
 Se seus colonizadores  
 Chegassem numa hora dessas  
 Pra ver seu povo vibrando  
 Dançando em clima de festa. (BRITO, 2000, p. 251).

No poema de Adão das Chagas Brito, logo na primeira estrofe citada, percebe-se o júbilo do autor acerca do progresso alcançado em 14 anos de emancipação política. Postura do poeta não poderia ser outra uma vez que era uma liderança política envolvida no processo de emancipação e desejava o cargo de prefeito da cidade nascente, tanto que veio a ser candidato na primeira eleição, perdendo o cargo para Salomão Caetano de Carvalho. O progresso é referendado nas estrofes seguintes com a intenção do poeta em mostrar que a emancipação política fora um feito necessário e satisfatório, legitimando a luta de seus pares, tanto que em fins de 1990 o que se tem são relatos de uma cidade que cresce. Adão das Chagas retrata essa cidade dando ênfase aos novos espaços de Alagoinha do Piauí.

Tem tudo na prefeitura  
 Tem câmara municipal  
 Biblioteca, ADM  
 Tem cartório eleitoral  
 Tem creches e Emater  
 Sindicato e Funrural.

(...)  
 Cinco farmácias abertas  
 A sua disposição  
 Lojinhas de importados  
 Calçado e confecção  
 Móveis eletrodomésticos  
 Depósito de botijão.

(...)  
 Temos tudo em autopeças  
 Produtos de construção  
 Oficina metalúrgica  
 Fazendo porta e portão  
 Alisando homem e mulher  
 Tem quatro cinco salões.

(...)  
 Tem poços artesianos  
 Em todas localidades  
 A CEPISA é responsável  
 Pelas luzes da cidade  
 Agespisa manda água  
 Conforme a necessidade. (BRITO, 2000, p 251).

Nesses versos é retratada uma realidade diferente daquela enfatizada na década de 1970. O tom de lamento é substituído pelo tom de júbilo. A exaltação das conquistas é feita no sentido de mostrar aos alagoinhenses, que não acreditavam no sucesso do projeto de independência que o empreendimento foi bem sucedido. Contudo, aquilo que os poemas silenciam é que tal progresso se restringe ao centro urbano de Alagoinha do Piauí. Apenas as ruas principais da cidade nascente receberam calçamento, por exemplo.

Nesse sentido o progresso seria apenas a modernização e o embelezamento do centro social e comercial da urbe, do espaço que era visto pelos viajantes. Esse pequeno centro tende a ser exaltado nos poemas, assim como os centros urbanos das capitais brasileiras eram exaltados durante o Estado Novo, com o intuito de chamar a atenção do estrangeiro, mostrando um pequeno “monumento”, criado ideologicamente pelo grupo que detem o poder, apagando o jardim de arvores secas e flores mortas. Esse fato pode ser verificado na capital do Piauí, Teresina, quando o ideal de progresso, promove a modernização do centro urbano ignorando as periferias, tal qual se verifica em Alagoinha do Piauí depois da emancipação,

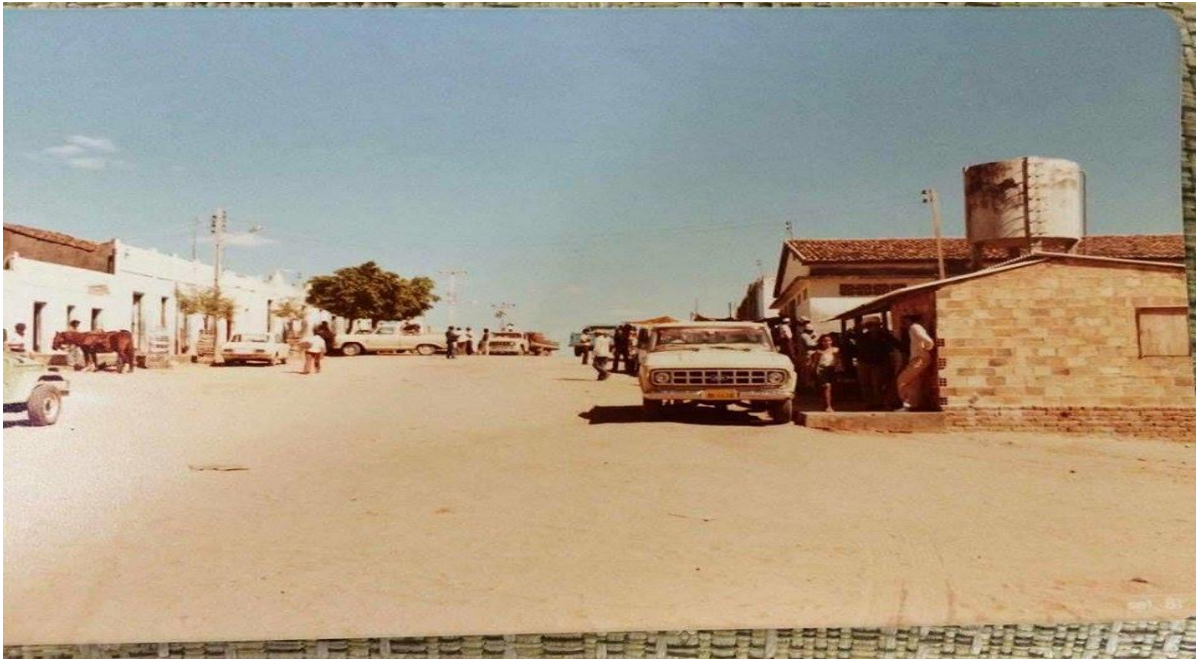


Imagem 08; vista parcial do centro de Alagoinha do Piauí em 1981  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa



Imagem 09: vista parcial do centro de Alagoinha do Piauí em 1994  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Contudo a memória desse tempo de mudanças e avanços, bem como no tempo difícil vivido por Alagoinha do Piauí em tempos de povoado, continua viva na cabeça dos cidadãos. Como se verifica nos seguintes versos de Silva:

Por aqui antigamente  
 Eram grandes as dificuldades  
 O povo muito carente  
 Passando necessidade  
 Hoje houve muitas conquistas  
 Aqui na nossa cidade.  
 Alagoinha completa  
 30 anos de história  
 Tivemos dias de luta.  
 Tivemos dias de glória  
 Muita coisa acontecendo  
 Diferente de outrora. (SILVA, 2016, p. 01).

Mesmo 30 anos depois da emancipação, os alagoinhenses preservam a imagem da cidade de antigamente, de outrora, de antes da emancipação. Continua sendo lembrada como uma cidade pequena, pacata e de realidade difícil, diferente da cidade emancipada. Os dias de luta, pela sobrevivência e pela independência, são sempre rememorados em face aos dias de glória, de progresso e esperança com o intuito de legitimar a independência e forjar uma ideia de cidade.

#### **2.4 Sob os olhos de São João: Alagoinha do Piauí, a cidade de Deus.**

Analisando os poemas, resumos e até monografias de conclusão de curso, verificou-se que o aspecto religioso da cidade é constantemente reverenciado, destacado de modo que a ideia de cidade sagrada salta aos olhos. Assim, fazemos uma análise desses discursos para perceber qual a representação mais forte que se tem da cidade de Alagoinha do Piauí e posteriormente entender como as mesmas incidem sobre os espaços de sociabilidade do município desde os primórdios, por ocasião da fundação do município.

Segundo os discursos sobre Alagoinha do Piauí, esta cidade se constitui culturalmente religiosa e fortemente marcada pela presença do sagrado. O discurso mais recente, construído pela historiadora Bibiana Rocha (2015), em sua monografia de conclusão do curso de História, apresenta essa ideia:

Em se tratando especificamente da religiosidade e de como ela é encontrada dentro da sociedade alagoinhense, percebe-se que ela está arraigada nas bases culturais de Alagoinha do Piauí. Esta religiosidade está ligada a

fundação e crescimento do então povoado, Alagoinha, e posteriormente funcionou como um dos fatores, que ajudou em sua emancipação política. (ROCHA, 2014. p. 35).

Na citação acima Bibiana Rocha enaltece a religiosidade de Alagoinha do Piauí, ao dizer que a mesma esta arraigada nas bases culturais do povoado. Além disso, atribui à religiosidade papel importante tanto no processo de fundação, quanto no crescimento e emancipação política-administrativa do mesmo, confirmando a autoridade da Igreja Católica sobre o processo de formação de identidade cívica.

Quando nos reportamos ao trabalho de Lucimar Rocha (2014), verificou-se também uma constante referência aos aspectos religiosos do município. Esta historiadora apontou os começos dessa religiosidade.

A tradição oral apresenta a versão histórica de que o início da celebração das novenas de São João Batista teria começado a acontecer no ano de 1915, não no povoado Alagoinha, mas na localidade Areia Branca, na casa do casal Antônio Pedro Pereira e Izabel Pereira. (ROCHA, 2014, p. 30).

Pelas palavras da autora as práticas religiosas de rezar novenas a um santo de devoção teriam tido início antes mesmo da construção do templo religioso, na cidade de Alagoinha do Piauí. Parte desse fato a ideia segundo a qual a cidade se constitui como pura e longinquamente religiosa, tendo em vista em que se iniciou antes mesmo de Alagoinha existir como Vila ou Povoado. A antiguidade de tal fervor e prática religiosa também foi exaltada nos versos de Fidelia Rocha, apresentados como hino oficial do jubileu de 70 anos dos festejos religiosos do município.

Há dois mil anos a sua voz bradou  
Preparando a vinda do salvador  
Em Areia Branca o grito ecoou  
Alagoinha o Jordão nos congregou. (ROCHA, 2016.)

A chegada da tradição religiosa de rezar novenas em Alagoinha é associada, pela tradição oral, a chegada da imagem de São João Batista às terras de Areia Branca. Segundo constam os relatos tal imagem já conta com duzentos anos de presença em solo alagoinhense e é considerada uma relíquia.

Cabe lembrar que a família guardiã, por ser dona da imagem, continua de posse da mesma, posto que não concordou em doar a imagem para a igreja católica construída na sede de Alagoinha do Piauí

Mil novecentos e quarenta e seis



Pisando ainda em pedra e torrão  
 Celebraram pela primeira vez  
 Dentro da capela de São João  
 Tempo marcado pelo ardor da fé  
 Fogueira na terra e no coração  
 As famílias vinham de longe a pé  
 E dizemos em joias para o leilão  
 Eram, porém três festas anuais  
 Junho, Outubro, Dezembro fato raro,  
 Dois padrinhos escolhidos a mais  
 São Francisco e a virgem do Amparo. (ROCHA, 2016).

Nos versos acima a autora Fidelia Rocha faz referência a construção da igreja católica do então povoado de Alagoinha, tal construção se deu em 1946 e é um fato constantemente lembrado pela população alagoinhense. A capela erguida na terra ainda pouco urbanizada é reverenciada como o marco maior da religiosidade do lugar e também símbolo de urbanização, pois o templo religioso, nos discursos de Raquel Rolnik (2004) é o elemento fundamental que consagra o âmbito urbano de uma cidade.

A poetisa ainda alude ao tempo em que a igreja fora construída como um período marcado pela fé, tempo em que “as famílias vinham de longe a pé” para assistir a missa e participar dos leilões realizados pela igreja como forma de encerrar os novenários, dando a entender que a população de Alagoinha seria extremamente religiosa.

Ao falar das três festas anuais, que eram realizadas no município como forma de bem-dizer os padroeiros da terra, a autora cita que em Alagoinha há um padroeiro São João Batista, mas também conta com outros dois santos no centro da sua religiosidade “São Francisco e Nossa Senhora do Amparo”. O que não é comum, visto que a maioria das igrejas só adota um santo como padroeiro.

Uns trinta anos de lida rotineira  
 Tudo conforme uma tradição  
 Vem à diocese alvissareira  
 Dom Augusto, faz a santa evolução.  
 Acesso a Bíblia e suas lições  
 Celebrar a vida em fato real  
 Irmã Maria com as fundações  
 No campo da fé e do social  
 (...)  
 Olhando o rastro deste jubileu  
 Um firme caminho sem retrocesso  
 O pavio fé sempre reacendeu  
 O santo espírito é nosso sucesso  
 A nossa areia está organizada  
 Leigos seguros no engajamento  
 Pastorais e grupos em caminhada  
 Servir ao outro como mandamento

(...)  
 Setenta anos construindo história  
 E evangelizando mais e mais  
 Caminhando em busca da vitória  
 De alcançarmos o reino da paz  
 Com São João Batista vivenciamos a fé  
 Nesse itinerário vamos até  
 Reunir todos em bela concórdia. (ROCHA, 2016).

Na primeira estrofe dos versos citados acima a autora Fidelia Rocha (2016), ao citar a passagem de trinta anos de vida religiosa no município de Alagoinha do Piauí, nos reporta à década de setenta, mais especificamente em 1976. Neste período a religiosidade teria ficado ainda mais forte, naquele então povoado, pertencente ao município de Pio IX. Nesse momento a autora alude à chegada do Bispo diocesano D. Augusto que teria contribuído significativamente para a fortificação da fé católica e dos projetos pastorais.

Outro pormenor a ser destacado dos versos é a referência feita a uma outra personalidade que se destaca na memória dos Alagoenhenses: a irmã Maria Edimalla, uma freira indiana que teria transformado a vida religiosa dos Alagoenhenses, por meio de um movimento de catequese religiosa que teria feito a população de Alagoinha do Piauí buscar um maior engajamento na igreja.

Na quarta estrofe do poema, a autora menciona o engajamento popular, nas práticas religiosas, ao citar a presença de grupos e pastorais que estariam firmes e visivelmente ativos nos projetos da igreja. E, segundo consta nos relatos, grande parte destes grupos nasceu em plena década de 1970, marco inicial do nosso recorte. Dentre tais grupos destacam-se o grupo de jovens e o grupo de mulheres, bem como as CEBS (Comunidades Eclesiais de Base).

A maior parte dos poemas sobre a religiosidade e a própria cidade de Alagoinha do Piauí são de autoria da professora e poetisa Fidelia Rocha, pois a mesma se constitui como a primeira escritora com livro publicado e a que mais escreve sobre o tema. A autora exprime em seus poemas aspectos de suas vivências cidadinas. Desse modo dá para se verificar que a autora fala de Alagoinha do Piauí diretamente do altar da igreja católica de São João Batista, seu lugar de experiência, visto que já atuou em diversos setores desta instituição religiosa (tais como: coordenadora do grupo de Jovens que fundara; ministra extraordinária da eucaristia; membro do conselho pastoral, etc) e ainda hoje se constitui como uma importante liderança religiosa.

Dessa forma, percebendo que nos discursos a religiosidade é apresentada como marca forte em Alagoinha do Piauí. A poetisa Regivalda Sousa descreve a urbe em seu poema; intitulado “Minha cidade”.

Ela é tão pequenina  
 Que dá flor é o botão  
 É uma pequena menina  
 Que levo no coração  
 (...)  
 Ela é uma capela Que  
 como ela cresceu Ela  
 é a luz da vela  
 Que um cruzeiro recebeu. (SOUSA, 2016, p. 108).

Nos versos da poetisa vemos uma descrição poética da cidade. Na primeira estrofe a cidade é associada, descrita como sendo “um botão de flor”, uma “pequena menina”, em virtude de seu tamanho geográfico e do pouco tempo que tem de emancipação política. E na segunda estrofe, a autora cita Alagoinha do Piauí como sendo uma capela, em referência ao templo religioso de Alagoinha do Piauí, construído inicialmente no formato de uma capela, pequeno e com arquitetura modesta, em virtude dos poucos recursos disponíveis para sua construção. Sobre isso Fidelia Rocha trás os seguintes versos:

Sob a nobre direção  
 De Marcos João de Carvalho  
 Que enfrentava o mutirão  
 Conduzindo o trabalho.

E o povo com alegria,  
 Dava a cooperação  
 Para ver feita um dia  
 A Igreja de São João.  
 (BRITO, 2006).

Por tais versos se percebe que a igreja de São Joao Batista, fora construída por iniciativa e com os recursos da população, o que denota o apego desta pela religiosidade e o grau de importância que atribuíam ao templo. Uma importância que é apontada por Regivalda Sousa, quando a mesma cita que o crescimento da igreja fora proporcional ao crescimento da cidade, evidenciando as transformações porque a igreja passou e o zelo que a população de Alagoinha do Piauí tinha por ela, uma vez que investiam na ampliação da mesma, por considera-la o centro da, religiosidade alagoinhense, apontada como sendo uma característica forte do lugar, pela poetisa. Sobre isso a historiadora Bibiana Rocha (2015) faz as seguintes considerações:

A religiosidade, sobretudo a católica, foi uma constante na vida dos primeiros povoadores de Alagoinha, sendo praticada em casa, com a família em pequenos oratórios domésticos. Segundo lembram os mais velhos. Por vezes também se festejava as novenas, dedicadas aos santos de devoção daquela determinada localidade, neste caso não comportava apenas a família, mas também os vizinhos, parentes e conhecidos que se reuniam na casa que adotavam como “a casa de tradição” para “rezar a novena”. Era o costume

pelo o qual os vizinhos e integrantes de uma comunidade religiosa de uma região se reuniam por nove noites consecutivas para rezar e reverenciar um determinado santo. (ROCHA, 2015, p. 31).

Bibiana Rocha legitima a religiosidade de Alagoinha do Piauí pela existência de elementos e momentos sacralizados, pela comunidade católica do lugar. Os oratórios – utilizados geralmente pela matriarca da família, aos quais Rocha alude – uma espécie de igreja em que se guardavam todos os santos em especial os que se apresentavam como forma de pequenas estatuetas; os próprios santos ou imagens santas. Tais imagens, assim como outros objetos de cunho religioso, só eram consideradas sacras, a partir de uma aspersão com água benta. O mitólogo Mircea Eliade (1992), explica que os elementos de rituais religiosos não são sagrados, mas sim sacralizados pela ação do homem que precisa manter uma ligação com o divino, para que possa significar sua vida.

Além dos oratórios, os habitantes de Alagoinha do Piauí também tinham o costume de pendurar santos nas paredes de suas casas, principalmente na varanda, no primeiro cômodo da casa. Mircea Eliade explica tal costume por considerar que o homem religioso só consegue viver no mundo estando em comunicação com os deuses, de modo que tende a sacralizar elementos que possam lhe garantir tal comunicação. Os santos na tradição católica são espécies de intercessores, mediadores do diálogo entre o homem e Deus.

Bibiana Rocha, além disso, também cita as práticas religiosas dos alagoinhenses como exemplo de sua fé, quando diz que as famílias se reuniam para o momento de adoração e louvor em suas casas, como rememora Fídelia Rocha em seus versos:

“Forma” fazia a novena  
 Para São Sebastião  
 Eu ainda era pequena  
 Mas lembro da tradição  
 As mulheres entoando  
 Ladainhas em latim  
 Homens fora conversando  
 O costume era assim  
 No final vinham entrar  
 E fazer a devoção  
 Beijar o santo, o altar.  
 Ofertar o seu tostão. (ROCHA, 2007, p. 167).

Pelos versos pode-se vislumbrar como eram as noites de novena, nas casas das famílias, onde o momento de oração encenado pelas mulheres entoando ladainhas e o momento de sociabilidade, representado por homens a conversar, aconteciam simultaneamente em total harmonia. É interessante destacar que as mulheres sabiam as

ladainhas de cor e salteado. Nos dizeres do lugar “tiravam os bem-ditos” de cabeça diante de um oratório, onde apenas a imagem do santo louvado era destacada das outras. Ela ficava fora do oratório e ladeado por velas.

Nas famílias onde não se verificava a existência de um oratório, o santo era posto em um altar improvisado que consistia numa mesa ou cadeira, com velas cujos castiçais eram as xícaras. O ato de beijar o santo era uma espécie de reverência, onde as pessoas seguiam em fila e estando diante do santo aspergiam um pouco de água benta sobre a imagem, com o auxílio de um pequeno galho de árvore ou flor.

Além de tais práticas de fé, a religiosidade de Alagoinha do Piauí tende a ser destacada em sua arquitetura. Esse fato pode ser explicado por Mircea Eliade, como sendo uma forma de consagração do lugar. Para este autor “Instalar-se em um território equivale, em última instância, em consagrá-lo” [...] “o universo é sempre uma réplica do universo exemplar criado e habitado pelos Deuses: participa, portanto, da santidade da obra dos deuses” (ELIADE, p. 23). Tal consagração se daria pela fixação e sacralização de objetos ou lugares.

Seguindo por Alagoinha do Piauí vemos que as marcas do sagrado se espalham por ela. Chegando à Praça São Francisco, praça que leva o nome do co-padroeiro da cidade, nos deparamos com um elemento sacralizado: uma imagem de São Francisco, sob um majestoso altar. Tal imagem, assim como a de São João Batista, na entrada da cidade confere à praça um caráter familiar e sacro.

O santo faz da praça mais um lugar de adoração visto que em meio às procissões tem-se o costume de se parar de frente a ela e rezar por um momento. Os habitantes da cidade tem devoção pelo santo e adoração por tal imagem, considerado o santo dos pobres e desvalidos. Segundo a tradição oral tem-se o costume de depositar oferendas, na forma de dinheiro nos pés da imagem, como forma de penitência ou pagamento de promessa, e, como a imagem está em um espaço público, fora do âmbito da igreja, o dinheiro não pertence à instituição religiosa, de modo que é recorrentemente recolhido pelos próprios habitantes, os indivíduos mais necessitados ou embriagados. Esse fato evidencia que o limite entre o sagrado e o profano, como explica Mircea Eliade, é tão pequeno que não é raro uma prática sagrada ser profanada pelos indivíduos.



Reinaugurada em 09 de Abril de 2006

Imagem 10: Estatua de São Francisco na Praça de Alagoinha do Piauí (Praça São Francisco) em 20 de maio de 2017.

Fonte: Acervo pessoal de Regivalda Raimunda de Sousa.

Bibiana Rocha (2015) atribui a constante presença do sagrado em espaços públicos como sendo reflexo da religiosidade arraigada na cultura dos moradores de tão singela urbe. Corroborando com ela percebemos que as marcas sagradas também se encontram nos corredores da cidade, nos extremos do espaço urbano, como o cruzeiro a quem Regivalda Sousa alude em seu poema. “Ela é a luz da vela que um cruzeiro recebeu”. O cruzeiro se encontra as margens da lagoa, símbolo do nascer de Alagoinha do Piauí, que fica dentro da cidade. O lugar também funciona como um lugar de oração, geralmente as pessoas fazem visitas ao cruzeiro, rezam terços, novenas por ocasião de datas específicas e pagamento de promessa.



O cruzeiro da Açude foi colocada pela Pastoral de Representantes Da Igreja Católica em 14 de Junho de 1984

Imagem 11: Cruzeiro as margens da lagoa – açude de Alagoinha do Piauí Em 20 de maio de 2017.

Fonte acervo pessoal de Regivalda Raimunda de Sousa.

Saindo dos limites, do espaço urbano, em uma de suas extremidades, encontramos o morro do monte, outro local sacralizado e que se constitui como um lugar de oração. O lugar é uma espécie de montanha e no topo do mesmo encontra-se fixado três cruzeiros. Segundo a tradição, os habitantes de Alagoinha tem o costume de rezar missa nesse lugar, por ocasião do dia 03 de março, uma data considerada por eles como “o dia do monte” ou o “dia do morro”.

Acompanhando os passos dos cidadãos verifica-se que a cidade e as ruas, também são espaços de oração. Eles funcionam como os corredores dessa capela a “céu aberto”. Os passos dos cidadãos nos remetem a tal ideia. As ruas de Alagoinha do Piauí estão marcadas pelos passos que os habitantes deixam nas pedras por ocasião das procissões. Momento sagrado que congrega boa parte da população em caminhadas pela cidade. As procissões são frequentes do fim dos festejos de São João Batista e de São Francisco, bem como por ocasião da semana santa, quando a via sacra é encenada pelas ruas da cidade.

O animador da festa  
 Que a minha gente carrega  
 Na alma e no coração  
 Contrito de amor profundo  
 Externado para o mundo  
 Numa linda procissão  
 Aonde vou com os pés descalçados  
 E com a alma como o pé  
 Agradecer pelo amor de Jesus de Nazaré  
 Manifesto na oração  
 Nas noites de São João  
 Pela luz e pela fé. (SOUSA, 2016, p. 146).

Nos versos de Regivalda Sousa, percebe-se a personificação do povo de Alagoinha do Piauí, na imagem de uma população devota. Sobre isso a professora Maria Jocileia Fialho (2017) faz as seguintes considerações em seu relato oral:

Os Alagoinhenses são religiosos desde a sua fundação. Sendo assim devotos fervorosos de São Joao Batista, São Francisco de Assis dentre outros, que, inclusive, são festejados em seus respectivos meses. Meus avós paternos celebravam todos os anos os novenários de São Sebastião e Santa Luzia. Depois que eles morreram um dos seus filhos: Gerônimo e sua esposa Maria, continuaram com a tradição dos festejos de São Sebastião. (FIALHO, 2017).

A entrevistada Jocileia Fialho, declara que a religiosidade presente em Alagoinha do Piauí remonta a seus começos. E ainda destaca como sendo forte o fervor dos Alagoinhenses pelo padroeiro da cidade e outros santos. Tal religiosidade surge na fala de Fialho como uma tradição, passada de pai para filho e por consequência forte.

Até aqui o que se percebe é o esforço empreendido pelos moradores de Alagoinha do Piauí no sentido de apresentar esta cidade como sendo religiosa, sagrada, enaltecendo as práticas religiosas do lugar. Como se fazem nos poemas e nos textos históricos, enaltecendo o fervor do município, e marcando a arquitetura da cidade com imagens, cruzeiros, símbolos próprios do universo sagrado.

## **2.5. Lago da felicidade: Alagoinha do Piauí, cidade dos Homens.**

A cidade é fragmentada, como diz Roberto Lobato Correa (2000), possui uma diversidade de espaços marcados por um uso. Assim, tem o espaço do recolhimento, do trabalho, e o “lago da felicidade”, o espaço da diversão, do lazer, da vivência dos prazeres sociais, onde se faz amizade, se encontra amor, experimentam-se novos sabores, dançando, conversando, passeando, bebendo, rezando, sorrindo. De modo que é preciso olhar Alagoinha do Piauí a partir desses espaços. Os espaços da alegria, da confraternização. O conjunto de espaços e práticas que compõe o universo dos desejos e da distração, o lago da felicidade, a cidade dos homens, onde não há delimitação entre sagrado e profano.

O lago da felicidade de Alagoinha do Piauí, a cidade sensível onde se sente através de todos os sentidos a alma de uma cidade, as sociabilidades, vai se formando e crescendo junto com a urbe e suas transformações político-sociais.

Contudo, ao analisar os poemas, crônicas, textos históricos e memorialísticos produzidos pelos filhos de Alagoinha do Piauí, verifica-se como se realiza o trabalho da memória coletiva. Uma memória forjada a partir de um processo de seleção e conciliação das memórias individuais, que privilegia as memórias dominantes, em detrimento das memórias marginalizadas. E nesse processo parte da cidade dos Homens de Alagoinha do Piauí é subtraída, apartada, esquecida.

O autor Michael Pollack (1989) em seu texto memória, esquecimento, silêncio, postula que a memória encontra-se constantemente envolvida em campos de batalha, numa disputa, onde se digladiam as memórias dominantes e as memórias marginalizadas, resultando no privilégio de uma determinada memória, organizada e apresentada como sendo uma memória oficial, (de um povo e/ou de uma cidade) em detrimento das memórias marginais, resguardada pelos grupos excluídos.



Pode-se perceber até aqui, que a memória coletiva, faz a representação de Alagoinha do Piauí, como uma cidade bela, atrativa, isolada e atrasada em tempos de dominação externa, mas em evolução quando se torna independente de Pio IX.

Percebemos também o quão o aspecto religioso é enaltecido e destacado como um fator cultural forte na realidade do município. E segundo versos e versões feitas desta história, essa religiosidade está fincada em solo Alagoinhense desde a fundação daquele, então, povoado.

A igreja São João Batista é constantemente reverenciada, enaltecida, ao ponto de poder vir a ser considerada um lugar de memória, de acordo com o discurso de Pierre Nora (1993), isto é, um lugar que se perpetua ao longo do tempo em função de seu valor simbólico, da vontade da memória em fazê-la presente, seja em sua forma material ou em uma abstração poética. Para Pierre Nora qualquer objeto, tempo e espaço podem se constituir como um lugar de memória, desde que possua uma carga simbólica e provoque uma vontade de memória, um instinto coletivo que busque a sua preservação, a transplantação de seus restos, materiais ou abstratos, no tempo presente.

Há nos resumos históricos e poemas detalhes minuciosos sobre a construção da referida igreja. Como se verifica no poema que se segue:

Para guardar a memória  
 Desta nossa caminhada  
 Tentarei guardar a história  
 Como pra mim foi contada  
 A missa era celebrada  
 Daquele lado do sul  
 Onde hoje está montada  
 Farmácia de Zé Artur

E veio a necessidade  
 De uma casa de oração  
 Pro povo dessa localidade  
 Fazer sua devoção  
 Mil novecentos e quarenta e cinco  
 Começamos a peleja  
 Nosso povo fez afinco  
 Pra construir nossa igreja  
 (...)  
 Areia Branca nosso Berço  
 Já tinha uma tradição  
 Festejar rezar o terço  
 Em louvor de São João  
 Pois era o maior festejo  
 Aqui nessa região  
 De todo o canto o cortejo

Vinha pra esta função  
 Por várias causas enfim  
 O festejo foi passado  
 Por Alagoinha Assim  
 Foi depois continuado.  
 (BRITO, 2006)

Por tal poema, verifica-se que a igreja de São João Batista tem sua história preservada e seu lugar demarcado na memória dos cidadãos. Sendo apontada inclusive como principal espaço de sociabilidade. Como postula Bibiana Rocha.

Os festejos religiosos em Alagoinha do Piauí, também se constituíam como um dos principais momentos de lazer, de socialização, onde se iniciavam amizades, namoros, batizados geralmente durante a época dos festejos juninos. (ROCHA, 2015, p. 33).

Por esse trecho, subtede-se que a sociabilidades de Alagoinha do Piauí eram dominadas pela igreja, visto que era essa instituição a responsável pelos festejos religiosos. Como também percebe-se um silenciamento sobre os outros espaços de sociabilidade que eram praticados pela população durante os festejos juninos e os demais momentos de lazer.

Quando voltamos ao poema de Fidelity Rocha, apresentado anteriormente, percebemos, mais uma vez, esse silenciamento que recai sobre a maioria dos espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí. Em seus versos a autora cita-os festejos como um momento importante, enfatiza que pessoas vinham de todas as localidades vizinhas para participar do mesmo, mas dá a entender que tais festejos, uma vez que eram em homenagem ao padroeiro da cidade, se limitava a missa e ao espaço da igreja.

Em um outro poema Fidelity Rocha, ao descrever a cidade cita outros espaços de sociabilidade, mais apenas dois deles: o mercado e a Praça São Francisco:

Veio à constituição  
 E a minha foi promulgada  
 Ganhei um mercado público  
 E uma creche pra meninada  
 Uma praça foi construída  
 Pra eu arranjar namorada. (ROCHA, 1999).

A ênfase, nesse trecho do poema é dada à Praça São Francisco que é citada e descrita como espaço de sociabilidade, visto que é apresentada como o lugar do namoro.

Nos versos de Regivalda Sousa, quando voltam-se para os espaços de sociabilidade e as práticas que lhes dão vida, a igreja e a praça são destacadas.

Ela é a lagoinha  
 Onde nunca mergulhei  
 Ela é uma pracinha  
 Por onde tanto andei

Ela é uma capela  
 Que como ela cresceu  
 Ela é a luz da vela  
 Que um cruzeiro recebeu

Ela é o São Gonçalo  
 Que ainda não sei dançar  
 É o reisado a sarunda  
 Que nunca hão de acabar

Ela é o chão de pedra  
 E também o chão de areia  
 Ela é o chão do rio  
 Que inunda minha veia

Ela é a feira livre  
 E a sombra do cajueiro  
 Ela é o verso feito  
 Debaixo do juazeiro. (SOUSA, 2016, p. 108).

Regivalda Sousa, cita espaços e práticas de sociabilidades comuns em Alagoinha do Piauí. Destacando, portando, a igreja, a praça, as ruas e o rio. Pode-se entender que Alagoinha do Piauí possui poucos espaços de sociabilidade e dentre eles, a igreja e a praça, são os principais espaços praticados e rememorados.

Contudo, há um verso dissonante no meio desse retrato histórico e poético de Alagoinha do Piauí. O autor Adão das Chagas Brito, quando se propõe a descrever a cidade de Alagoinha do Piauí, dá ênfase a seus espaços de sociabilidade.

Na avenida da cidade  
 Temos almoxarifado  
 Açougue e mercado público  
 Praça e rua asphaltada  
 No fim da periferia  
 Tem parque de vaquejada

Na avenida principal  
 Tem agência da fazenda  
 Diversas mercearias  
 Armazém de compra e venda  
 Hotel para os viajantes  
 Lanchonete para merenda.  
 (...)

Diversos supermercados  
 Atendendo a vizinhança  
 Sítio de Lazer, Rocinha  
 Diversos clubes de dança  
 E a nossa delegacia  
 Comandando a segurança

Tem mais de quarenta bares  
 Comandando a diversão  
 Quarenta carros de som  
 Fazendo circulação  
 Da prazer a juventude  
 Crucifica o ancião.

(...)

Temos igreja católica  
 Presidida por São João  
 Na hora que o padre chega  
 Reza a missa faz sermão  
 Tem igreja evangélica  
 Que faz culto e pregação

(...)

Clubes e casas noturnas  
 Hoje ainda continua  
 Comércio de feira livre  
 Fazendo a vontade sua  
 Pão, sorvete e picolé.

Em toda ponta de rua. (BRITO, 2000, p. 251).

No poema de Adão das Chagas Brito, verificam-se alguns pormenores. O dito poema foi escrito no período pós-emancipação política e se presta a destacar a expansão da cidade, contemplando também os espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí.

Nesse sentido, o autor faz um mapa dos espaços de lazer e socialização e nesse processo são destacados espaços que fazem parte das sociabilidades Alagoinhenses desde suas primeiras décadas até aqueles que foram construídos depois da emancipação política, em específico, na década de 1990.

A Praça São Francisco e o mercado público continuam em destaque, assim como a igreja de São João Batista que também é citada no poema.

O parque de vaquejada, os clubes, os hotéis e lanchonetes, bem como as feiras e as guloseimas que nela eram comercializadas (por efeito da memória gustativa) são também rememorados.

Entretanto, o que mais nos interessa é o enfoque que o autor dá a um conjunto de espaços de sociabilidade sobre os quais há um silêncio maior: os bares.

Em toda produção histórica sobre Alagoinha do Piauí (a saber: resumos e poemas, etc.) não se verifica nenhuma simples menção a esses espaços de lazer. Contudo, os versos de

Adão das Chagas Brito são extremamente claros sobre sua existência “há mais de quarenta bares, comandando a diversão”, diz o autor.

Por uma questão de lógica percebe-se que ao catalogar a quantidade de bares em um número superior a quarenta, a intenção do autor é, sem dúvida, demonstrar “o exagero”, a quantidade exagerada de bares presentes em Alagoinha do Piauí. De modo que, pode-se concluir, pelo tamanho territorial da urbe que, esse número não condiz com a realidade, a não ser que o autor esteja incluindo em sua contabilidade, os bares que se espalham pela Zona Rural da cidade.

A existência dos bares, contudo, no poema, escrito em 2000, é apontada como um fato que incomodaria uma parte da população, identificada como sendo as pessoas mais velhas do lugar (crucifica o ancião) sendo por muitas vezes relegada ao esquecimento.

Esquecimento este que recai ainda com mais força sobre o quarteirão de bares que ladeiam a igreja de São João Batista, incluídos dentro dos mais de 40 bares citados no poema de Adão das Chagas Brito.

Alguns desses bares, com o passar do tempo se transformaram em outro tipo de estabelecimentos comerciais. Tais como: supermercados, farmácias, etc. Mas alguns deles continuam abertos, como “espíritos”, nos dizeres de Michel de Certeau quando tratam dos fantasmas da cidade, espaços vazios da presença humana. Entretanto, de 1970 para 1990, se constituíam como os principais espaços de sociabilidade do lugar e mesmo não sendo citados na maioria dos poemas e resumos que se prestam a construir um retrato de Alagoinha do Piauí, estavam na arquitetura da cidade material e sensivelmente.

Em virtude do silenciamento histórico sobre estes bares (cabe lembrar que o silenciamento e/ou esquecimento recai apenas sobre os bares que ladeiam a igreja de São João Batista, pois há fotografias oficiais de bares que se localizam em torno da praça e do mercado público) nos utilizamos das fontes orais para apresentar esta outra faceta da cidade Alagoinha do Piauí. E segundo tais fontes, dentre 1970 a meados de 1990, existiram sete bares em torno da igreja matriz e tais bares eram espaços de sociabilidades sadias e intensas.

A justificativa dada pelos entrevistados para o silenciamento existente sobre os bares variam. Francisca Adriana Rocha, em seu depoimento, atribui tal fato a um certo “constrangimento público em revelar que eram os bares os principais espaços de sociabilidade dos Alagoinhenses” (ROCHA, 2017) enquanto Maria Jocileia Fialho justifica tal silenciamento pelo fato “de o bar não ser um espaço de circulação ou disseminação de conhecimento” (FIALHO, 2017). Fialho entende por conhecimento o saber sistematizado,

“construtivo”, concebendo o bar como mero espaço de distração, sem valor cultural ou simbólico.

Contudo, na fala dos entrevistados há um ponto em comum: a maioria reproduz a ideia de que os bares que ladeiam a área são espaços “profanos”, inconvenientes para a prática de sociabilidades, espaços de “homens bêbados e mulheres desajuizadas”. Entretanto, pelas falas dos depoentes, verifica-se que tal discurso não existia entre 1970 e 1980 quando estes bares eram, nos dizeres dos entrevistados, “o point da sociedade”. De modo que para saber em quais circunstâncias tais discursos foram construídos é preciso descobrir como eram os espaços e as práticas de sociabilidade desenvolvidas pelos Alagoinhenses em tais espaços.

Na memória resguardada nos textos escritos o que se verifica até aqui é que a igreja é preservada, lembrada enquanto os bares são esquecidos. O sagrado precede o profano e o engole como aponta Lucimar Rocha. Primeiro veio à igreja e depois veio o povoado, com seus ares de vida urbana e seu “lago da felicidade”, uma fonte sorvida até a última gota, visto que os bares findaram sendo esvaziados. Para entender como se deu tal esvaziamento é preciso analisar em que contexto a igreja convivia com o bar.

De todo modo o último aspecto, quase invisível, do retrato de Alagoinha do Piauí é o seu aspecto sensível constituído de espaços onde a população desfrutava dos prazeres da vida social.

### 3. NAS ENTRELINHAS DA CIDADE: DESCORTINANDO OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES DE ALAGOINHA DO PIAUÍ DA DÉCADA DE 1970 A 1990

A cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade, ela comporta atores, relações sociais, personagens grupos, classes, praticas de interação e oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcos, todos que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural, no tempo. A cidade é uma concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido de noção do habitar e essas características a tornam indispensavelmente ligada ao sentido do humano: cidade, lugar do homem; cidade, –obra coletiva que é impensável no individual, cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. (PESAVENTO, 2007, p. 13)

Assim a cidade se constitui como um espaço de vida e interação humana, é a “morada de muitos, é um tecido de relações sociais, é o espaço em que a vivencia e a convivência humana é mais intensa”. Partindo dessa ideia, buscamos os espaços que inspiram e respiram vida e relações humanas de Alagoinha do Piauí, a fim de perceber quais eram, como eram, quais as praticas de lazer e sociabilidade neles desenvolvidas, qual a alma desses lugares, sua importância e significação para o seu publico e os demais cidadãos.

Em nossa busca por descortinar esses espaços, verificamos que há uma lacuna na memoria dos Alagoinhenses sobre os mesmos. Nos resumos, poemas, crônicas, existem poucas linhas sobre os espaços e as sociabilidades de Alagoinha do Piauí. Tal fato pode ser explicado pela seguinte questão: A principio havia poucos espaços de sociabilidade em Alagoinha do Piauí e sua população, descrita como trabalhadora, sobrevivia do trabalho agrícola, atividade que tomava a maior parte de seu tempo. Desse modo os momentos de sociabilidade, até fins de 1970, tendiam a ser raros, embora fossem intensos.

Além disso, em uma sociedade pobre onde o trabalho, como meio de sobrevivência, é uma atividade compulsória até para as crianças, o tempo destinado ao lazer tende a ser visto como o tempo desprezível, improdutivo e por tanto insignificante. Assim diz os versos de Francisca Maria da Silva:

Até a década de 80  
A educação não era garantida  
Nem todos podiam estudar  
A população não era assistida  
As crianças trabalhavam na lavoura  
Este era o seu meio de vida. (SILVA, 2016)

Ao falar da educação em Alagoinha do Piauí, até a década de 1980, a poetisa enfatiza a pobreza e a falta de assistência sofrida pela população desse lugar, quando era povoado. Mas também frisa a importância do trabalho na lavoura para a sobrevivência dos Alagoenhenses que, obrigados a executar tal tarefa se viam impedidos até mesmo de estudar.

Nesse contexto, o lazer, as sociabilidades também eram sufocadas pela obrigatoriedade e necessidade do trabalho árduo e rotineiro. Crianças, jovens e adultos precisavam trabalhar para subsistir e ter direito a um momento de lazer. Nas falas dos nossos entrevistados esse fato fica evidenciado em frases como: “a gente trabalhava a semana toda, pra ter dinheiro pra ir na rua no domingo” (CARVALHO, 2017) “Nós trabalhava o ano todo, pra comprar uma roupa e ir se divertir nos festejos” (SILVA, 2017). Em tais falas se verifica dois pormenores: a necessidade do trabalho ininterrupto e a valorização do momento destinado a prática das sociabilidades, visto que os indivíduos trabalhavam pela sobrevivência, mas também pelo lazer, para ter recursos financeiros para custear sua diversão.

Quando nos voltamos para os escritos que se tem sobre a história de Alagoinha do Piauí, verifica-se, novamente, que os momentos de lazer e sociabilidade, tendem a ser sufocados no meio da infinidade de textos sobre a religiosidade, a educação e as lutas políticas pela emancipação de Alagoinha do Piauí. Nesse processo de sufocação e desprezo pelos momentos de repouso e diversão, os espaços de sociabilidade também tendem a serem pouco analisados, pois são lugares praticados em momentos de distração, quando as pessoas estão desocupadas.

Não é rara a associação de espaço de sociabilidade a lugar de vadiagem, bem como não é raro associar o indivíduo dado a momentos de lazer a imagem de boêmio ou vadio, visto que espaço e momentos de socialização se constituem justamente de práticas desobrigadas e voltadas para a diversão pura e simples. O sociólogo Jofre Dumazedier dá a seguinte definição de lazer:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER apud OLIVEIRA, 2011, p. 29-30).

Para este autor o lazer é o momento destinado a práticas livres da obrigatoriedade rotineira. É o momento em que as pessoas ocupam os espaços da cidade apenas pelo prazer de passear, de conversar, de se distrair e se desligar da rotina. O momento da sociabilidade, do namoro, das brincadeiras entre amigos, do descanso da vida profissional e doméstica.



Para os Alagoinhenses os momentos destinados a práticas de sociabilidades livres tendiam a ser considerado um momento de grande significação. Eram raros, mas intensos. Com a emancipação político-administrativa da cidade Alagoinha do Piauí, tais momentos começam a ser ainda mais valorizados, como forma não só de descansar da rotina, mas também como forma de festejar os progressos alcançados.

Os principais espaços praticados pelos cidadãos, até meados da década de 1980, eram a igreja e o bar. Dois espaços antagônicos e densamente praticados pelos cidadãos, que em fins de 1980, sofrem um processo inverso de sacralização e profanação. Ao lado desses dois espaços, comuns no que se refere à promoção de sociabilidades, outros tantos (como a rua, a praça, os clubes) compunham o universo dos desejos e prazeres sociais, também demarcados com o signo do sagrado e do profano.

Partindo dessa assertiva, surge-nos o segundo questionamento que nos convém responder: Quais eram os espaços de sociabilidade praticados pelos alagoinhenses e quais práticas sociais lhes davam vida? Para responder a tal indagação faremos então uma leitura sobre as pedras, uma leitura dos espaços. Para tanto nos valeremos de fontes orais e imagéticas.

Os depoimentos coletados para nos ajudar a ler as entrelinhas da cidade, são necessariamente de pessoas que viveram as décadas de 1970, 1980 e 1990. Pessoas que em tais épocas, sendo jovens ou adultos, frequentavam ou estavam de alguma forma ligados a esses espaços, na condição de proprietário de algum prédio ali instalado ou agente voluntário do lugar.

A escolha dos entrevistados foi feita a partir dos espaços ao qual estavam ligados e por meio de indicação (quando um frequentador de determinado espaço indica um amigo ou conhecido que viveu a mesma época). Todos os entrevistados são filhos de Alagoinha ou foram pelo menos habitantes da cidade no recorte pretendido, pré-requisito para que possam interpretar as cenas vivenciadas e os espaços praticados e demarcados com signos de sagrado e profano.

Utilizamo-nos da História oral como meio de produzir fontes sobre tais espaços pelo fato de ser este um meio eficaz capaz de resgatar a memória dos excluídos.

Também nos utilizamos de poemas e resumos, relatos orais e escritos, que trazem uma versão feita sobre os espaços de sociabilidade da urbe em análise do período referenciado e assim, com pequenas peças, montaremos o quebra cabeça da vida social dos Alagoinhenses.

### 3.1. A rua e a feira

Escrevem alguns autores que nas ruas os homens não fazem mais do que passar. Já para Saramago, há na rua mais do que simples presa. Para nós há um mundo que se revela nas ruas da metrópole. Na rua o presente nos ardeia, traz as marcas dos itinerários, às vezes dispersos, difusos ou mesmo concentrados. Definidos pela vida cotidiana. (CARLOS, 2007, p. 50).

As palavras de Ana Fani Alessandri Carlos (2007) nos inspiram a olhar para a rua com um olhar diferente. Segundo tais pensamentos a rua não é um mero espaço de passagem, por onde circulam, passam rapidamente, os homens com seus desejos, com sua presa de chegar a alguma extremidade da cidade. A rua não é um espaço do vazio. A rua está marcada pelos passos e, portanto, está marcada pela vida. De modo que também possui um texto, escrito com letras grandes e com versos alegres e por isso também é um espaço do lazer, dos prazeres da vida urbana.

Há na rua uma alma e mil e um poemas. Por elas as pessoas passam, passeiam, conversam, namoram, compram e vendem mercadorias e sonhos. Por essa ótica, pode-se vislumbrar a rua como um clube a céu aberto, um bar frequentado por todos, um espaço próprio e propício para a festa, para a diversão, as manifestações e as relações sociais.

As ruas de Alagoinha do Piauí nas décadas de 1970 e 1990 eram os espaços onde a vida acontecia, com mais intensidade. A princípio, até alcançar a emancipação política, a cidade apresentava as suas ruas em estado natural, despidas, sem calçamento. As pessoas deixavam suas marcas sobre a areia grossa e vermelha, a piçarra que formava a rua.



Imagem 12: Fidelia Rocha em passeio pelas ruas de Alagoinha do Piauí em 19..  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Além de serem ruas com chão de piçarra, também eram estreitas, em alguns casos, e irregulares ao que se refere ao nível do chão, visto que o território de Alagoinha era um tanto quanto acidentado, cheio de elevações, grandes ladeiras, em torno das quais se construíam casas e estabelecimentos a fim de caracterizar o ambiente citadino.

Contudo, mesmo com tais características, as ruas de Alagoinha do Piauí sempre foram densamente praticadas, tanto para a realização de atividades comerciais, quanto para o exercício, das sociabilidades humanas.

A primeira e mais comum pratica de sociabilidade, presente ate os dias atuais na vida dos habitantes da urbe, sendo sempre como o palco principal, o espaço da rua, eram os passeios, como nos relata a professora e poetisa Fídelia Rocha:

Era muito usado aqui também o espaço da rua, era só para caminhar, especialmente, ao redor do mercado. Era engraçado. A juventude de Alagoinha tinha como se fosse um lazer. No dia da feira ficava olhando as bancas que vinham de fora e arrodando o mercado. Às vezes davam num sei quantas voltas arredor do mercado para ver pessoas que vinham de outros lugares, para ver as bancas de mercadoria, pra encontrar as amigas conhecidas. De modo que ficavam indo e vindo, de um lado para outro, ao longo das ruas Manoel Policarpo, onde se concentrava tanto a igreja quanto os bares; José Lima e da AVENIDA 09 de Abril, ruas que contornavam o mercado e a praça, a partir de 1990. (ROCHA, 2017).

Para os Alagoinhenses, como diz Fídelia Rocha, andar pelas ruas, dando sucessivas voltas em torno do mercado posteriormente, em torno da praça, era um divertimento. Costumava-se, por essa época, encontrar os amigos e reuni-los para essa pratica de simplesmente caminhar pelas ruas, observando tudo o que nela estava exposto, visto que as mesmas se constituíam como uma vitrine, cheias de camelos. Michael de Certeau (2008) enxerga tais caminhadas como uma forma do “fazer urbano”, uma forma de enunciação do pedestre que transforma um espaço vazio de vida, em espaço praticado, marcado pelos itinerários sem destino feitos por sujeitos ordinários que subvertem a ordem natural da rua e não passam por ela, ficam, passeiam de um lado para outro, parando para conversar, para trocar olhares fugidios, resignificando o espaço.

Os passeios, também eram propícios para a pratica do flerte. Enquanto circulavam, de um lado para o outro contornando o mercado, moças e rapazes trocavam olhares furtivos, observavam-se mutuamente. Quando se enamoravam, continuavam o passeio, de mãos dadas, em torno do mercado, como se lembra a economista Alaide Claudina de Carvalho Rego:

Aos domingos, dia da feira vinha gente de toda redondeza. Nós mocinhas, passava o dia dando voltas ao redor do mercado, num sol de rachar, mas tudo bem... vinha a recompensa quando se deparava com a pessoa a quem

lhe interessava. Daí uma vez ou outra passava na frente de um bar, onde encontrava com os amigos e tomava uma cerveja num reservado no fundo do bar, pois os pais, nem sonhar... (CAVALHO REGO, 2017).

Como relembra a senhora Alaide Claudina de Carvalho Rego, o dia de maior circulação, tanto de jovens quanto de crianças, adultos e idosos, nas imediações do mercado, era o dia de domingo. Dia em que tanto os habitantes do centro (Zona Urbana) quanto os habitantes do interior (Zona Rural) se encontravam e reproduziam o mesmo itinerário, diversas vezes, até cansar as pernas ou ter-se que ir embora, deixar a rua.

A feira que após a emancipação político-administrativa de Alagoinha do Piauí, passou a ser montada nas ruas, funcionava como um ímã que atraía pessoas de todos os recantos, povoados e cidades vizinhas, para o espaço urbano, para as ruas da cidade. Sendo, portanto, considerada um dos principais momentos de sociabilidade. Esse fato se verifica pela quantidade significativa de relatos construídos sobre ela. Marcos Carvalho traz a seguinte memória sobre a primeira feira realizada em Alagoinha do Piauí:

A primeira feira publica aconteceu no dia 15 de outubro de 1928, uma segunda feira, reuniu os moradores da vila Alagoinha e os habitantes das áreas rural, próximas ao vilarejo antes a feira funcionava dentro do mercado, na época de povoado. Hoje a feira acontece aos domingos, ao redor das laterais do mercado e do lado da praça é Francisco, com bancas e barracas e os mais variados artigos e produtos, tanto do campo, como dos grandes centros, como roupas e objetos. (CARVALHO, 200, p. 63).

A feira, fator que dá contornos a vida urbana por possibilitar o comércio, em Alagoinha do Piauí, funcionava mais como momento de socialização, atraindo aglomerados humanos para passear nas ruas, do que como momento de trocas, compra e venda de mercadorias. O prazer presente nessa prática consistia apenas em andar. Prazer de olhar o que se tinha nas bancas, muitas vezes nem se comprava nada, apenas se olhava as peças e os objetos pelo prazer de encantar os olhos com alguma coisa bonita. Certeau (2008) explica que há uma diferença primordial do ato de abrir os olhos para as coisas do mundo. Este autor explica que o homem pode lançar um olhar sobre o mundo e seus objetos somente para ver ou para olhar. O ato de ver, para Certeau (2008), é uma necessidade física, necessária para a orientação, que é saciado no piscar dos olhos. Enquanto o ato de olhar existe como um desejo psíquico e insaciável que leva o ser humano a parar diante das coisas do mundo para apreciar, admirar, degustá-las com os olhos. Walter Benjamin (1989), por sua vez, aponta que para o flaneur o ato de olhar as vitrines, as paisagens, as bancas é uma prática prazerosa que atrai e encanta os olhos.

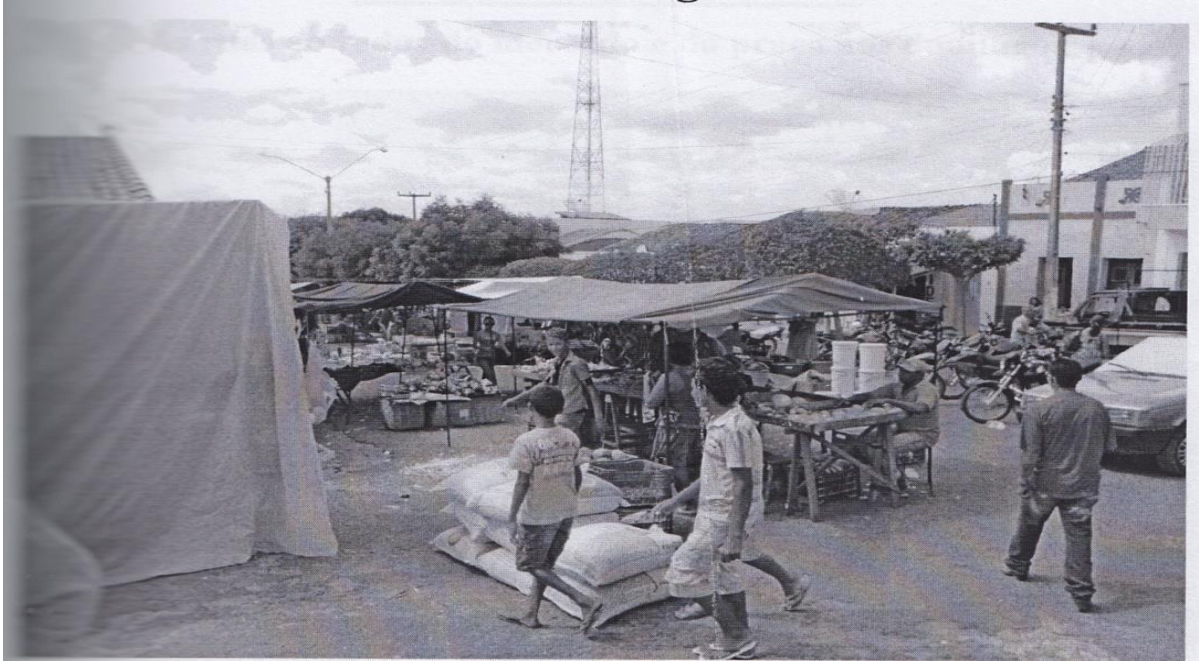


Imagem 13: feira de Alagoinha do Piauí em 2006

Fonte: Carvalho p. 67

Por ocasião da construção da praça, os passeios continuaram sendo uma realidade presente. Contudo passou-se a passear dando sucessivas voltas em torno da praça, nas ruas que circundavam a mesma, com o intuito de observar a bancas armadas em seu entorno.

Cabe ressaltar que durante os dias de feira, segundo os nossos depoentes, tais passeios eram encerrados até, no máximo, as 17h00min horas. Momento em que os indivíduos oriundos do interior (Zona Rural) ou de outros municípios começavam a se retirar e as bancas dos feirantes começavam a ser desmontadas. Mas durante os festejos, em especial os festejos do padroeiro da cidade São João Batista, as caminhadas pelas ruas em torno do mercado ou da praça perduravam o dia inteiro e seguiam-se até por volta das 10 horas da noite quando a população começava a se recolher. Jocileia Fialho assim rememora a feira de Alagoinha do Piauí:

A feira atraía muita gente. Eu lembro que assim que eu acordava eu ia pra rua e ficava o dia inteiro caminhando das bancas, de confecção, calçados, para a farmácia de minha tia. Era muito agradável e divertido porque vinha muita gente para a feira. Vinham pessoas dos interiores, dos municípios vizinhos e a feira durava o dia todo. A gente se divertia transitando pelas ruas, olhando as bancas. Hoje eu olho pra feira de Alagoinha e costumo comentar: como mudou a feira do nosso município. A gente vai 10 h da manhã e não tem mais ninguém na rua. Antes lotava ate o fim do dia. (FIALHO, 2017).

Em suas palavras, a professora Jocileia Fialho, demonstra que a feira era um ímã para a socialização e os passeios eram agradáveis momentos de lazer. O saudosismo se apresenta

ao relatar que com o tempo as ruas se esvaziaram da presença humana, ao extinguirem-se os passeios.

Walter Benjamin (1989), ao analisar o prazer de se flanar pela cidade, nos faz entender os passeios pelas ruas de Alagoinha do Piauí. Para este autor, o flâneur passeia pelas ruas observando e se apropriando de seus espaços, consumindo a paisagem, protegido pelo anonimato que o ato de penetrar na multidão lhe proporciona. Em Alagoinha do Piauí o flâneur é um sujeito, às vezes individual e, às vezes coletivo, formado por grupos de amigos que invadem a rua, penetram a multidão para consumir a paisagem, resignificando aquele espaço.

A memória gustativa, como coloca Mariana Corção (2010) preserva momentos e lugares, revividos e rememorados pela lembrança de seus sabores. No caso de Alagoinha do Piauí a memória gustativa trás de volta a lembrança de suas ruas:

Sonhava mesmo acordada  
Para ir a Alagoinha  
Só voltava conformada  
Se bebesse xexeinha. (ROCHA, 2007, p.122).  
Comercio de feira livre  
Fazendo a vontade sua  
Pão sorvete e picolé  
Em toda ponta de rua. (BRITO, 2000, p. 251).

Nos versos dos moradores de Alagoinha do Piauí, aparecem as guloseimas que agradam o paladar dos seus cidadãos nas ruas desta cidade . A xexeinha era uma bebida muito consumida pelos Alagoinhenses e surgia para estes como uma novidade. Segundo Fídelia Rocha a preferência por tal bebida equivalia a que hoje damos ao refrigerante.

A xexeinha era a novidade da feira. Era como o refrigerante de hoje. Era uma espécie de pó colorido, dissolvido em água e comercializado numas garrafinhas. Tinha de todas as cores, vermelho, amarelo. Toda criança queria beber xexeinha. A gente sonhava em ir pra rua só pra tomar essa bebida. E os rapazes, quando tinham interesse numa moça, pra fazer um agrado, oferecia uma xexeinha, também. Era uma bebida quente, naquele tempo não tinha gelo. Mas era bom. (ROCHA, 2017).

Como se verifica, o prazer e a possibilidade de tomar uma bebida dava um significado atrativo para a rua. Os picolés e sorvetes, comercializados também na rua, embora sendo doces simples, eram raros e apreciados pela população que se comprazia em apenas andar pela rua e consumir tais alimentos.

Em 1986, Alagoinha do Piauí torna-se uma cidade emancipada e tem sua primeira administração empossada. Em dezembro do mesmo ano, as ruas da cidade se transformaram e

ganharam novos usos e novos momentos de sociabilidade. Como diz o poema de Fidelia Rocha, citado anteriormente, as ruas ganharam calçamento, o que torna mais prazeroso os passeios pelas mesmas e a rua se tornou um espaço próprio para a festa.

Em um primeiro momento, logo por ocasião da posse do primeiro prefeito, Salamão Caetano de Carvalho, a rua se tornou palco para as manifestações políticas, encarada pelos munícipes como forma de sociabilidade. O primeiro momento de comemoração pública por questões políticas é lembrado pela memória local:

Encerrada a comemoração solene da câmara municipal, seguiu em passeata pelas principais ruas da cidade, tendo em frente o vice-governador Lucidio Portela, o prefeito de Pio IX, Alencar Neto, O prefeito de Alagoinha do Piauí Salamão Caetano de Carvalho, o vice-prefeito Pedro Jose Neto, demais autoridades, líderes políticos de Alagoinha do Piauí e região e convidados especiais, além da comunidade em geral, dirigindo-se a sede da prefeitura onde foi descerrada a fita simbólica pelo vice-governador Lucidio Portela e a primeira dama do município Joaquina Libania de Carvalho. [...] encerrado as solenidades, foi servido um coquetel as autoridades e convidados especiais e servido um churrasco para toda a comunidade de Alagoinha do Piauí. (CARVALHO, 2006. p. 28).

Na citação acima, há um relato da primeira passeata realizada no município, bem como do banquete proporcionado pelo poder público aos filhos da cidade nascente. Tais passeatas, uma espécie de desfile ou procissão, onde as pessoas caminham, em multidão, precedidas por carros de som, pelas ruas da cidade, passaram a ser práticas constantes, nos períodos eleitorais. Ana Fani Alessandri Carlos (2007), explica que o espaço da rua possui muitas possibilidades de uso e assim como é utilizada para a feira, também o é para a festa, práticas religiosas e as manifestações populares de ordem social e política, como é o caso das passeatas eleitorais de Alagoinha do Piauí.

Em tais momentos a rua se tornava um palco e as calçadas um camarote. As pessoas andavam, dançavam, pulavam, cantavam ao som das marchinhas eleitorais. Assim, a rua se tornava um espaço da festa, da diversão.

Além de tais passeatas, no período de campanha eleitoral, tornou-se comum as práticas de poeiras e comícios no espaço da rua, práticas vistas e vividas pelos munícipes, não como prática política, mas sim como prática de sociabilidade.

Os poeiras, momento bastante apreciado pela população, consistia no ato de aglomerar as pessoas, próximas a carros com sons ligados em volume máximo e tocando as marchinhas, paródias dos candidatos a prefeito e vereadores. Cada partido realizava seus poeiras no espaço da rua alterando a configuração da mesma. A rua vista comumente como lugar de passagem, se transformava em um clube totalmente aberto, onde se ouvia música,

alta, se dançava, se comercializava comidas e bebidas. Andava-se de um lado para o outro da rua, observando as pessoas festejando, formando novas amizades e relacionamentos amorosos.

O comício é um pouco diferente, não consiste apenas numa festa pública de um partido. É o momento em que os candidatos se manifestam perante a população, apresentando suas ideias e propostas políticas. Contudo, em uma cidade espacialmente pequena e provinciana, como Alagoinha do Piauí, também surgiam para os cidadãos como momentos próprios de sociabilidade, momentos de andar e encontrar amigos e parentes pelo espaço da rua.

Tais momentos, comícios e poeiras, são práticas vivenciadas pelos alagoinhenses desde o período que antecede a emancipação política e sua memória é preservada na memória dos cidadãos. A senhora Alaide Claudina Carvalho Rego assim lembra esses eventos:

Quando era tempo de eleição! Era bom demais. Alagoinha ainda não era cidade, o prefeito era de Pio IX, mas os melhores hinos, os mais bem feitos, aqueles que arrasavam mesmo com os adversários, eram os de Alagoinha. As carreatas eram em caminhões cheios de gente em cima, pulando e cantando na companhia de um sanfoneiro. No final do dia ninguém conseguia falar com a garanta rouca. São tantas as lembranças que não caberiam em um livro, mas posso dizer que foram os melhores momentos de minha vida. (CARVALHO REGO, 2017).

A entrevistada lembra-se das carreatas organizadas nos períodos eleitorais. Tal atividade consistia em uma espécie de desfile de carros, lotados de pessoas, pelas ruas de Alagoinha do Piauí, seguindo-se até o local do comício ou poeira. Era uma atividade política com sentido puro e simples de sociabilidade que continuaram constantes no pós-emancipação.

Com a emancipação, a rua também começou a ser usada como o espaço da festa, por ocasião do aniversário da cidade e dos festejos juninos. Nas festas de rua o palco onde os artistas se apresentavam eram armados no meio da Avenida 09 de abril e a população lotava a avenida e suas imediações. Para Ana Fani Alessandri Carlos, a rua como o espaço da festa é mais uma faceta do viver urbano e expressa a ideia de que a rua não é só o lugar de passar, mas também de ficar, dançar, beber. De modo que finda por ser o espaço mais vivo da cidade, visto que é onde a multidão se junta para celebrar a vida.

A principal atração das festas de rua eram as apresentações dos artistas da terra, cantores filhos de Alagoinha do Piauí. Dentre estes os mais lembrados são Helvidinho e Ademar Marques, os artistas que segundo a população mais cantavam nas festas de rua.



### 3.2. O rio e as cacimbas

A cidade em sua inteireza é um espaço de sociabilidade, pois nela, as pessoas estão sempre juntas, amarrados, acorrentados uns nos outros, se comunicando, cruzando os passos, os costumes e as vidas. Assim, cada pedaço da cidade de Alagoinha do Piauí é apropriado pelos cidadãos e é resignificado por eles na medida em que a vida se desenvolve e tal resignificação se faz necessária.

Como mencionamos no primeiro capítulo desse trabalho em meados da década de 1970, até os primeiros anos da década de 1980 a cidade de Alagoinha do Piauí ainda povoado de Pio IX, se apresentava como um espaço com funções urbanas, mas pouco desenvolvido.

No que se refere aos espaços de sociabilidade nos primeiros anos do nosso recorte, eram poucos e por conta disso os moradores da dita urbe se apropriavam de todos os espaços da cidade e lhes atribuíram uma nova face, novo sentido, novo uso, transformando-os assim em espaços de sociabilidade. Esses espaços, pelo uso, ficaram próprios para a diversão, para o descanso, para o flerte, onde se podia fugir do estresse da rotina diária.

Nesse sentido o rio Marçal, que foi citado inicialmente como sendo um dos importantes ímãs que atraiu os primeiros povoadores do então lugar que viria a se tornar cidade de Alagoinha do Piauí, também recebe dos moradores o significado de espaço de sociabilidade.

O referido rio se localiza em uma das extremidades do espaço cidadão, é reconhecido pelos moradores da referida urbe, como o marco, a fronteira onde termina o espaço urbano e começa o meio rural. Segundo tais moradores quem mora no espaço localizado a margem direita do rio é cidadão e quem mora na margem esquerda é próprio do meio rural e por isso é comum a seguinte assertiva fulano de tal mora do outro lado do rio, no sentido de que tal indivíduo mora no interior, zona rural do município.

O Rio Marçal acaba sendo uma fronteira natural entre o campo e a cidade, o que dá contornos a ideia de espaço fragmentado apontada por Roberto Lobato Correia, na qual o espaço urbano encontra-se dividido em polos ( neste caso o polo urbano e o rural se confrontam). Contudo o referido autor não defende a ideia de espaços isolados, mas aponta para a articulação que existe entre eles, visto que os habitantes ou consumidores de um espaço convergem para os demais. O Rio Marçal, nesse sentido é o ponto de articulação entre o campo e a cidade, visto que pessoas de ambos os polos convergem pra suas águas e as atravessam de um lado para o outro, em busca do trabalho rural e da sociabilidade cidadina.

Contudo, o que nos interessa saber é que, além de ter atraído pessoas para povoar o território de Alagoinha do Piauí, o rio também, como um imã, atraía pessoas para momentos de diversão e socialização em suas águas.

O referido rio existe como uma espécie de piscina natural para os alagoinhenses. Constituiu-se como um rio temporário que passa a maior parte do tempo vazio. Contudo no período em que seu leito era inundado, durante o inverno, sua cheia era festejada pelos habitantes de Alagoinha do Piauí. Como relata Francisca Adriana da Rocha ao revisitar suas memórias:

Quando o rio enchia era uma festa, porque a gente gostava de ir com os amigos tomar banho lá. Eu lembro que todas as minhas amigas iam. Eu achava ruim porque meu pai, não me deixava ir sozinha. Ele tinha que ir comigo aí eu só podia banhar durante uma hora, até o sol esquentar a gente gostava de ir com nossa avó, quando ela ia lavar roupa, mas meu pai não queria deixar porque a gente dobrava elas. A gente se escondia delas, pra ficar mais um pouco e elas ficavam porque não podiam voltar sem a gente. Mas era muito bom. Era tudo muito bom. (ROCHA, 2017).

Ao visitar suas memórias a pedagoga Adriana Rocha rememora os banhos com as amigas no rio Marçal como prática de sociabilidade própria dos cidadãos, visto que o rio situa-se dentro do perímetro urbano, mesmo que em sua extremidade. Segundo nos relata no período das enchentes o rio ganhava vida, em função da presença humana em suas águas. O fato do pai de Adriana não permitir que a mesma fosse sozinha para tal espaço denota os costumes de uma sociedade com resquícios patriarcais onde as liberdades femininas tendem a ser cerceadas.



Imagem 14: jovens tomando banho no rio Marçal em 1990  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Contudo, o rio era o espaço das distrações, onde todos os moradores se permitiam descansar da rotina. Muitas vezes, a diversão vivida nas águas do rio Marçal era intercalada por atividades obrigatórias do cotidiano familiar como lavagem de roupas. Tal atividade, no entanto, por acontecer nas pedras do rio Marçal, na companhia de muitas mulheres a executar a mesma tarefa, surgia para as lavadeiras mais como lazer, prática de sociabilidade do que como obrigação e o tempo passava de maneira prazerosa entre os estalar da roupa na pedra e as conversas de comadres propícia para a concretização de novas amizades.

As mulheres assim preferiam lavar roupa no rio, conversando com as “companheiras de pedra” do que na solidão de seus lares, pela diversão que o espaço do rio propiciava. Assim como elas, os jovens de Alagoinha do Piauí também se apropriavam e resignificavam o espaço do rio Marçal para as suas sociabilidades como relembra a professora de Educação Física Jocileia Fialho:

O rio era um espaço muito frequentado pela minha geração, era motivo de muita alegria para nos jovens e de diversão para todos os moradores. Na época das chuvas fazíamos muitos piqueniques as margens do rio Marçal. Lembro que os meninos, Cosme e Erivan, tocavam violão ao longo do piquenique. Depois tomávamos banho. Era muito bom! (FIALHO, 2017).

Os piqueniques ao som de violão era um divertimento a parte, mas bastante apreciados. Os banhos de rio eram as práticas mais comuns tanto para jovens quanto adultos. No que concerne a juventude o rio também surgia como espaço propício para o flerte e para os namoros. Como rememora Alaide Claudina de Carvalho Rego (2017), ao afirmar que “Em Alagoinha também era de costume ir pegar água no rio, com as amigas, às vezes com os amigos, namorados, paqueras e era uma animação, só conversas e brincadeiras animavam a tarefa”.

Atividades como pegar água no rio surgem como sociabilidade porque embora seja uma tarefa doméstica o peso da obrigatoriedade em cumpri-la é um tanto quanto menos para os jovens. Ao discutir a proposta de Melo e Júnior sobre lazer, Karla Ingrid de Oliveira (2011) explica que estamos atrelados a obrigações até no tempo livre. Contudo, em tais momentos tem-se liberdade de escolher fazer ou não.

O Rio Marçal como espaço de sociabilidade tem sua memória preservada pelos Alagoinhenses. Em seus períodos de cheia, suas águas eram desfrutadas por todos os habitantes locais para atividades de sociabilidade e lazer puro e simples, como os banhos, os piqueniques, e também para a execução de atividades comuns para a rotina doméstica como a

lavagem de roupas, a coleta de água. Tais momentos são rememorados pela poetisa Firmina Arrais em seu poema intitulado “o rio da minha terra”

Quantas saudades eu sinto  
Do céu coberto de nuvens  
Cobrindo as águas tão frias  
Tão frias quanto à chuva  
[...]  
Saudades das águas mansas  
A desliarem carinhosamente  
Cobertos de passarinhos que gorjeiam  
Gorjeiam suas melodias

Saudades dos saltos da ribanceira  
Dos gritos da molecada  
Do barulho dos sapos a coaxar  
A coaxar espuma a beira da água

Saudades das pancadas das roupas nas pedras  
Dos peixinhos nas águas ancoradas  
Dos assobios e tantas vozes  
Tantas vozes que não ouço mais

Saudades do sol e da brisa  
Da vida na infância  
Saudades de mim mesma  
Em tempos remotos. (ARRAIS, 2011, p. 18).

No poema há uma descrição saudosista dos momentos de sociabilidades vividos no Rio Marçal, como “os saltos das ribanceiras”, os banhos, as mulheres lavando roupa e a multidão, o aglomerado de pessoas a se divertir “nas águas mansas do Rio Marçal”. As muitas vozes e assobios, citados pela poetisa é um vestígio da presença humana em momentos de concentração no referido rio.

Embora tal poema tenha sido escrito num período posterior ao recorte de nossa pesquisa, o mesmo serve-nos para evidenciar as permanências da memória sobre o Rio Marçal enquanto espaço de sociabilidade.

Cabe lembrar que além de se constituir como espaço de sociabilidade de ordem coletiva, também existiu como espaço de práticas sagradas e profanas.

Em períodos de seca, quando o leito do rio Marçal se apresentava vazio, especialmente no mês de junho, no ano de 1991, começou-se um movimento de cunho religioso, encabeçado pelo Padre José Ilíaca, natural da Itália. Tal movimento existia como uma procissão que iniciava, na igreja matriz de Alagoinha do Piauí e culminava no Rio Marçal.

Tal procissão cumpria um ritual de purificação. Iniciavam-se às 05h00minhrs da manhã na Igreja de São João Batista. Nesse momento, quando a população se aglomerava no

espaço da igreja as portas da Matriz eram fechadas e o padre realizava um momento de oração, consagrando uma confissão comunitária (as pessoas confessavam seus pecados mentalmente).

Findando o momento de oração, os fies seguiam em procissão, com pedaços de madeira nas mãos, ate o Rio Marçal. La chegando, montava uma fogueira com a madeira e ateavam fogo, simbolizando a queima dos pecados.

Tal momento encerrava-se, com um piquenique comunitário, onde os fies saciavam a fome com os alimentos que levavam, uma pratica de sociabilidade considerada sagrada pela comunidade católica da cidade de Alagoinha do Piauí.

Além dessa pratica, as fontes orais nos relatam, expressando certo constrangimento, que o Rio Marçal também tinha a ser utilizado, por um segmento da sociedade, como um espaço próprio para encontros amorosos e furtivos de casais.

Tal pratica era comum pelo fato de que Alagoinha do Piauí, ainda encontrava-se submersa nos costumes endurecidos do sistema conservador patriarcal. Assim o encontro amoroso de jovens (em especial) para praticas sexuais, era proibido. E sem terem ambientes que permitissem a vivencia de sua sexualidade, os casais tendiam a ir para o Rio Marçal, transformando-o em motel a céu aberto.

Os encontros aconteciam a noite e o espaço do rio, com leito vazio e amplo, propiciava o anonimato dos casais. Tal anonimato era necessário para as “moças de família” que se permitiam a vivencia da sexualidade antes do casamento, mas necessitavam manter a imagem de “moça” (mulher virgem) para não receber a alcunha de “moça perdida”, um estigma que significava um fator de desonra tanto para a moça, quanto para a sua família.

Além de jovens, adultos comprometidos se utilizavam do rio para encontros furtivos com amantes.

Além do rio outro espaço natural, apropriado e resignificado pelos Alagoinhenses como espaço de sociabilidade eram as cacimbas. Como rememora Adriana Rocha:

Outro espaço de sociabilidade muito comum pra gente era as cacimbas. Acho que você não lembra você é muito nova, mas, naquele tempo, nessas ruas aqui, por trás da casa de Braz, tinha umas cacimbas e era o ponto de encontro da gente. Todo dia, pela manha e a tarde, as mulheres iam per agua na cacimba horas a fio. E o engraçado é que, se encontravam todo dia, de manha e de tarde, e não faltava assunto. Mas também lá na cacimba se ficava sabendo de tudo que acontecia no povoado. E o ponto, mas certo, quando saiam da cacimba ja ficava certa a conversa do outro dia. Quando se via alguma amiga na rua também já se dizia “ate amanha na cacimba”. (ROCHA, 2017).

As cacimbas, rememoradas por Adriana Rocha, segundo sua indicação, se localizavam na Rua dos Três Poderes e serviam de ponto de encontro para as mulheres que, em meio à rotina doméstica, tinham como hábito encontrar as amigas, parentes nas cacimbas quando iam pegar água. A atividade que a princípio surge como uma obrigação feminina acaba se transformando em uma prática de sociabilidade prazerosa, pela qual as mulheres ansiavam. Afinal, era o momento propício para se colocar a par dos acontecimentos sucedidos no povoado, em conversações animadas e infusas. Como também rememora Alaide Claudina de Carvalho Rego:

Gosto muito de viajar e já andei muito, mas por onde passei, nunca encontrei um povo tão alegre, hospitaleiro e divertido igual o de Alagoinha, lá qualquer coisa é motivo de festa e sempre foi assim. No que da minha juventude, até os anos 70, tudo era motivo de festa, diversão e muitas alegrias. Uma das maiores diversões era ir pegar água nas cacimbas todas as tardes. Era como ir para um shopping. Lá se sabia de tudo em primeira mão, quando as pessoas vindas de fora tinham parada obrigatória, trazendo as notícias do mundo inteiro. Em Areia Branca, também tinha a cacimba velha, era uma diversão. (CARVALHO REGO, 2017).

Alaide Claudina, em sua fala, dá ênfase ao fato de que em Alagoinha do Piauí, até os idos de 1970, “tudo era motivo de festa”, todo espaço era utilizado para a prática da sociabilidade, da diversão. Isso se justifica pela existência de poucos espaços de sociabilidade em Alagoinha do Piauí nos anos 1970 e pelo pouco tempo disponível pela prática de socialização que a população dispunha, de modo que se tinha que aproveitar todos os espaços e todos os momentos para se divertir. A cacimba, na memória de habitantes como Alaide Claudina de Carvalho Rego, era um espaço para onde se ia com a intenção de se divertir, socializar, assim como se vai a um shopping.

Ao citar uma cacimba em específico, a cacimba velha situada no interior de Alagoinha do Piauí, a entrevistada evidencia que a cacimba era um espaço densamente praticado tanto pelos habitantes da sede do povoado, quanto pelos habitantes do meio rural. A cacimba, assim como o rio, é geralmente definida como lugares, mas nesse sentido, surgem como espaço de sociabilidade pelo fato de constituírem-se como aquilo que Certeau (2008) chama de espaço praticado, isto é, espaço marcado pelos passos, pela presença humana, com os quais os indivíduos constroem vínculos, memórias, em virtude de suas vivências, encontros, banhos. São, portanto, espaços vividos, carregados de histórias e significações.

### 3.3. As calçadas e o radio

Pensar a cidade sem o espaço público das calçadas é como pensar em uma ilha de individualidade e funcionalidade, em um mar de vazio. As ilhas representando as construções no espaço como, por exemplo, os edifícios com suas diversas funções – comerciais, residenciais ócio, etc. – cercadas pelo vazio não vivenciado das calçadas. [...] Entende-se que todo o sistema de espaços públicos de uma cidade, entre eles as praças, parques, praias, ruas e suas variações, a calçada é um espaço de vivência cotidiano mais fundamental e presente na vida dos moradores das cidades. É um espaço dedicado prioritariamente a circulação de pedestre, mas que, nas cidades pode servir igualmente como espaço de contato social com a diversidade, como espaço de lazer ou convivência. (MOURÃO, 2014, p. 27-28).

Calçadas, um pedaço do espaço urbano que caracteriza o espaço citadino, e que gera alguns questionamentos. A professora Ada Mourão (2014) em sua tese de doutorado levanta a seguinte problemática, em torno das calçadas: as calçadas são espaços públicos ou privados?

Tal questionamento se legitima no fato de que, ao mesmo tempo, as calçadas surgem como propriedade privada, visto que é um espaço atrelado a casa dos cidadãos, funcionando como uma extensão da mesma. Assim, os proprietários da casa, reclamam direitos sobre a calçada e se apropriam dela em seu cotidiano e, nesse sentido, como a própria autora cita, as calçadas se constituem como o espaço fundamental das sociabilidades cidadinas.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007), ao mencionar as calçadas, cita o advento da televisão, como o principal fator responsável pelo esvaziamento das calçadas da presença humana e por conseguinte pelo fechamento das famílias dentro de casa.

Em Alagoinha do Piauí, contudo, o espaço das calçadas surge como o espaço das sociabilidades cotidianas, cujo advento tecnológico de instrumentos como a televisão e o radio, em vez de esvaziar, ajudou a povoar as calçadas, praticadas pelos cidadãos até a contemporaneidade. Como rememora Fidelity Rocha:

Tinham as calçadas que as pessoas usavam para se encontrar e conversar. Geralmente, as pessoas se reuniam nas calçadas, mais assim de tardezinha, quando já tinham jantado. Ai se reuniam na casa de um vizinho, na calçada mesmo, e ficavam conversando até tarde. E era bom porque as pessoas conversavam mesmo, tinham assunto, hoje está um pouco diferente. Não por conta da televisão, mas sim da internet. As pessoas vão pras calçadas ainda, mais não tem conversa mais. Agora é todo mundo com o celular na mão conectada no wi-fi (risos). (ROCHA, 2017).

Segundo Fidelity Rocha, as calçadas eram a área de lazer dos cidadãos, mesmo sendo de formato retangular e estreito, era o espaço das reuniões diárias entre vizinhos. Nesse

espaço, sentados enfileirados, os habitantes se divertiam conversando de forma descontraída e apreciando o cafezinho servido pelo dono da casa.

A entrevistada aponta que com o advento da televisão, tal pratica continuou constante, o que veio a esvaziar as calçadas da conversação teria sido a internet.



Imagem 15: sociabilidades entre vizinhos na calçada  
Fonte: Acervo pessoal de Regivalda Sousa

Segundo, Fidelity Rocha, a calçada também surgia para os Alagoanhenses como o lugar do namoro:

As pessoas, quer dizer os jovens (moças e rapazes), também usavam as calçadas de suas casas para namorar. Porque, na época, os costumes eram conservadores e as moças só podiam namorar com o consentimento dos pais, e na calçada da casa da moça. Tinha aquela preocupação por parte dos pais de suas filhas não ficarem mal faladas. Então, quando o namoro era consentido, os namorados se encontravam na calçada de casa. Quando o pai, por alguma razão, não permitia o namoro, então se usava muito namorar atrás da igreja, escondido. Hoje ainda tem isso de namorar de trás da igreja (risos). (ROCHA, 2017).

Na fala de Fidelity Rocha, evidencia-se que a calçada, como espaço do namoro das moças de família, da contornos a dureza dos costumes conservadores que cerceavam a liberdade feminina, com o intuito de proteger a honradez perante a sociedade. Contudo, ao mencionar que em casos de romances proibidos, os jovens se enamoravam furtivamente protegidos pela penumbra da igreja, a entrevistada aponta a existência de praticas subversivas da ordem vigente e que tinham como espaço de realização o espaço “sagrado” da igreja, realizadas por jovens que, nesse sentido, surgem como sujeitos ordinários da ótica de Certeau (2008). O autor Mircea Eliade (1992) explica que o cruzamento entre o sagrado e o profano é



corrente no mundo, visto que praticas e espaços sagrados tendem a ser profanados pelos indivíduos.

As calçadas de Alagoinha do Piauí, também eram extremamente praticadas pelas crianças que segundo a entrevistada Edileusa Carvalho, se reuniam durante a tarde e a noite para brincar. Segundo a depoente, as brincadeiras mais comuns eram o jogo denominado de “Macaco”, cuja estrutura se assemelha a “Amarelinha”, e o jogo de “Ximbiu”, praticado pelas crianças em calçadas que possuíam sombra de árvore. Contudo, a prática de sociabilidade mais forte vivenciada nas calçadas diariamente eram as conversações, como relembra Carvalho Rego:

Quando chegava a noite sentávamos nas calçadas e ficávamos fofocando, contando histórias, contando piadas ou então ouvindo música com uma radiola, no ritmo da jovem guarda. Lembro que ouvíamos muito Roberto Carlos, Jerry Adriany, Vanderlei, Renato e seus Blue Caps, Fevers, etc. era muito divertido. As noites passavam tão rápidas e de forma tão tranquila. Era maravilhoso ficar ouvindo música e conversando na calçada. (CARVALHO REGO, 2017).

Além de citar as conversas animadas que adentravam nas noites de Alagoinha do Piauí, a entrevistada também cita a radiola e audição de músicas como fatores que animavam as reuniões nas calçadas. Pode-se inferir disso que o rádio foi um fator que atraía pessoas para as calçadas, posto que, em meados de 1970, um rádio ou uma radiola eram objetos de luxo que apenas as famílias abastardas da cidade poderiam comprar como se evidencia no poema de Fidelia Rocha:

O rádio era, no entanto.  
Um fator de admiração  
Vizinhos de todo canto  
Vinhavam para uma audição

E a saudade no peito arde  
De tudo que lembro ainda  
Como o programa da tarde  
“O seu gosto na Berlinda”. (ROCHA, 2007, p. 167).

O rádio como uma novidade que apenas uma minoria podia ter acesso atraía pessoas para as calçadas vizinhas onde existia um desses aparelhos, como relata Fidelia Rocha em seu poema. O objetivo era ouvir música, programas de rádio, notícias e jogos. No poema a poetisa faz referência ao programa “Seu gosto na Berlinda”, um programa de rádio transmitido diariamente pela Rádio Pioneira de Teresina, nas décadas de 1970 a 1990, apresentado pelo radialista Roque Moreira (1935-1994). Segundo José de Jesus Redusino, o referido programa atraía ouvintes de todas as classes em virtude do carisma do radialista e da diversidade de sua,

programação, caracterizada por um repertório que ia do brega ao socialmente incorreto. O programa rompia as fronteiras do Piauí, penetrando pelas regiões interioranas do estado, tanto que chegou a Alagoinha do Piauí, onde tinha um público cativo, composto por membros da elite e da classe popular. Um aspecto interessante, no que concerne a Rádio Pioneira por quem o programa era veiculado, é o fato de a mesma difundir ideais católicos.

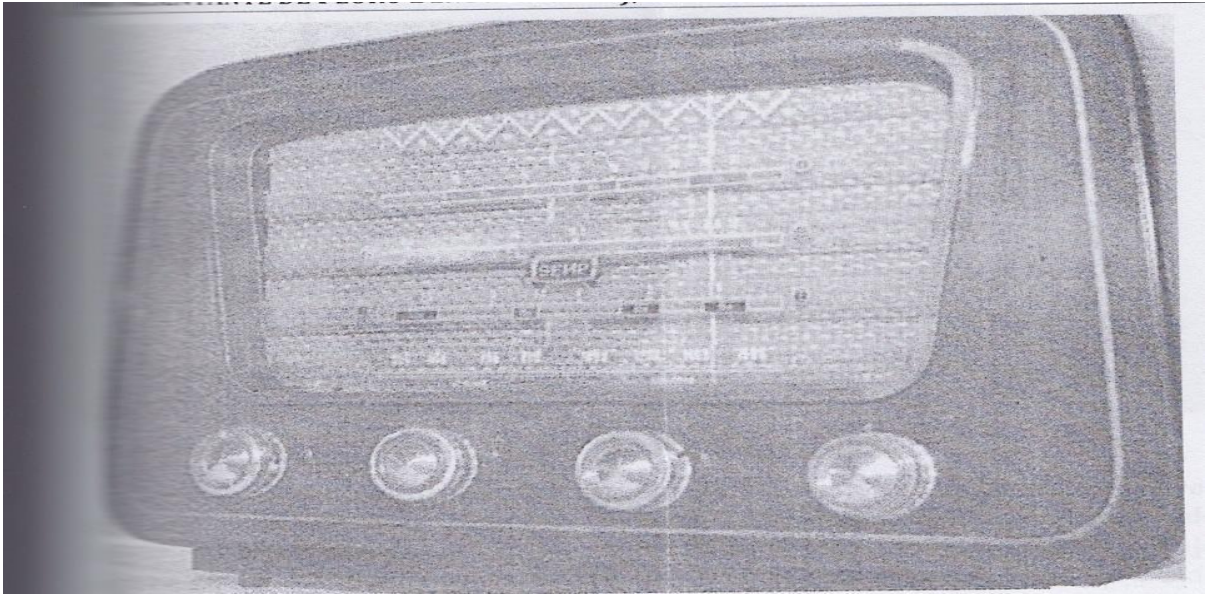


Imagem 16: Primeiro rádio (SEMP) de Alagoinha do Piauí, adquirido por Marcos Gomes de Lima (Marcos Piolho) em 1962.

Fonte: Carvalho 2006, p. 349

O rádio é um instrumento que transforma até o interior das casas em espaços de sociabilidade, tanto familiar quanto comunitária. Pois possibilita a interação das pessoas e atrai indivíduos para passar seu tempo livre ouvindo acordes musicais, descansando da rotina na companhia de parentes e amigos, como se verifica no relato do jornalista Marcos Carvalho:

A nostalgia tomava conta das residências de Alagoinha, nos anos 60 a 70, era a época da “febre” dos rádios, movidos a pilhas Eveready e Rayovac e hoje, uma volta aos anos 20 a 50 estão representadas nesse contraponto entre a tecnologia de final de século e a arte da restauração. O rádio criado pela Grundig relembra o original 960, famoso na casa de meu pai, Marcos Gomes de Lima (Marcos Piolho), que tinha um Semp e um ABC, onde eu aprendi a ouvir todos os dias a Voz do Brasil e de Francisco Policarpio de Sousa (Chico Dario), José Crisostomo Neto (Zé de Joana), Adão das Chagas Brito, Honorato Vicente de Lima (da Farmácia), Francisco José da Silva (Chiquinho de Zuza), Antônio Paturi, João Francisco de Brito (João de Tina), Solidon e Marcos João de Carvalho, João e Luiz Leobino de Brito (de Lô), Idelbrando e Francisco Valentim da Rocha, Osvaldo Joaquim de Carvalho (Osvaldo Pedra), José Pereira de Sousa (Dedé do alto), Alcides e Francisco Anísio da Rocha. Joaquim, João e Valdemar Jonas da Rocha e Louro de Zuza entre muitos outros ouvintes das ondas nostálgicas do Piauí. (CARVALHO, 2006, p. 349).

Consta na tradição oral que os acordes que chegavam a Alagoinha do Piauí até meados da década de 1990 eram provenientes do município de Picos. Contudo no ano de 1997, a cidade foi contemplada com uma emissora de rádio, fundada e posta em funcionamento pelos moradores de Alagoinha do Piauí.

Segundo os relatos que se tem a implantação da rádio, denominada de Alagoinha FM, resultou da necessidade de ampliar as possibilidades de comunicação e lazer:

A ideia de instalar a Rádio comunitária Alagoinha FM surgiu da necessidade de difundir a cultura, o esporte e o lazer, além de facilitar a comunicação no município que, até então, dependia das emissoras de Picos. O primeiro e importante passo foi a fundação da associação de comunicação, cultura e desporto do município de Alagoinha do Piauí – ACCDAP, no dia 1º de junho de 1997 com a presença de representantes de várias entidades do município: sindicato dos trabalhadores rurais, associações, cooperativas e igreja católica. (CARVALHO, 2006, p. 573).

No relato do jornalista Marcos Carvalho há a descrição dos movimentos feitos no sentido de fundar uma rádio comunitária em Alagoinha do Piauí e nessa descrição destacamos dois pormenores primeiro: a rádio é apresentada como meio de difusão do lazer e, segundo, entre as entidades empenhadas no processo de fundação da rádio aparece a igreja católica de Alagoinha do Piauí.

A rádio foi inaugurada em 28 de maio de 1999 e entre a programação foi registrado a bênção da rádio pelo padre Antônio Barbosa Ferreira e a realização de uma entrevista com os cantores Demerval e Erasmo.

Desde a fundação da rádio Alagoinha FM que a mesma passou funcionar como espaço de sociabilidade, visto que os moradores de Alagoinha do Piauí paravam diante do rádio, junto com as famílias, para ouvir a programação transmitida pela emissora, desde os programas musicais até os jogos de futebol transmitido em tempo real e as entrevistas realizadas com personalidades locais.



Imagem 17: primeira radio de Alagoinha do Piauí  
 Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

As vozes dos locutores alimentavam o imaginário das moças que não só ouviam os programas, mas também interagiam com eles através de cartinhas, onde pediam musicas e as ofereciam para seus familiares, paqueras e obviamente para os locutores da emissora.

O radio assim, por possibilitar a audição prazerosas de musicas e atrair os indivíduos para perto de si, surge como um aparelho que resignifica o espaço da calçada e da casa atribuindo-lhe o sentido de sociabilidade, principalmente familiar e entre vizinhos que paravam suas atividades e se reuniam em torno do aparelho para ouvir suas atrações, destinadas a todos os públicos.

### **3.4. O Alencar Mota, os forrós pé de serra.**

A nossa primeira escola  
 Reunida de Alagoinha  
 E a primeira professora  
 Foi a Dona Mariinha  
 Foi assim que iniciou  
 A educação de Alagoinha

A escola reunida  
 Onde tudo começou  
 Tornou-se Alencar Mota  
 Depois que reformou  
 Em homenagem a Zuca Berto  
 Esse nome ela ganhou

Era a única escola  
 Aqui dessa região  
 Não dava para atender  
 Toda a população  
 Por isso muitas pessoas  
 Não tinham acesso à educação. (SILVA, 2016).

A autora do poema acima, Francisca Maria Silva, faz referencia a primeira escola fundada em Alagoinha do Piauí, a Unidade Escolar Alencar Mota. Tal instituição de ensino foi fundada por volta dos ano 1950 e leva esse nome em honra do senhor José Ferreira de Alencar Mota (Zuca Berto) uma importante liderança politica de Pio IX e politico mandatário de Alagoinha do Piauí, em tempos de povoado.

Segundo os relatos Zuca Berto era um dos maiores opositores do processo de emancipação politica de Alagoinha do Piauí e contraditoriamente nomeia a principal escola do município.

O Alencar Mota, desde sua fundação, como a única escola do povoado, funcionava como o principal espaço de escolarização e também como espaço constantemente resignificado pela população para a pratica de sociabilidades.

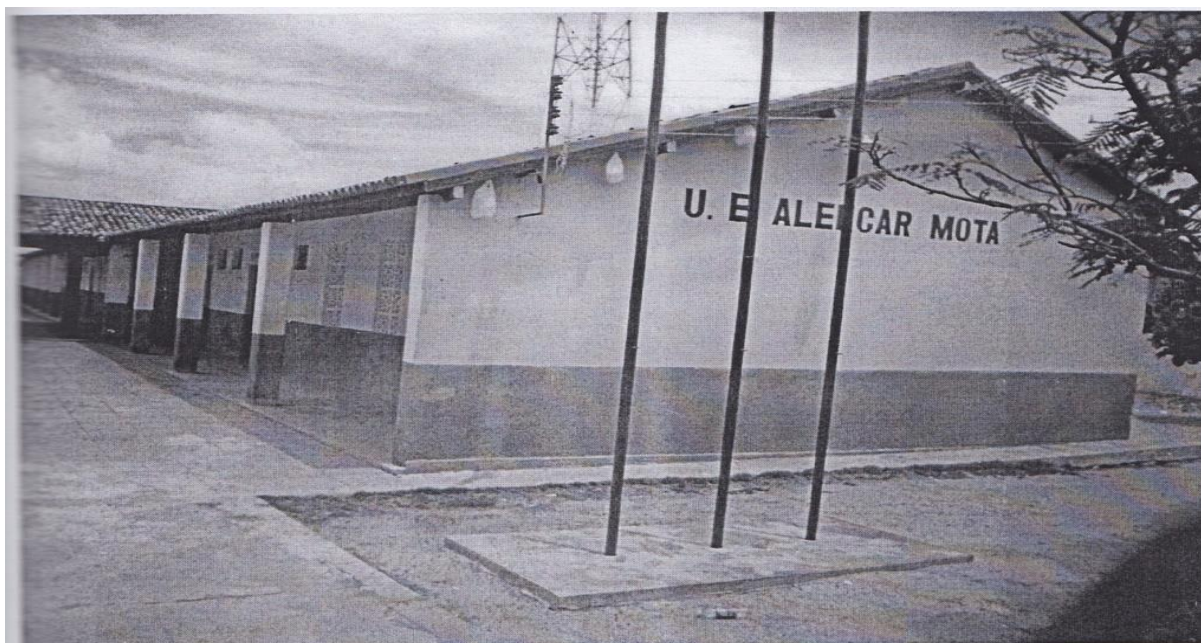


Imagem 18: primeira escola de Alagoinha do Piauí, o Alencar Mota.

Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

A referida escola se localiza na Rua Sergio Fialho, do lado da Avenida 09 de Abril, no centro de Alagoinha do Piauí, espaço de maior circulação populacional nos dias de domingo, quando se realiza a feira.

Segundo Fidelia Rocha, em tais momentos, os jovens da cidade se reuniam na escola, onde se realizavam bailinhos:

A gente tinha o costume, nos dias de feira, pela tarde, de ir para o Alencar Mota, lá os meninos costumavam fazer bailinhos e a gente ia pra dançar. Porque não havia outros lugares para fazer essas festas. Era ou na Escola ou

em algum armazém. Mas o mais comum era no Alencar Mota. (ROCHA, 2017).

Tais bailinhos, como a própria entrevistada sugere, eram festinhas improvisadas pela juventude de Alagoinha do Piauí. Ao dizer que não havia outros espaços para esta prática, a autora silencia-se sobre os bares da cidade.

Os bailinhos da Unidade Escolar Alencar Mota, tem espaço na memória dos jovens que viveram a década de 1970. Neste período os espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí se constituíam dos bares, da igreja e de espaços resignificados e apropriados para o lazer e socialização de jovens, adultos, crianças, como é o caso da referida escola, Sobre essas festas em um prédio escolar, a depoente Alaide Claudina de Carvalho Rego relatou que,

Naquele tempo, tudo era motivo de festa e a gente aproveitava todos os momentos e espaços que podíamos para nos divertir. Eu lembro que quase sempre, aos domingos, tinha festa, forró, no prédio escolar, hoje Alencar Mota. Quando não era com sanfoneiro, era com uma radiola mesmo no ritmo da jovem guarda. Eu e Fidelia até atrevia a fazer uns passos da jovem guarda e o pessoal que não conhecia, achava que dançávamos bem (risos). (CARVALHO REGO, 2017).

Pelas palavras da economista Alaide Claudina os bailinhos do Alencar Mota se resumiam a forrós, animados apenas por uma sanfona ou radiola. A diversão presente em tal momento consistia em poder ouvir músicas e dançar com os amigos.

A dança, pelo que fala a entrevistada, era uma prática valorizada e que causava admiração nos cidadãos, de modo que a moça ou rapaz que sabia “dançar bem” era apreciado pelos pares.

Cabe lembrar que os forrós pé de serra não eram realizados apenas nas instalações da escola Alencar Mota, mas também nas casas dos cidadãos e nos povoados do município por ocasião de acontecimentos especiais como casamentos, como destaca a entrevistada Maria Francisca de Carvalho:

Olha naquele tempo o maior divertimento que a gente tinha era o forrózinho pé de serra. Era bom demais. Eu sempre ia... Esses forrós eram geralmente uma festa organizada para festejar casamento. Geralmente as famílias dos noivos se juntavam, as duas famílias, e faziam um jantar pra todo mundo e botava o forro. A música era só o toque da sanfona, do triângulo, e do pandeiro, era só isso que tinha, mas era divertido. Ai os homens que iam dançar pagavam uma taxa pra dançar até de manhã. Ai nós, mulheres, só dançávamos quando eles chamavam. (CARVALHO, 2017).

Os forrós rememorados por Maria Francisca aconteciam geralmente em função e festa de casamento. Contudo não eram festas particulares, reservada para os convidados dos

nubentes e sim uma festa aberta para todos que desejassem participar, por isso eram eventos muito prestigiados pela população.

Outro detalhe interessante a ser destacado na fala da senhora Alaide Claudina de Carvalho Rego, se refere a dança. A festa era livre, mas a dança, quando o forro pé de serra acontecia nas residências, era paga pelos homens que desejassem dançar. O pagamento era destinado aos sanfoneiros, visto que o anfitrião, dono da casa, montava a festa, oferecia comes e bebes e convidava os músicos para tocar, contudo cabia aos participantes da festa paa-los para tocar e poderem dançar. As mulheres não eram cobradas pela dança, mas também só dançavam se fossem tiradas para dançar por algum cavalheiro, caso isso não acontecesse teriam que passar a noite inteira apenas olhando os casais a dançar.

A forma simplória dos forrós, caracterizado apenas pelo toque da sanfona e de instrumentos como pandeiro e triangulo, denota a singeleza dos costumes e a intensidade da vida social Alagoinhense, visto que a festa se fazia pelo contato humano, a interação social que se dava de forma constante, transformando lugares vazios em espaços praticados, como explica Certeau (2008), ao definir o espaço como aquela porção citadina onde o ser humano habita ou pratica, isto é, vive em seus momento de lazer ou obrigações, marcando-ó com uma historia, de modo que aquele espaço passa a ter sentido e sinificado em suas memorias.

Os passos humanos, assim, também reassignificavam armazéns, garagens, espaços que nos dias de domingo eram apropriados pela população e vividos, assumindo a forma de espaços praticados, marcados pelas vivencias humanas.

### **3. 5. O mercado publico e os hotéis**

O real se faz através da associação entre os sentidos corporais (como a experiência do gosto), experiências passadas e lembranças presentes ou já quase esquecidas. Tal entendimento do real se associa com as referencias da psicanalise e da psicologia. (...) a sensação gustativa é capaz de ativar uma outra sensação, uma transcende o tempo no qual o individuo esta inserido. A sensação ínsita o individuo a buscar nele próprio uma resposta aos estímulos indagados. (CORÇÃO, 2010, p. 61-62).

Mariana Corção, na citação acima, faz referencia a memoria gustativa, que se realiza quando os sabores de alimentos consumidos no passado despertam lembranças sobre os momentos e os espaços de degustação. Valeremos-nos dessa memoria, ativada pelas sensações corporais (gosto, cheiro) para reconstruirmos a memoria de saborosos espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí: o mercado publico e os hotéis.

O mercado público de Alagoinha do Piauí, fora construído em 1930, para organizar a feira e da contornos urbanos ao então vilarejo, segundo relatam os resumos históricos.



Imagem 19: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 1985.

Fonte: CARVALHO, Marcos. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)**. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006, p. 64.



Imagem 20: Mercado Público de Alagoinha do Piauí. 2017.

Fonte: Acervo pessoal de Regivalda Sousa

Desde a sua construção o mercado funciona para os cidadãos como espaço de comércio e sociabilidade. Em um primeiro momento, quando a feira acontecia dentro das instalações do mercado, as sociabilidades se faziam em função dos objetos comercializados. Contudo, a partir de 1986, período em que Alagoinha do Piauí é elevada a categoria de cidade e a feira passa a ser realizada nas ruas que circundam o mercado, as sociabilidades dos



indivíduos naquele espaço passaram a se realizar em função dos sabores. O Mercado Público se transformou numa espécie de restaurante, como lembra a entrevistada Jocileia Fialho:

O mercado municipal, atraía a gente para o seu interior porque lá dentro sempre tinha umas mulheres que faziam comida, café, almoço. Dentro né? por fora tinha os pontos de comércio (farmácia, loja de roupa, loja de calçado, material veterinário). Era movimento o comércio, tanto dentro como fora, e outra coisa também que eu percebo que hoje diminuiu muito é o comércio dentro do mercado que ali, se eu não me engano, são cerca de 10, de oito a dez, pontos de comércio e todos eram frequentados, porque tinham as mulheres que fazia café e almoço o dia todo era movimentado, pela manhã e à tarde, tinha movimento ali dentro do mercado. Hoje em dia se tiver é uns dois ou três. E eu lembro que de manhã cedo, sempre tinha café, cuscuz, buchada, panelada. E no arroz tinha arroz, feijão, galinha caipira, pirão. A gente comia muito panelada, buchada, essas comidas típicas nordestinas. (FIALHO, 2017).

A entrevistada, Jocileia Fialho, retrata as duas dimensões do mercado público: o comercial e a culinária propícia para a sociabilidade, já que os indivíduos se dirigiam em grupo ou poderiam encontrar ou fazer amigos no mercado, ao longo da degustação.

A memória gustativa traz a lembrança dos sabores apreciados, da movimentação intensa no interior do mercado ao longo do dia, existente em função das especiarias culinárias que as mulheres preparavam dentro do mercado.



Imagem 21: interior do mercado de 1930 a 2017  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Além disso, a associação entre passado e presente feita mentalmente pela entrevistada a partir da memória gustativa, traz a tona o espaço do vazio presente em função do espaço agitado do passado. Segundo Jocileia Fialho, dos 10 estabelecimentos que comercializavam as “comidas típicas do nordeste” restam apenas três. Segundo O entrevistado Ambrozio Francisco da Silva, a realidade atual do mercado, não se assemelha aquela vivenciada até fins de 1990:

O mercado acabou. Se formos comparar o mercado de hoje, com o mercado da era de 50, 90, podemos dizer que o mercado acabou. Ainda tem as lojinhas de confecção, calçado, mas lá fora, dentro mesmo, pode-se dizer que não tem mais nada. Só uma ou duas mulheres que fazem café. Mas na era de 80, o mercado era cheio. Sempre que a gente ia pra cidade a gente ia no mercado, porque lá dentro tinha umas banquinhas que vendia pão, doce e tinha um pote com água e Dona Zefa de Del que fazia almoço, café. Ai era assim; quem tinha dinheiro comprava o prato de comida e quem não tinha comprava o pão, o doce, comia e bebia água no pote (risos). E naquele tempo o povo achava era bom. Mas hoje se a gente for comer pão e doce na feira o povo joga é pedra (risos). (SILVA, 2017).

Na fala do senhor Ambrozio Francisco da Silva, verifica-se o espaço real (o mercado atual) em oposição ao espaço imaginário (revivido pelo entrevistado através de suas memórias, o espaço sensível das lembranças ativadas pela memória gustativa). Ao apontar de forma comparativa a realidade passada e presente do mercado, o entrevistado da contornos ao pensamento de Eclea Bossi (1994), quando a autora aponta que a imagem do presente se constrói a partir do passado, duas instancias de tempo que se cruzam no ato de lembrar. Para a referida autora o sujeito rememora suas vivencias de forma comparativa com as vivencias atuais e sempre enquadra o seu tempo, o passado que viveu, como sendo melhor do que o tempo vivido pelo outro.

Assim como Jocileia Fialho, Francisco Ambrozio de Sá rememora a efervescência do mercado em função dos alimentos lá comercializados; aponta o esvaziamento do mercado e o aspecto social do mesmo. Ramos ainda evidencia a diversidade presente no publico que frequentava o mercado: “pessoas com dinheiro e pessoas sem dinheiro”, ou seja, a elite e o povo de Alagoinha do Piauí frequentavam o mercado para desfrutar dos sabores lá oferecidos, de acordo com sua condição social.

Além do mercado publico, os entrevistados apontam que existiam outros estabelecimentos, muito frequentados pela população, em seus momentos de lazer e identificados por eles como hotéis.

Os hotéis eram pontos comerciais, de espacialidade propicia para receber pequenos grupos humanos e de arquitetura simples, que atraíam frequentadores pelos sabores culinários que ofereciam, como rememora a professora Jocileia Fialho:

Na época existiam hotéis muito movimentados também. Eu lembro do hotel de Diá, que ficava em frente a praça. Hoje ele trabalha em uma das instalações do mercado. Ainda existe o estabelecimento, funciona como hotel, mas pertence à outra pessoa. E tinha também o hotel de moça, que ficava um pouco mais afastado do mercado, na rua dos três poderes e o hotel de Maria de Bia, no final da rua também. Hoje não existem mais.

Atualmente apenas Diá continua trabalhando com hotel, eu acho. Moça nem reside mais em Alagoinha, mas na minha época eram muito movimentados. (FIALHO, 2017).

Quando diz “em minha época” Fialho se reporta as décadas de 1980 e 1990 e se faz importante destacar dois pormenores em sua fala: em primeiro lugar, a entrevistada identifica o hotel a partir de seu proprietário, um habito muito comum entre os cidadãos, habitantes de cidades pequenas e, em segundo lugar, há a identificação, corrente em Alagoinha, dos estabelecimentos que funcionam como restaurante e como hotéis, uma vez que ofertam hospedagem para os viajantes e refeições. Tais espaços, contudo, eram mais praticados em função dos sabores que ofertavam e principalmente pelos moradores que habitavam o meio rural nos dias de feira quando converiam para o centro de Alagoinha para fazer compras, divertirem-se e degustar os pratos servidos nos hotéis no horário de almoço.

Desse modo, o mercado publico de Alagoinha do Piauí, bem como os hotéis, funcionavam como ponto de encontro, onde os indivíduos se reuniam para saciarem-se com o sabor doce do café, o sabor exótico das comidas mais tradicionais e o sabor intenso das conversas, risos e melindres das relações sociais.

### **3. 6. O Alagoinhense Clube e os clubes dançantes**

Situado na Rua 31 de Dezembro, funciona as instalações do Alagoinhense Clube, um dos pontos de eventos e festas na cidade de Alagoinha; com estrutura simples, mas espaço físico e privacidade faz parte do clube de serviços na sede do município de Alagoinha do Piauí. (CARVALHO, 2006, p. 506).

Na citação acima, o jornalista Uriel Marcos de Carvalho (2006), faz uma apresentação/discussão do Alagoinhense Clube. Segundo o referido autor, o dito estabelecimento apresenta uma estrutura simples (trata-se apenas de um grande salão a céu aberto, cercado por um muro, sem cobertura, ao fim se verifica um pequeno palco, simploriamente coberto). Em tais circunstancias o que tornava o espaço do clube atrativo era simplesmente a sua espacialidade – que possibilitava a aglomeração de muitas pessoas – o caráter privado, visto que se constituía como um espaço fechado e particular, onde as pessoas poderiam se divertir livremente.

O Alagoinhense Clube fora criado em 1982 e é rememorado pelos cidadãos como sendo o primeiro clube da cidade. Sua construção, portanto, surge como um marco que distingue dois momentos da vida social Alagoinhense: o período das apropriações e,

ressignificações de diversos espaços em locais de sociabilidade e, o período que constroem lugares específicos e próprios para as praticas sociais de lazer.

O Alagoinhense Clube, por exemplo, ganha destaque na memoria dos cidadãos por ser o primeiro espaço de sociabilidade propicio para a realização de festas de grande porte com a apresentação de bandas e grupos musicais vindos de outras cidades e/ou estados, como rememora Edileusa Carvalho:

O clube era todo murado, na entrada, à esquerda, havia um pequeno cômodo, onde ficavam as bebidas, freezer e outros alimentos a serem vendidos e consumidos. No centro havia um salão com colunas, coberto, espaço onde as pessoas dançavam. Nesse clube teve o primeiro miss Alagoinha e, Branca de Braz, foi a vencedora. E eu, Edileusa Carvalho, fiquei no 2º lugar. Era nesse clube também que se realizavam as festas com bandas de fora, momentos de grande animação para os Alagoinhenses. (CARVALHO, 2017).

A escritora Edileusa Carvalho lembra em detalhes como era a arquitetura do clube em análise e rememora os grandes eventos que lá aconteciam.



Imagem 22: O alagoinhense clube, o primeiro clube de Alagoinha do Piauí.  
Fonte: Acervo pessoal de Regivalda Sousa

O primeiro evento citado pela entrevistada foi o concurso de Miss Alagoinha, realizado em 1987, organizado pela professora Joselita Brito. Tal concurso reuniu como candidatas ao título de miss, as moças da fina flor de Alagoinha do Piauí. A entrevistada cita a vencedora, Branca de Braz (de nome Francinalba Ribeiro Soares) filha de Braz José Neto, segundo prefeito e grande liderança política de Alagoinha do Piauí; e cita também a si mesma, Edileusa Carvalho, honrada com o 2º lugar do concurso e filha do então prefeito Salamão Caetano de Carvalho, o primeiro prefeito de Alagoinha do Piauí.

Tal concurso se deu no mês de junho do referido ano e mexeu com o imaginário do povo Alagoinhense que se reuniu no Alagoinhense clube para contemplar o desfile e aplaudir a beleza da eleita e de suas concorrentes. O fato de as vencedoras serem filhas de importantes lideranças políticas e do “esquecimento” citado por nossas fontes com relação às demais candidatas gera dúvidas sobre a legitimidade do resultado e aponta o caráter elitista desse evento.

Além do concurso de miss, Edileusa Carvalho lembra-se dos eventos marcados pelas apresentações das “bandas de fora”, grupos musicais de reconhecimento regional, a exemplo do grupo musical Os feras do baile, Banda aquarius, Os meninos do padre, cachorra da moléstia, cacau com mel, Banda Shok e cantores como José Roberto e Frank Aguiar. que agitavam as festas realizadas no Alagoinhense Clube e chamavam a atenção da tão provinciana Alagoinha do Piauí, como destaca Fidelia Rocha:

Quando tinha festa, no Alagoinhense era uma maravilha. Pessoas de todas as idades gostavam de ir porque sempre tinha uma atração. As festas eram dançantes com vendas de entradas e mesas. O clube era frequentado por toda população e pessoas da região que vinham, principalmente quando tinha atrações. Era um clube considerado social e fora as grandes festas no dia-a-dia, tinha muito forró, pois o dono era cunhado do sanfoneiro Ademar Marques e, de vez enquanto, eles organizavam um forro... e todo mundo participava, até mesmo as pessoas menos afortunadas. Só precisava pagar a entrada. Eu lembro que muitas pessoas ficavam andando pela rua, ao redor do clube, porque, às vezes, depois da meia noite, podia entrar de graça ou a entrada era bem mais barata que no começo da festa. (ROCHA, 2017).

Na fala de Fidelia Rocha percebe-se um fato curioso e paradoxal. A poetisa afirma que o Alagoinhense clube era um espaço frequentado por toda população de Alagoinha do Piauí e por conseguinte muito apreciado. Contudo salienta o caráter, privado do espaço do clube, onde todos entravam “só precisava pagar a entrada”. Por essa questão, subte-se que o Alagoinhense clube, passava pela mesma situação do Picoense clube, na cidade de Picos, pesquisado por Karla Ingrid Oliveira (2011). Isto é, era frequentado majoritariamente pela fina flor de Alagoinha do Piauí, visto que a população pobre não poderia pagar o ingresso.



Imagem 23: OS FERAS DO BAILE, em apresentação no Alagoinhense clube em 20.07.2006  
 Fonte: Carvalho 2006, p 573

Esse segmento da sociedade se divertia, portanto, do lado de fora do clube, passando pelas ruas em seu entorno, observando os indivíduos que entravam no Alagoinhense. Os indivíduos menos abastados, entravam no clube, para apreciar a festa e as atrações, apenas em momentos extraordinários quando, na madrugada, o ingresso tinha seu valor diminuído ou a entrada tornava gratuita. Entretanto, estando no interior do clube, não gozavam dos mesmos privilégios da classe alta da sociedade Alagoinhense, pois até as mesas eram vendidas, como relatou a entrevistada.

O Alagoinhense clube pertencia ao senhor Jesuino João de Deus e segundo a entrevistada Fídelia Rocha era considerado um clube “social”, no sentido, de ser um lugar apropriado, sadio para as práticas de sociabilidades. Os habitantes de Alagoinha do Piauí, a quem entrevistamos, lembram do clube pela nomenclatura “clube de Jesuino” referência feita ao proprietário do estabelecimento. Atualmente o clube se encontra fechado, não se constituindo mais como um espaço de sociabilidade. A causa do fechamento do clube nos foi relatada, por Fídelia Rocha, visto que o senhor Jesuino João de Deus, proprietário do clube não foi encontrado. A entrevistada reside em frente ao Alagoinhense clube e nos relatou que:

O clube foi fundado mais ou menos em 1982 e é considerado o primeiro clube onde realizavam festas e shows. E fechou porque houve atrito com a igreja. O povo da igreja pediu para não realizarem festas no festejo do padroeiro. O proprietário Jesuino João de Deus desobedeceu a vontade da igreja e depois ele se arruinou financeiramente e foi embora. O povo diz que foi castigo, ninguém sabe. Então Braz Neto comprou o clube e ainda hoje,

muito raramente, fazem festa lá. Esta sendo usado como estacionamento. (ROCHA, 2017).

A entrevistada atribui o fechamento do clube e a ruína do proprietário, ao enfrentamento e à resistência à autoridade da igreja católica matriz de Alagoinha do Piauí. O referido clube não se situa nas proximidades da Igreja de São João Batista, o que evidencia o poder que a mesma exercia sobre os espaços da cidade e a sua luta por sacralizar os espaços e momentos de sociabilidade. O festejo do padroeiro surge para a igreja, como uma festa religiosa e sagrada, que não poderia ser obscurecida pela festa “profana” e por isso o enfrentamento às festas do Alagoinhense clube. Consideramos o atrito entre a igreja e um clube, um tema interessante que merece ser pesquisado com mais profundidade. Não buscamos escavar essa questão minuciosamente por não se constituir como o foco de nossa pesquisa.

Além do Alagoinhense clube, há na memória dos Alagoinhenses outros dois clubes que surgiram no fim da década de 1990, o Sítio de lazer e o Okabe lazer.

Ambos os espaços são considerados pela população como “clubes dançantes”, visto que as festas lá realizadas eram voltadas para a dança. O Sítio de Lazer, assim como o Alagoinhense clube, servia de palco para apresentações artísticas de artistas locais, como Ademar Marques, Chagas Carvalho e Helvidinho. Os grandes shows se restringiam ao Alagoinhense clube.

O Okaber Lazer, por sua vez, a partir da decadência do Alagoinhense clube, passou a funcionar como o “point da juventude”. O espaço é fechado e arborizado, visto que não possui cobertura. As festas realizadas em seu espaço se constituem como “baladas”, com predomínio de música eletrônica e os acordes ensurdecedores de grandes paredes de som. O Okaber Lazer tende a não ser considerado um “clube social”, pois não é frequentado pela família, homens e mulheres casados. Seu público é majoritariamente adolescentes e jovens, chegando a ser considerado pela população conservadora da cidade, como um espaço subversivo, em virtude de permitir vivências juvenis livres, como a bebedeira e o namoro, e ser marcado por músicas socialmente incorretas, erotizadas e extremamente altas

O referido espaço de sociabilidade viveu seu momento de esplendor após a virada do ano 2000, pela geração de jovens que nasceu com o novo século. Até 1999 os clubes dançantes, segundo os entrevistados, eram vistos como inapropriados até para os jovens. Isso fica subtendido pela pouca menção que fazem a esses clubes e pequenas frases enfáticas como “os clubes dançantes não eram adequados pra gente”, palavras proferidas pela pedagoga Francisca Adriana Rocha. O fato que coloca tais clubes se constituírem como espaços

inapropriados, seria o caráter privativo do espaço, o que impossibilitava a vigília sobre os jovens, dando margem para praticas como bebedeira e namoros acalorados.

### **3. 7. As novenas, o reisado, e os rituais fúnebres.**

A casa, espaço da vida domestica, do recolhimento, pertencente ao âmbito do privado, onde os membros de uma família nuclear se encerram, pode ser visto apenas como um espaço de convivência familiar. Contudo em Alagoinha do Piauí, em decorrência de certas praticas sociais, acabava recebendo o caráter de espaço de sociabilidade, espaço de divertimento e confraternização entre parentes, vizinhos, conhecidos e demais indivíduos pertencentes a esta cidade.

O espaço da casa é apropriado para a pratica de sociabilidade no cotidiano, quando os indivíduos as visitam com a intenção de conversar com seus donos ou em situações especiais quando determinadas praticas sociais, como as novenas, o reisado e os rituais fúnebres, são realizados em seu interior, tal qual era a realidade dos alagoinhenses.

As novenas configuram-se como uma atividade religiosa, mas quando eram realizadas nas casas dos habitantes de Alagoinha do Piauí, ganhavam o sentido de pratica de sociabilidade, onde a reza em si funcionava apenas como um ritual tradicional que se deve cumprir por costume ou devoção.

Essa pratica é citada como sendo comum para os alagoinhenses desde os começos do seu povoado, sendo apontado como o traço mais marcante que caracteriza a cidade de Alagoinha do Piauí como sendo uma cidade religiosa desde seus começos.

Contudo, em Alagoinha do Piauí, o caráter social, dessa pratica se sobrepõe ao caráter religioso das novenas.

Para Bibiana Rocha, as novenas se caracterizam como uma tradição realizada por uma comunidade religiosa, em louvor do santo de devoção daquela comunidade. A casa onde a novena é realizada, segundo a autora, é a casa de tradição, ou seja, a casa da matriarca rezadeira, que por promessa, penitencia ou devoção se dedica a realização das novenas. O ritual dura nove noites consecutivas e se caracteriza pelas ladainhas cantadas pelas mulheres, visto que não se verifica a utilização de bíblia ou a pratica de reflexões teológicas em tais ocasiões.

Lucimar Rocha, por sua vez, dá ênfase ao caráter social das novenas, citando-as como o momento em que se davam os encontros entre vizinhos, amigos, conhecidos, bem como a comercialização de produtos culinários e a pratica dos namoros, atividades que transformam a,



novena em um dos principais momentos de sociabilidade da cidade de Alagoinha do Piauí.

Edileusa Carvalho (2017), em seu relato oral, faz a seguinte descrição das novenas:

Os mais velhos (patriarcas) tinham devoção a um Santo católico e anualmente se realizavam as novenas, nas residências, sendo a última noite um fechamento com leilão, aonde se misturavam a novena em si, o passar da bandeira sobre as cabeças dos fiéis, o beija santo, o leilão, os grupos (homens) ingeriam bebidas alcoólicas juntamente às joias arrematadas; joias eram doadas pela comunidade e esta as arrematavam e as consumiam. Muitos desses eventos se davam na área rural (serras). (CARVALHO, 2017).

A entrevistada Edileusa Carvalho cita o leilão e a ingestão de bebida alcoólica como momentos simultâneos da novena, o que também se verifica nos leilões realizados no adro da igreja.

Quando analisamos a prática do ritual religioso, a partir de tais discursos, verificamos que a novena surge como uma porta por onde se deve passar para se chegar aos momentos de socialização. E o interessante é que o caráter social se manifesta não só após a novena, mas também ao longo da mesma. Isso se verifica no Poema da poetisa Fidelia Rocha quando a mesma diz que enquanto as mulheres rezavam, os homens conversavam.

Tal assertiva se legitima pelo fato de a novena ser realizada no interior da casa, onde só mulheres e crianças se apresentavam para a prática do ritual. Os homens se mantinham fora do âmbito da casa, só adentrando no mesmo no momento de benzer (aspergir água) no santo festejado.

Além de se manterem fora da casa, os homens não rezavam, simplesmente conversavam o que demonstra que a prática de rezar a novena era vista e aplicada como sendo tarefa exclusivamente feminina.

Passado o ritual, encerrado pelas mulheres, o que se prolongava era a sociabilidade dentro e fora da casa, como nos relatou Maria Francisca de Carvalho:

A gente se reunia na casa de alguém que tivesse devoção por um determinado santo. Rezava a novena e depois ia conversar. Esse era o momento mais propício para os nossos encontros, porque, as novenas, eram as atividades que se tinham com mais frequência. Tanto na cidade, como no interior. Todo fim de semana, se tinha uma reza pra ir. Uma novena, porque sempre tinha um santo que era festejado por uma determinada família e a gente: ia, tanto pra rezar, quanto para encontrar as pessoas, conversar. Era muito bom. Às vezes se voltava tarde pra casa, no escuro. Naquele tempo não tinha iluminação e o interessante é que a gente não tinha medo, era mais seguro, hoje o mundo tá muito violento. (CARVALHO, 2017).

A pedagoga Maria Francisca de Carvalho lembra das novenas como momento de oração, mas enfatiza o seu caráter social. Ao dizer que eram as novenas o momento propício para os encontros.

Vale salientar que quando a entrevistada diz que sempre havia uma novena pra ir é porque os indivíduos costumavam participar não só da novena realizada por uma pessoa em uma determinada comunidade, mas também participavam das novenas realizadas na cidade e nos interiores, além do seu. E sempre havia um santo sendo festejado, fosse São João Batista, São Sebastião, ou Santa Luzia.

O reisado, por sua vez, também era um pratica de sociabilidade muito apreciada, realizada tanto no âmbito da casa, como em salões. Geralmente, costumava-se a classificar tal pratica apenas como manifestação cultural. No entanto, lhes atribuímos caráter social, porque tal pratica se constituía como uma festa, atraindo pessoas para admirar o desenvolvimento do reisado e socializar, se divertir, se desligar da rotina domestica e profissional.

Segundo Uriel Marcos de Carvalho (2006) o reisado chegou a Alagoinha do Piauí no ano de 1936, traído pela família Cipriano, com referencias do Araripe e do Ceara. A pratica se assemelha com a dança do bumba – meu – boi e teve suas raizes plantadas em Alagoinha do Piauí pelo senhor David Cipriano de Brito, juntamente com seus familiares.

A dança do reisado se popularizou, a partir da década 1960, quando um grupo de adolescentes, dentre eles Uriel Marcos de Carvalho, começou a dançá-la nas casas do então povoado Alagoinha. Assim, a dança se tornou uma tradição em virtude da sua constante realização na cidade pelos dançarinos João de Bila, Deolindo Cicero de Carvalho, Liberato Libaneo, Luiz José Filho, Cesario de Libaneo, Matias e Baldoino (Todos já falecidos).

O reisado se caracteriza como uma dança, marcada pelo improviso e o humor. Seus participantes são chamados de caretas, pelo fato de usarem mascaras sobre a face, e divertem os espectadores com suas brincadeiras, passos e cantigas bem humoradas. O toque divertido do reisado se dá pela utilização de instrumentos como a sanfona, o violão, pandeiros, maracas e rabecas. Todos tocados pelos próprios componentes e realçado pelo “coro das mulheres da dança” (CARVALHO, 2006, p. 369).

Ao longo da dança há a apresentação de personagens folclóricas, como o boi, a burrinha, a velha de chapéu de fogo, e o lobisomem. Cada personagem se apresenta individualmente e o faz cantando uma canção que lhe é própria e ao mesmo tempo improvisada de modo a citar as pessoas que ali estão assistindo a apresentação. Como exemplo pode-se citar a musiquinha do Boi, o primeiro e mais esperado dos personagens a se apresentar.



Imagem 24: Reizado, dança da burrinha.  
Fonte: carvalho 2006, p. 704

Segundo os relatos o boi adentrava na sala todo enfeitado e cheio de requebros enquanto os caretas cantavam musicas, às vezes improvisadas como:

Eleilué, boi bonito malabá (refrão).  
Dê uma volta no salão Eleilué,  
Pro meu amor apreciar, eleilué.  
O boi do meu amor foi Deus que me deu,  
O capim nasceu na baixa a vaca comeu.

Segundo nossas fontes o momento mais apreciado da apresentação se dá a partir da morte do boi, quando, depois de o personagem do velho matar o animal a paulada e discutir com os caretas, acontece a partilha do boi. Como acontece na tradição os caretas e o velho criam uma musica, onde rimam uma parte do Boi com o nome de algum espectador, como se verifica no exemplo que se segue.

De meu boi os pés – churuminé  
É pra seu Moisés – churuminé

E a tripa gaiteira – churuminé  
É pra muié solteira – churuminé

E a tripa cagada – churuminé  
É pra muié casada – churuminé

E as tripa fininha – churuminé  
É pras menininha – churuminé

E o coração – churuminé  
Este é pra Zé João – churuminé

E a roda de trás – churuminé  
Dê a seu Tomás – churuminé

A dança do boi surge como uma imitação da dança do boi bumba e chamava a atenção do público em virtude dos versos bem humorados que envolviam a plateia e pela caracterização dos personagens.



Imagem 25: Reisado, dança do boi.

Fonte: carvalho 2006, p 704

A música se seguia até que todas as partes do boi tivessem sido repartidas. E em seguida entrava o personagem da burrinha e depois o lobisomem. Segundo o senhor Francisco Ambrosio de Sá, este era o personagem mais temido. O mesmo adentrava na sala com vestes e máscara preta, orelhas longas, e boca vermelha amedrontando os presentes. A calma só era reestabelecida quando os caretas começavam a cantar a música o lobisomem.

Esta noite a meia noite  
Fui chupar caju maduro  
Tava o bicho lobisomem  
Me esperando no escuro

Ai, ai, ai eu agora quero ver  
Este bicho lobisomem é capaz de me comer (bis)

Este bicho lobisomem  
É um bicho traiçoeiro  
Quando não pega dentro de casa  
Ele espera no terreiro – ai, ai, ai.

Segundo os relatos, o personagem mais divertido era a chapéu de fogo. Uma mulher, trajada de preto, saia rodada, chapéu e lamparina na cabeça, que dançava e rodopiava no salão, divertindo os espectadores, de acordo com sua música:

Sacode a saia – é chapéu de fogo  
Ela é dançadeira – é chapéu de fogo  
Arriba a saia – é chapéu de fogo  
Dê uma rodada – é chapéu de fogo

Cabe lembrar que, quando era realizado nas casas, o dono da casa, chamado de amo pelos caretas, ficava trancado dentro de casa, só abrindo a porta depois do chamado dos personagens.

Consta nas fontes orais que a última apresentação de reisado em solo Alagoinhense se deu em 2001. A partir do referido ano, em algumas ocasiões (como o aniversário da cidade) se fazia a apresentação dos personagens apenas, em virtude do falecimento de boa parte dos dançarinos. Na atualidade todos já faleceram, o último fora o senhor João de Bila falecido em 2016.

O reisado surgia para os alagoinhenses como um espetáculo teatral, atraindo pessoas, de perto e de longe, para assistir a sua apresentação, possibilitando o divertimento e a interação social. O que também era viabilizado pelos rituais de morte, como nos afirma a entrevistada Alaide Claudina de Carvalho Rego:

Nos finais de semana sempre tinha alguma atração: novenas, leilões, reisados, forró, até mesmo as sentinelas eram motivos de diversão (Que horror!) Meus primos de Teresina adoravam passar férias lá, em Alagoinha fazíamos até dramas (peças dramáticas). (risos) (CARVALHO REGO, 2017).

Na fala da entrevistada percebe-se que a mesma é contundente ao citar as sentinelas como motivo de diversão, embora aponte o caráter mórbido de tal consideração. Contudo, segundo os demais entrevistados, os rituais fúnebres surgiam como uma prática que resignificava o espaço da casa em espaço de sociabilidade, visto que não constituía numa simples visita ao moribundo, falecido, mas sim no encontro de parentes, amigos, etc. que se dirigia a casa enlutada para prestar condolências, mas também para conversar, apreciar o café e o bolo, servidos ao longo do velório, como nos afiança a entrevistada Maria Francisca Carvalho.

Parece estranho, dizer isso, mas as sentinelas, os velórios, os terços e as visitas de sentimentos de sétimo, 15, 30 dias eram motivos de diversão. A gente conversa paquerava. No velório de meu avô, por exemplo, enquanto uns choravam, outros namoravam (risos) e havia o costume de servir comida, café da manhã (porque os velórios geralmente viravam a noite) e tinha até almoço, quando o velório era mais longo. (CARVALHO, 2017).

A dona de casa Maria Francisca, que viveu a década de 1980 e 1990, aponta não só as sentinelas, mas o próprio velório como momento de diversão, assinalando que nesses momentos além das orações, lágrimas, havia conversa, degustação e namoro.

A morte, no Piauí como um todo, é um acontecimento que faz parte do cotidiano e é tratada com muito cuidado. Como relata as historiadoras Elane e Elene da Costa Oliveira

(2011), em seu texto sobre a arte de bem morrer. No Piauí oitocentista as pessoas se preparavam para a morte, desejavam ter uma boa morte para que a passagem da vida terrena pra a celeste aconteça de forma positiva. Este ideário sobre a morte, corrente no século XIX, perpassou o século XX em Alagoinha do Piauí, onde se verificou algumas permanências, como a vigília feita por familiares ao moribundo em sua doença, chamado popularmente de sentinela, o velório e as missas feitas na intenção da alma dos mortos, chamadas popularmente de visitas.

Para tanto os rituais fúnebres antecedem e sucedem o velório. As sentinelas, realizadas pela família do doente, com a participação da comunidade, consiste na vigília ao moribundo enquanto o mesmo disfruta dos seus últimos momentos de vida. Essa pratica pode durar dias e noites a fio e, em Alagoinha do Piauí, acontecia em consonância com a sociabilidade, visto que os presentes, rezavam, conversavam, degustavam comer e beber e até se enamoravam.

O velório, momento de lamento da família, onde se reza as excelências e se presta a ultima homenagem ao morto, também possui ao seu caráter social, visto que enquanto os familiares choravam seu morto, os visitantes interagiam entre si, como rememora Fidelity Rocha:

Era uma diversão dissimulada. Para a família o velório e a sentinela eram muito triste, muito choro e também para aquelas pessoas mais idosas. Já a juventude se divertia porque se reuniam com os amigos, namorados. Isto é, era uma oportunidade de encontro e então aproveitavam para se divertir: conversando, bebendo alguma dose de bebida forte, tomar um café, um chá, fumar um cigarro manso. Os vizinhos e amigos conversavam muito sobre a lida e tudo isso se tornava como um a diversão. Todas as pessoas gostavam de passar a noite nestes velórios e sentinelas. Você entendeu a diversão acontecia como até hoje acontece, mas disfarçado. (ROCHA, 2017).

Fidelity Rocha cita as conversações, consumo de bebida alcoólica e cigarros como praticas comuns nos velórios que entravam pela noite a dentro. A entrevistada cita tais momentos de sociabilidade como sendo praticados de forma disfarçada por aqueles que visitavam o velório. Além disso comes e bebes, como bolos, café, chá, eram distribuídos. Em famílias mais abastadas também se servia café da manhã e até almoço, como afirma Edileusa Carvalho.

Os terços e as visitas em “nome da alma do finado” eram outros momentos importantes de oração e socialização. Os terços eram realizados sobre seis noites, a contar da noite em que o individuo morreu ou transcorria o velório ate a visita de sétimo dia.

Os terços, segundo a tradição, sempre se iniciava às seis horas da noite e o momento de oração era seguido do tradicional café, chá e da conversação que se dava até tarde da noite, quando o último visitante se ia embora.

As visitas, por sua vez, eram uma festa a parte. A família se enlutava na visita de sétimo dia e propiciava um banquete para a comunidade. Segundo nossas fontes, a diversão começava com o preparo do almoço que se pretendia ofertar para os parentes que vinham de longe e para as demais pessoas que participavam da visita com a família.

A família preparava o almoço com a ajuda de pessoas da comunidade. Os homens matavam os animais, erguiam uma tenda para abrigar os indivíduos que vinham para o ritual e as mulheres preparavam a comida.

Pela tradição, as visitas aos mortos devem ser feitas às seis ou às 11 da manhã, e ao entardecer, em casa do falecido, na igreja ou no cemitério. Fazia-se em casa, e às onze horas da manhã, a visita de sétimo dia, onde se ofertava o almoço. Nas visitas seguintes (visita de 15, 30 dias, três, seis e 12 meses) se realizavam geralmente no cemitério ou na igreja. Quando eram feitas em casa, após o ritual, servia-se apenas um lanche. O almoço era servido apenas na visita de sétimo dia e com mais frequência nas famílias abastadas.

Os rituais fúnebres assim, por serem vários, davam margens para muitos momentos de socialização, pois as pessoas sempre aproveitavam destes rituais para se divertir, conversar, flertar. O riso e o choro dialogavam com a morte.

Com isso se verifica que tanto as novenas quanto os rituais fúnebres tinham origem como marca de expressão da religiosidade de um povo, caracterizados pelas orações feitas aos santos e aos mortos, mas acabam, assim como reisado, resignificando o espaço da casa, atraindo pessoas (interessados ou no aspecto profano: conversa, namoro, café e bolo) e possibilitando a interação social. De tal modo, pode-se considerar tanto as novenas, quanto o reisado e os rituais fúnebres como práticas de sociabilidades que transformam a casa em um espaço de socialização, como também se pode considerar, os três rituais, como sendo os próprios espaços simbólicos de sociabilidade.

### **3. 8. A Praça São Francisco**

A praça de uma cidade é o espaço que dá vida a ela. Karla Ingrid de Oliveira (2011), corroborando com Raquel Rolnik (2004) ao falar da Praça Felix Pacheco, da cidade de Picos, a descreve como um ímã, cujo magnetismo atrai pessoas para o espaço da urbe. Tal assertiva se justifica pelo fato da praça possuir uma das dimensões que Pesavento (2007) atribui a

cidade, a sociabilidade. É na praça que as pessoas se aglomeram, interagem, experienciam os prazeres da vida social se desligando do trabalho, da rotina, do caos do dia-a-dia.

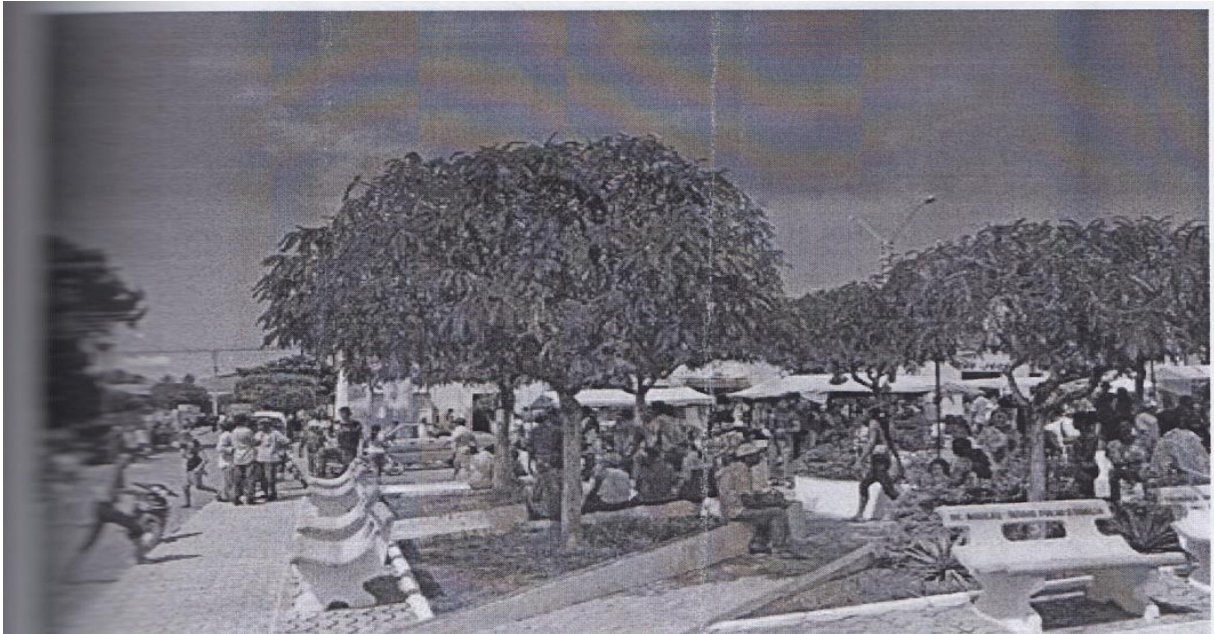


Imagem 26: vista parcial da Praça São Francisco  
Fonte: carvalho 2006, p. 204

A praça é um dos espaços citadinos mais praticados e portanto mais marcado pelos passos, pelos itinerários feitos e refeitos pelos sujeitos ordinários que transitam, apropriam-se e vivem mil histórias em suas pedras (CERTEAU, 2008).

Recorrendo as discussões de Pierre Nora (1993), sobre lugar de memória, aquele espaço, que faz parte da vida dos cidadãos, passa por transformações ao longo do tempo, mas continua presente na vida do cidadão, seja em sua forma material ou imaginária. Desse modo poderia-se dizer que a praça é um lugar de memória.

A Praça São Francisco surge como um ímã que atrai e aglomera os habitantes de Alagoinha do Piauí, no espaço urbano. Desde a sua construção datada no ano de 1994, durante o segundo mandato do prefeito Braz José Neto, a referida praça é vista pelos Alagoinhenses como seu principal espaço de sociabilidade.

Pela data da construção da Praça São Francisco, que se deu quase dez anos após a emancipação político-administrativa de Alagoinha do Piauí, verifica-se que curiosamente a Praça São Francisco foi construída tardiamente.

Segundo os relatos que se tem a idealização da Praça São Francisco foi iniciada em 1981, quando se construiu o alicerce do que viria a ser praça. A culminância do projeto só se concretiza em 1994, por iniciativa da administração pública e da igreja católica de Alagoinha do Piauí. Sendo que o formato da arquitetura da praça surgiu como um “arremedo”, uma imitação das praças das cidades vizinhas.



Caracterizando-se como uma praça de pequeno porte, ornada por canteiros floridos e arborizados, onde se destacam os bancos doados pelos cidadãos mais abastados da cidade, como relembra Francisca Adriana Rocha:

A praça foi um espaço muito importante pra nossa cidade e todo mundo se empenhou para a sua construção. Eu lembro que os bancos foram doados pelas famílias. E por isso que em cada banco tem o nome da família que doou. Por exemplo, no banco que foi doado pelo meu avô, tem o nome dele Chico Belino e família, no que foi doado por Adão das Chagas tem também o nome dele, da esposa e o interessante é que cada banco era cuidado pela família doadora. A gente agoava os canteiros, cuidava mesmo para as flores não murchar e só sentava no banco da família da gente. Por exemplo, no banco doado pela família Rocha, só sentava a família Rocha, a gente ia cedo pra sentar lá. (ROCHA, 2017).

Na fala de Francisca Adriana Rocha é destacado o fato de todos os bancos da praça terem sido demarcados com a assinatura do nome de seu respectivo doador. O que pode significar como uma homenagem simbólica, mas que dá margem a um certo mandonismo das famílias doadoras sobre os bancos. Verifica-se que a entrevistada aponta o banco como sendo propriedade privada da família doadora, cabendo a essa família o dever de cuidar para que o mesmo não seja deteriorizado e seus canteiros permaneçam floridos, bem como o direito exclusivo de se sentar naquele banco. Um fato que demarca os espaços da praça, determinando o lugar do rico e dos menos afortunados. Em nossa experiência empírica nesta cidade, por exemplo, sentávamo-nos nas paredes dos canteiros em ocasiões que as famílias doadoras se encontravam de posse dos bancos.



Imagem 27: banco da Praça São Francisco doado por Marcos João de Carvalho e Maria Santa Carvalho  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Um detalhe interessante presente na arquitetura da praça que acabou por aumentar o seu magnetismo sobre os habitantes de Alagoinha do Piauí, no recorte temporal de nossa pesquisa, era a televisão posta em uma das extremidades da praça. Havia a intenção de propiciar aos indivíduos menos afortunados o acesso a tal aparelho, bem como de atrair pessoas, para o espaço da Praça São Francisco, como afirma Fidelia Rocha:

Quando chegou televisão aqui, nem toda família tinha condição de comprar uma televisão. Alagoinha sempre foi um lugar de pessoas humildes e poucas pessoas tiveram como adquirir a televisão. E ao construir a praça, como se diz, as pessoas gostavam de ficar sentadas na praça, conversando e aí pensando a fixação da televisão lá com o objetivo de oferecer a condição, a quem não pudesse ter uma televisão em casa, de ter oportunidade de assistir os programas, sem incomodar nas casas. Porque naquele tempo era uma novidade e quem tivesse a casa enchia. Todo mundo queria ver a televisão. E isso atraiu muita gente pra lá. Sempre que a gente passava tinha gente lá, sentados nos bancos e assistindo, jornal, jogos, novela. (ROCHA, 2017).

Pela fala de Fidelia Rocha subtende-se que a televisão surgiu como um ímã que atraiu pessoas para a praça e ressignificou seu espaço, dando a ele o caráter de um cinema. Onde as pessoas se aglomeravam com a intenção de assistir, por não ter o aparelho em casa, apreciando com outros indivíduos uma nova prática de sociabilidade disponível no espaço da praça.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007) cita a televisão como o elemento que causa o esvaziamento das calçadas e o fechamento das famílias dentro de casa, o que confere ao aparelho um poder atrativo muito forte. No caso de Alagoinha do Piauí, a televisão ajudou a preencher a praça com a presença humana e a viabilizar a interação entre os cidadãos que se reunia nas noites de Alagoinha para se divertir assistindo os jogos de futebol, as novelas e vislumbrar o que acontecia para além daquela cidade provinciana através daquela janela tecnológica que é a televisão.

Além de apontar a praça como o “cinema dos pobres” a entrevistada também cita a praça como sendo um ponto de encontro. Era naquele espaço onde se encontrava os amigos, onde adultos e idosos conversavam e onde os jovens passaram a experienciar as práticas juvenis que vão desde os passeios com os amigos, até os namoros nos bancos da Praça São Francisco. Como se rememora o senhor Ambrozio Francisco da Silva

Quando a praça foi construída, ela virou o point dos jovens. Nos sábados, nos festejos, no aniversário da cidade, iam sempre pra praça. Se tinha missa ia pra missa, mais depois tinha que bater ponto na praça. Nos domingos, ia pra feira pra passar o dia andando com a cara pra cima na praça (risos). Conversando com os amigos. No aniversário da cidade, a gente ia ver os shows na rua e passear pela praça. Geralmente os velhos iam pra conversar, os novos pra namorar (risos). E era assim os casais sentavam nos bancos e os

jovens, moça e rapaz, ficava andando, desfilando pra ver se encontrava um par. (SILVA, 2017).

Na fala do senhor Ambrozio Francisco da Silva a Praça São Francisco é destacada como espaço de vivencia juvenil, marcadas pelos itinerários repetidos dos passeios de moças e rapazes, pela pratica do flerte, dos namoros, das conversas entre amigos, surgindo como principal ponto de encontro e de referencia para a pratica de sociabilidade, como aponta Francisca Adriana Rocha:

A praça é principalmente um ponto de encontro, lugar de bingo, da feira, ponto de referencia para as festas municipais, porque, geralmente se diz que a festa é na rua, o palco é montado na avenida [09 de abril] porque a praça é pequena, então ela é o ponto de referencia e de encontro. De referencia porque as pessoas marcam um evento na rua e citam a praça como referencia e de encontro porque quando acontece esses eventos as pessoas se encontram na praça. No aniversario da cidade, por exemplo, a praça é o camarote, as pessoas assistem o show da praça, passeiam, conversam na praça. E a praça também é lugar de passagem nas procissões e lugar de culto. (ROCHA, 2017).

Adriana Rocha enfatiza a praça como ponto de encontro, negando que a mesma funciona como lugar de festa pelo fato de o palco ser armado na rua, onde as pessoas também se aglomeram, vindo a utilizar a praça apenas para sentar nos bancos, caminhar, beber nas mesas lá colocadas pelos donos dos bares que ficam próximos a ela, uma ideia que é corroborada pelos demais entrevistados como Jocileia Fialho, visto que afirmam que as pessoas se aglomeravam na praça mas a festa em si era montada na rua. Contudo, o fato de o palco ser montado na rua, não tira da praça a condição de espaço para festa, visto que o palco não exclui a praça restringindo a festa ao espaço da rua. Ao contrario o palco transforma a rua, a praça, as calçadas em fragmentos de um clube a céu aberto, sem paredes privativas.

Francisca Adriana Rocha, ainda lembra a praça como sendo lugar de bingo, de feira, de culto e de paradas nas procissões realizadas pela igreja católica de Alagoinha do Piauí. A comunidade religiosa tendia a passar na praça e fazer momentos de oração em virtude da existência de uma imagem de São Francisco (o santo que nomeia a praça). Tal imagem fora fixada naquele espaço pelo prefeito da época em que a praça foi construída (em 1994) pelo senhor Braz José Neto, por conta da devoção que sua família depositava em tal santo. O mesmo motivo que o levou a nomear a Praça de Praça São Francisco, embora existisse por parte da população a intenção de, em vez homenagear o santo, homenagear os irmãos Cicero, Valter e Rivaldo, descendentes da família Alves, uma família abastarda da cidade e falecidos em acidentes trágicos. O que mostra que o sagrado se sobrepõe ao profano.

É importante destacar que a praça acaba se constituindo como espaço de praticas sagradas (culto, procissões) e profanas como bingos e a própria feira, o comercio, considerada pratica profana para as religiões de orientação cristã. E, por conseguinte acabou sendo um espaço densamente praticado por todos os seguimentos sociais e faixas-etárias, principalmente pela juventude, como afiança Jocileia Fialho:

A tão sonhada praça foi um espaço muito apreciado pelos jovens da minha geração. Eu, por exemplo, fui uma das jovens que mais usufruiu da praça. Eu tinha horário para ir e para voltar da praça, mas eu tinha que ir. O horário que eu ia era as 19:00hrs e as 20:30min eu já tinha que esta me preparando para voltar ou meu pai ia me pegar na praça. Eu lembro se eu não fosse uma noite pra lá eu adoecia de tristeza por não ter ido naquela noite na praça (risos) é engraçado a mentalidade dos adolescentes. Eu e minhas amigas adorávamos a praça, a gente ia pra conversar passear, tomar um sorvete no domingo. Era maravilhoso. (FIALHO, 2017).

O depoimento de Jocileia Fialho expressa um certo saudosismo e o caráter significativo da praça São Francisco para as sociabilidades de Alagoinha do Piauí, principalmente para a juventude da década de 1990 que, como a própria entrevistada aponta, praticou muito o espaço da praça em seus momentos de lazer.

### **3. 9. A igreja de São João Batista**

A igreja matriz de Alagoinha do Piauí é dedicada a São João Batista, em virtude da tradição religiosa da cidade ter origem em Areia Branca, com os festejos do referido santo. Esse templo católico tem lugar cativo na memoria dos cidadãos, o que lhe confere o caráter de lugar de memória. Pierre Nora aponta como lugar de memoria aqueles espaços que mesmo sendo reformados, transformados ou mesmo fechados, como, por exemplo, o Bar Nós e Elis, investigado por Raimundo Nonato Lima dos Santos (2016), continuam vivos e cheios de significações para aqueles que o praticavam, como ocorre com a Igreja de São Joao Batista.



Imagem 28: igreja de São João Batista em 1981  
 Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

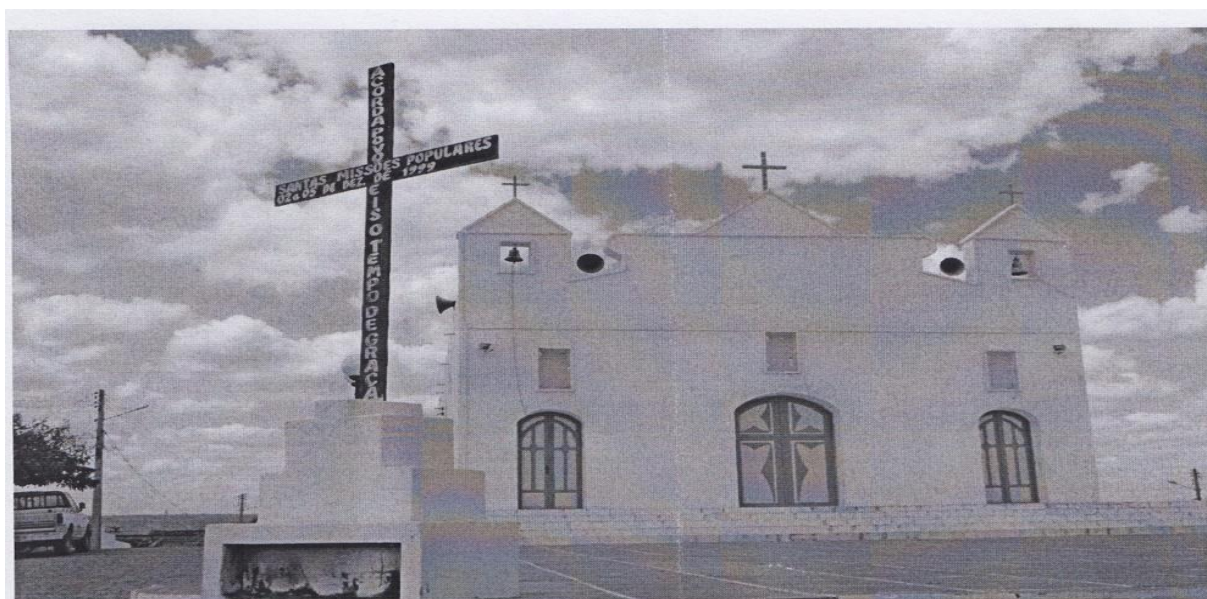


Imagem 29; igreja de São João Batista em 2017.  
 Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Tal espaço é citado como espaço de urbanização, modernidade e religiosidade, além de ser apontado como cartão postal da cidade. Contudo, além de se constituir como um espaço sagrado (uma vez que, como relata, Mircea Eliade (1992) surge como um plano intermediário entre a terra e o céu; um portal de comunicação entre os homens e Deus uma condição que se

faz necessária ao homem religioso) a igreja matriz de Alagoinha do Piauí também se constituiu, durante muito tempo como espaço de sociabilidade.

E nesse sentido a igreja de São João Batista se elevava como um dos principais espaços praticados por todos os segmentos sociais em suas sociabilidades, visto que até fins de 1970, pouquíssimos eram os espaços de vida social e raros eram os períodos dedicados a sociabilidade. E mesmo quando, em meados de 1980 a 1990, outros espaços começam a surgir, como a Praça São Francisco, a igreja continua sendo frequentada, embora o sentido da prática sofra modificações ideológicas.

A princípio é necessário frisar, que, a igreja surgia para os Alagoinhenses como o espaço que propicia encontros (entre parentes, amigos, conhecidos) visto que todos os caminhos levavam a igreja. De tal modo, antes de se constituir como espaço de oração, a igreja surgia como ponto de encontro, para onde se ia com a intenção de se ver pessoas e conversar com elas. A conversa, mesmo durante novenas e missas, eram constantes. O barulho de vozes sobrepostas ecoava longe, com um misto de riso e choro de criança.

Além de surgir como ponto de encontro e conversação, a igreja também surge como o espaço para onde se vai para sair de casa, se desligar do cotidiano, distrair-se, bem como um local por onde se devia passar para se chegar nos bares ou na praça, como destaca Nicolau dos Anjos Farias:

Olha, naquele tempo, nos começo, se a gente quisesse sair de casa e ver gente só tinha dois lugares pra ir principalmente: a igreja e o bar. Ai, quando tinha festejo, ou feira mesmo, as pessoas iam pra igreja pra depois ir para o bar. Em tempo de festejo mesmo, que era quando vinha muita gente pra cá, o povo ia pra missa, que começava uma sete horas da noite e só depois vinha para o bar e ficavam pelos bares ate tarde da noite. Era sempre assim, primeiro a hóstia depois o vinho (risos) (Farias, 2017).

O senhor Nicolau aponta a igreja como espaço para onde se vai para “ver gente” e nesse sentido a Igreja matriz de São João Batista surge como um espaço social para onde se vai para olhar pessoas e ser visto pelas pessoas. Isso explica o fato de, em tempos de novena, os fiéis de Alagoinha do Piauí se preocuparem tanto com suas vestimentas. O entrevistado Francisco Ambrozio de Sá cita que a primeira coisa que faziam nesse período era comprar roupas e calçados novos para que pudessem ir a missa bem trajados. Devido a maior parte de a população ser pobre ele também aponta que trabalhavam muito tempo para conseguir o dinheiro necessário para comprar a roupa “das festas”.



Imagem 30: interior da igreja São João Batista em 1981  
 Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

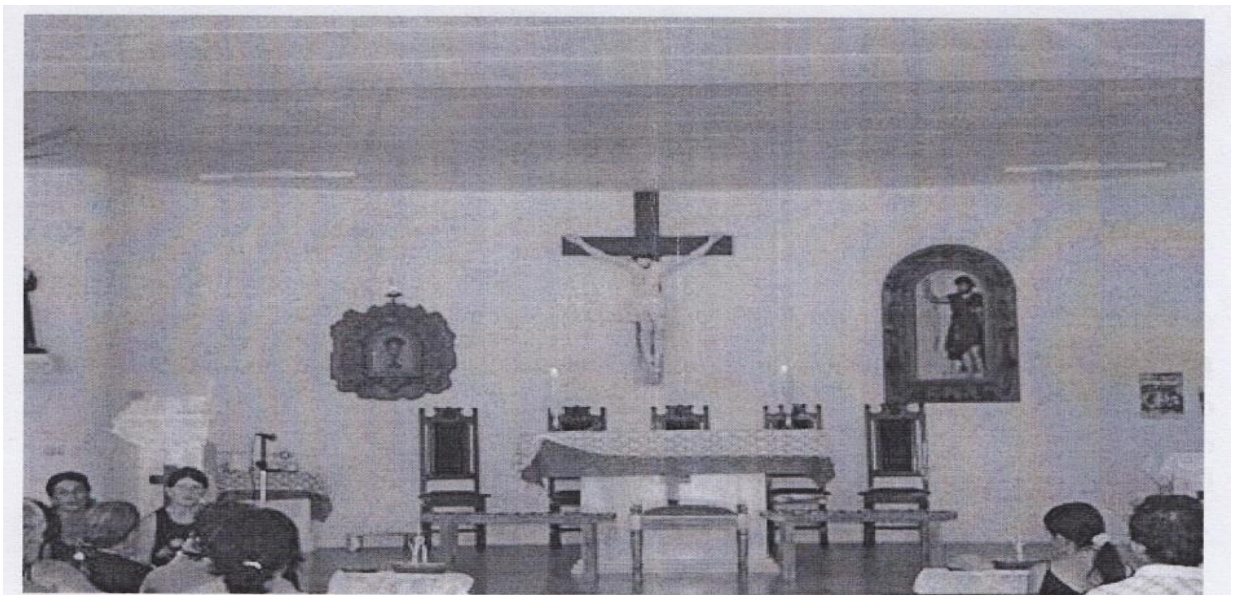


Imagem 31: interior da igreja de São João Batista em 2014  
 Fonte: carvalho 2006, p. 322

Por festas subtendem-se os festejos religiosos que coloca a Igreja de São João Batista como a principal promotora de eventos sociais, desde as missas ate as festas que davam fora da igreja, mas em função da mesma como cita Alaide Claudina de Carvalho Rego:

Nas festas religiosas, São João por exemplo, eram três dias de muita festa. Não existia quadrilha, só em Pio IX, a maior atração era o leilão, muita gente! Depois era só forró! (...) os casamentos eram muitos, batia o recorde da região, às vezes eram mais de 30 e como geralmente era no ultimo dia de festa, dali todos já emendavam nas festas dos casamentos e seguíamos nos divertindo até o amanhecer. (CARVALHO REGO, 2017).

Percebe-se que a entrevistada cita o festejo religioso, dá como exemplo o maior festejo de Alagoinha do Piauí. O de São João Batista, mas não foca nos rituais católicos, nem menciona as missas, cita apenas a praticas de sociabilidades promovidas pela igreja como o leilão e os casamentos, bem como os forros, festas de casamento que aconteciam fora da igreja, mas em função dos casamentos realizados pela igreja.

O fato de os casamentos serem muitos se explica porque os habitantes de Alagoinha do Piauí só tinham possibilidade de casar nos festejos, quando o padre, da paróquia de Pio IX, de nome João Moraes, vinha para o povoado realizar as cerimonia e as missas em honra aos santos, além dos demais sacramentos como primeira eucaristia e crisma.

Com a fala de Carvalho Rego, verifica-se que o aspecto profano anulam os aspectos sagrados, isto é, o festejo religioso é lembrado apenas como “três dias de muita festa” e não como três dias de muita missa. E festa no sentido de diversão, interação social, promovida pela igreja de São João Batista e vividos naquele espaço.

Contudo, as novenas de São João também eram apreciadas, tanto pelo caráter religioso quanto pelo caráter social. Sobre tais novenas Fidelity Rocha faz o seguinte discurso:

As novenas da igreja de São João Batista eram três vezes no ano, junho de São João Batista, outubro de São Francisco e dezembro de Nossa Senhora do Amparo. Eram 9 noites. Só uma pessoa dirigia a novena e o povo respondia e cantava. Era só as orações da novena, não tinha leitura bíblica, nem som nem microfone. Na ultima noite tinha o leilão. Juntava muita gente no patamar da igreja. (ROCHA, 2017).

Na fala de Fidelity Rocha verificam-se em quais condições as novenas eram realizadas. A igreja não contava com nenhum tipo de equipamento e três pormenores merecem destaque. Em primeiro lugar a entrevistada cita que só realizava novenas três vezes no ano pois só era nessas ocasiões que o padre da paróquia de Pio IX vinha a Alagoinha; Segundo, a ausência da Bíblia, além da mera reprodução dos ritos da novena, assina-la a fala de doutrina; e a ênfase dada ao leilão. Aponta que esse evento marcou a memoria dos cidadãos e a indicação do patamar da igreja como sendo o local de sua realização e da aglomeração das pessoas, por ocasião do leilão. Demarca a existência do adro da igreja como um espaço de sociabilidade próprio da igreja e ao mesmo independente dela, visto que pertencia a igreja, vindo a ser utilizada por ela para a realização de praticas como o leilão, mas também era utilizado pela população em atividades que não dependiam da igreja para acontecer, como o São Gonçalo.

Segundo os relatos dos entrevistados o leilão era a atração principal dos novenários de São João Batista. E consistia na comercialização de animais, doces, bolos doados pela própria população. Como nos relata Adriana Rocha:



O momento que eu mais gostava era o leilão. Uma multidão de pessoas se reunia no adro da igreja para arrematar as joias. E o interessante é que as joias eram doadas pela própria população e era fruto do que a população produzia. Quem criava ovelha doava uma ovelha, quem criava porco doava um porco, e assim era com as galinhas, ovos, bolos. Se doava o que se produzia, como o feijão também. E também um pé de bombom que era um galho de árvore enfeitado com papel crepom, onde se pendurava pirulito, bombom, cigarro, porque fumar naquele tempo era chique, biscoito, o biscoito não era embalado e no fim do leilão todo mundo já tinha pegado nesses biscoitos, mas a gente comia do mesmo jeito. (ROCHA, 2017).

Na fala de Adriana Rocha o leilão é lembrado a partir das joias leiloadas e da multidão que se aglomerava no patamar ou adro da igreja para participar do evento. É importante citar, a título de curiosidade, que além das joias vivas (animais), dos doces e do “pé-de-bombom”, também se leiloava uma caixinha chamada de segredo, com o intuito de fazer uma “pegadinha” com os arrematantes, pois dentro da caixa ora se punha um bombom, uma barata ou nada. Contudo, obtinha os lances mais altos visto que os participantes se vinham seduzidos pelo mistério e pela possibilidade de haver um objeto de valor dentro da caixa.

Os leilões também eram uma prática comum, no meio rural e na sede de Alagoinha, fora do período dos festejos religiosos e tinham caráter beneficente. Famílias ou pessoas com problemas de saúde ou financeiro costumavam pedir joias em Alagoinha, nos municípios vizinhos e fazer o leilão para obter recursos para tratamentos ou liquidação de dívidas. A população participava sempre, tendo em vista a diversão que a prática do leilão propiciava.

O São Gonçalo, por sua vez, consiste em uma dança de cunho religioso que surge como oferenda, pagamento de promessa, para São Gonçalo.

A dança acontece quando um indivíduo faz uma promessa, com vista em obter alguma benção, algum milagre, e a graça é alcançada. Como forma de agradecer a intervenção do santo e cumprir o prometido o promesseteiro convida 4 dançarinos (2 caqueiros e 2 contra guias) e 8 mulheres, popularmente chamadas de dançadeiras, bem como amigos e conhecidos que se prestam a contemplar a dança.

É importante destacar que o espetáculo, visto que o São Gonçalo é uma dança de passos marcados, possuía caráter público e se realizava no local onde o devoto determinasse, por isso também era realizado no adro da igreja, além de em espaços abertos como o terreiro das casas e salões.

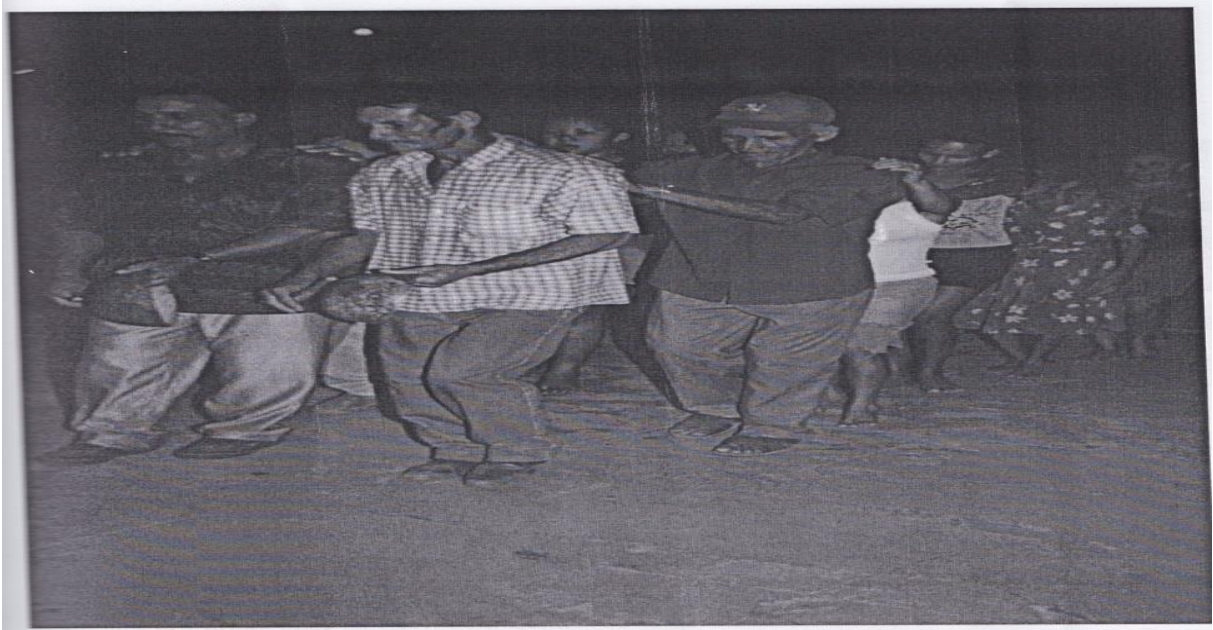


Imagem 32: Dança de São Gonçalo  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa.

A dança acontecia nos terreiros quando era realizada no meio rural. Quando era no povoado acontecia geralmente no adro da igreja Matriz de São João Batista.

Tal dança surge como a dança tradicional de Alagoinha do Piauí, mas não é exclusiva dessa cidade. Há a prática do São Gonçalo tanto no litoral quanto em diversos interiores do Brasil, como pimenteiras, interior do Piauí, e se verifica alterações na dança de São Gonçalo. No São Gonçalo feito no litoral, a dança se faz com casais, por exemplo, enquanto nos interiores como Alagoinha do Piauí não se forma pares, os homens seguem na frente e as mulheres atrás, como relata Antônio João Cavalcante, um dos batedores mais antigos da cidade de Alagoinha do Piauí.

O São Gonçalo daqui se faz com quatro homens e oito mulheres, tem o toque da sanfona, do triângulo, do pandeiro e dos cacos de cuia. Nós fazia ou no terreiro ou no patamar da igreja que era certo. Tem os passos marcado e num pode queimar não, se não tem que começar a dança de novo. Nos faz três S, sete despedida, três trancelim e os sete entrançados de novo, no pé do santo.

É uma dança bonita, só tá acabando aqui. A dança vem dos mais vei e dos mais vei só tem eu os meninos de cumpade Liço (Ulisses) quando nós morrer acabou a cultura de São Gonçalo aqui. Os mais novo não querem aprender. (CAVALCANTE, 2017).

Alguns pormenores merecem destaque na fala do senhor Antônio Cavalcante. Primeiro: quando se começa a dança não se pode “queimar”, ou seja, errar porque invalida o pagamento da promessa. Deve-se fazer a dança “nos pés do santo”, ou seja, diante de um altar improvisado onde se punha a imagem de São Gonçalo e velas; se fazia “nos terreiros ou no patamar que era o certo”, ou seja, apropriado, mas de acordo com a promessa.

Tantos os leilões quanto o São Gonçalo atraíam plateia e permitiam a interação social, conversação, flertes, namoro, também eram práticas que favoreciam o encontro das pessoas.

O patamar da igreja matriz por si só era um espaço de encontro, até meados de 1990, visto que era vivido como se fosse a praça da cidade, tendo em vista a inexistência da mesma nesta data. Era no patamar que os amigos e amigas se encontravam; eram em seus degraus, que se sentavam conversando, flertando, namorando, por vezes bebendo, observando o pôr-do-sol, tal qual se faz numa praça comum.

Sobre o flerte e o namoro é interessante destacar que o último, quando proibido, se dava atrás da igreja, e o primeiro, o flerte, também era praticado dentro da igreja durante as novenas, visto que enquanto homens e mulheres adultos e idosos rezavam, os jovens, como sujeitos ordinários, subvertedores da ordem, se observavam, trocavam olhares, a procura de um par. Por isso também é que se justifica a preocupação da juventude em “vestir-se bem”. Moças e rapazes queriam chamar a atenção um dos outros, pois poderiam encontrar sua cara metade na missa e sair dali casados. Como relata Fidelia Rocha:

Naquele tempo, tinha em Alagoinha um casamento no queima. Os rapazes iam pra missa, às vezes com uma moça já em mente e às vezes não. Lá ficava observando as moças, quando se agradava de uma, chegava nela de mansinho e perguntava “cê quer casar comigo” se a moça aceitasse no fim da missa o padre fazia o casamento. Eu tenho uma amiga que se casou assim, o rapaz veio perguntou, ela aceitou e enquanto a missa ia passando ela correu pra sua casa pra caçar um tecido e costurar um vestido de casamento. No dia ela só achou tecido marrom, não tinha branco. Então ela costurou lá o vestido e no fim da missa casou. (ROCHA, 2017).

O casamento no queima era assim chamado porque era rápido e muitas pessoas casavam ao mesmo tempo. Acontecia, geralmente, no fim da missa, na noite do dia 23 e era uma prática subversiva da ordem vigente praticada pela juventude, como nos relata o casal Maria Francisca de Sousa e Elísio Joaquim de Sousa, casados em 1974, pelo padre João Morais Sobrinho, em uma “roda de queima”,

Olha, quando a ente conta, ninguém acredita Mas nós nos casamos assim. Foi em 1974, a primeira vez que eu vim de Monsenhor Hipólito para os festejos de São João Batista em Alagoinha. Eu nem conhecia ele e nem ele me conhecia Uma amiga minha disse que tinha um namorado e queria me mostrar, mas não era pra eu namorar com ele não Ela me mostrou ele. Ele tava num bar. Aí fomos pra missa. Quando tava quase no fim ele disse que tinha me achado muito bonita e perguntou se eu queria casar com ele. Eu fui e aceitei. Nos casamos. Quando o casamento já tava feito, foi que caiu a ficha e eu fiquei pensando “meu Deus do céu o que foi que eu fiz, me casando com um homem que eu nem conheço”. Dali eu fui pra casa da

família dele Eu não conhecia ninguém Eu não conhecia nem ele Nem ele conhecia nenhum parente meu Quando meu pai soube, ele ficou foi doido e sem acreditar “nam eu não acredito, Maria tem tanto juízo” ele dizia. Uma parente minha diz que ele dizia. Eu nem voltei pra casa de pai naquele dia, só vi ele com uns oito dias depois do casamento. Minha prima que levou a notícia. (SOUSA, 2017).

A fala de Maria Francisca de Sousa trás alguns pormenores que merecem destaque Primeiro o fato do casal não se conhecer, nem tão pouco conhecerem suas respectivas famílias, um fato corrente quando o casamento era feito no “queima”, o que indica que nesse tipo de enlace matrimonial, a pratica do namoro era suprimida. O namoro existia sob o regime da vigília feito pela família da mulher, mas no queima a pratica não acontecia. Segundo, o fato de os pais da depoente e de seu cônjuge ficarem sabendo do casamento somente depois da cerimonia realizada Esse fato denota uma subversão, uma quebra na ordem vigente, o conservadorismo com resquícios patriarcais onde o pai da noiva tinha que consentir com o casamento. Mas quando o casamento é no queima não há o pedido da mão da noiva, não há o consentimento do pai, é um ato acordado e realizado apenas entre eles, que não agradava as famílias tradicionais, mas era considerada legitima pela igreja. O senhor Elisio Joaquim de Sousa assim rememora o acontecimento:

Foi só assim Eu tava num bar bebendo, nos se vimo, fomos pra missa Trocamos umas palavrinhas, no fim da missa ela já tava se preparando pra ir embora pra Monsenhor, ai eu falei Cê quer casar com eu? E ela respondeu cê ta falando é serio e eu disse não, eu tava brincando, mas se você quiser nos casa agora. Ela se agradou deu, eu tava com uma camisona do parana ai nós fomos, casemos, fomos pra minha casa Com oito dia o vei pai dela, mandou o avô dela vim aqui me chamar pra ir la Ele chegou, eu não sabia quem era, ela disse que era o avo Ele chamou nos pra ir na casa do pai dela ai nos fomos Eu lembro que nos fomos num carro e tinha uma radiola dessas que toca vinil, eu lembro até da música que ia tocando, era aquela, “você é doida demais” (risos). Chegamos lá e fizeram uma festa pra nos. No dia que nos casamos, teve outros oito que casou também, tudo no queima. (SOUSA, 2017).

O senhor Elisio Joaquim de Sousa, enfatiza a rapidez em que os dois decidiram se casar e realizaram o ato, uma característica do casamento no queima, e a atitude do pai de sua esposa, assinalando que após oito dias foi chamado para conversar e foi recebido com festa. O pai de Maria Francisca de Sousa, não gostou da noticia de um casamento sem o seu aval e com um estranho, segundo ela, mas recebeu os dois com festa porque depois de feito e consumado o casamento o mesmo não pode ser desfeito, segundo as normas da igreja e a família não podia separar o casal, pois isso acabaria rendendo a mulher o estigma de perdida.

ou a alcunha de separada. Era por esse motivo que casais envolvidos em romances proibidos por suas famílias, acabavam se casando as escondidas de seus pais no queima pois em tal casamento não se fazia proclames e após concretizado, ninguém poderia desfazer. Nesse sentido, o casamento no queima era uma forma legítima de subverter a ordem e fugir do domínio patriarcal, principalmente para as mulheres.

Cabe ressaltar que o que viabilizava ainda mais o casamento no queima, com o assentimento rápido da mulher, era fato de o casamento ser visto como necessário para que a mulher não fosse estigmatizada pela sociedade, recebendo a alcunha de “moça velha”, dado a mulheres solteiras, de mais de 20 anos de idade.

A igreja de São Joao Batista assim surgia como um espaço de sociabilidade tanto pelo que acontecia em seu interior, quanto pelo que acontecia no exterior, no adro, a “primeira pracinha dos Alagoanhenses”.

### **3. 10. Os Bares**

O bar é um espaço multifacetado, sagrado para um, profano para outros. Para Vinicius de Moraes (1946), por exemplo, o bar é o espaço “dos homens vazios”, isto é, dos homens vadios, amantes do álcool, movidos pela embriagues. No entanto, para Torquato Neto (1973), o bar é um espaço repleto “de homens cheios”, seja de sentimentos ou ressentimentos pelo mundo ou as mazelas da vida – que fazem do álcool aquilo que Deleuze (2013) chama de “linha de fuga”, algo que permite fugir sem se ausentar, permite viajar sem que se precise sair do lugar, permite se desterritorializar.

Voltando os olhos para Alagoinha do Piauí, até meados da década de 1990, verifica-se a efervescência dos bares, espaços vistos e vividos como qualquer outro espaço de sociabilidade, para onde se ia em busca de interação social e diversão. Como rememora Fidelia Rocha:

A vida possui um caráter muito duro, trabalho, preocupações e um momento de lazer assim, um momento pra gente relaxar é necessário. A gente ia para os bares como quem vai hoje para um clube recreativo. Para se distrair, se divertir um pouco conversando com os amigos, beber um refrigerante, ouvir uma musica. O bar era um espaço social como outro qualquer e era muito apreciado tanto pelos jovens quanto pelos mais velhos. O povo se aglomerava mesmo nos bares de Alagoinha e era uma festa. (ROCHA, 2017).

A entrevistada Fidelia Rocha aponta como razão para se frequentar o espaço do bar a necessidade de se viver momentos de lazer e sociabilidade e cita o fato de os bares de Alagoinha do Piauí serem “apreciados” e serem bastante frequentados pela população em geral.

Os bares de Alagoinha do Piauí se traduziam em salões modestos, sem muitos requintes. De maneira geral poderiam ser descritos como botequins, espaços bem iluminados, preenchidos pelos acordes melódiosos da jovem guarda e da música brega, onde se comercializava refrigerantes e bebidas alcoólicas.

A primeira dimensão do bar é a dimensão do mesmo enquanto ponto de encontro. Era no Bar, como cita Fidelia Rocha, onde se encontravam os amigos, às vezes parentes e namorados.

Alaide Claudina de Carvalho Rego afirma que “uma hora ou outra se entrava num bar para beber um refrigerante” (CARVALHO REGO, 2017) algo que na atualidade pode ser considerado uma prática banal. Na Alagoinha de meados de 1990, era uma prática marcante. A bebida consumida nas mesas dos bares, fossem alcoólicas ou não, eram as cerejas do bolo da sociabilidade juvenis, visto que regavam os momentos de socialização e mediavam os namoros, uma vez que para galantear uma senhorita, os rapazes tendiam a lhes oferecer um copo de bebida, refrigerante ou cerveja. Portanto, o bar também existia como o espaço da boemia e do flerte.

Fidelia Rocha ainda cita a música como um atrativo presente no bar. Como foi mencionado no tópico sobre a calçada e o rádio, aparelhos de reprodução de música, como o próprio rádio eram raridade por se constituírem como objeto de luxo, que só as famílias abastadas poderiam comprar de modo que a população se aglomerava na casa de quem tivesse rádio. No caso dos bares, o mesmo acontecia porque somente lá poderiam ser encontrados os toca-fitas, as vitrolas onde se tocavam os atraentes discos de vinil, que encantavam os Alagoinhenses pelo fato de só tocarem música e se poder ouvir a mesma música quantas vezes se desejasse, como rememora Jocileia Fialho:

Os bares atraíam a gente porque ofereciam bebida, conversa e música de qualidade. No Rones bar, por exemplo, tinha um toca-fitas e era muito interessante. Quando a gente queria que uma determinada música fosse tocada novamente, Nonato ia lá com uma canetinha e voltava a fita (risos). Mais o mais interessante é que as músicas eram de qualidade. Não era como hoje, onde se verifica uma banalização no funk, músicas erotizadas. As músicas tocadas nos bares tinham letra! Tocava-se muito, por exemplo, músicas de Roberto Carlos, MPB, músicas românticas, Reginaldo Rossi, que é um brega popular, Caetano Veloso, Roberta Miranda. Assim o repertório ia da MPB ao sertanejo. (FIALHO, 2017).

A professora de educação física Jocileia Fialho cita a bebida, a conversa e a musica como as grandes atrações do bar. E a musica é enfatizada e descrita como musica de qualidade, por não serem erotizadas. Para a entrevistada a musica de qualidade são aquelas “que tem letra”, melodia, poesia como a MPB, o brega e o sertanejo.

A entrevista cita o Rones bar, como o espaço principal de suas sociabilidades. Tal bar situa-se na Rua Manoel Policarpo, de frente para o mercado publico, nas proximidades da igreja Matriz. É recorrentemente citado como o bar da alta sociedade, frequentado pela fina flor de Alagoinha do Piauí e das cidades vizinhas.

Além do Rones Bar também se destacam nas memorias dos Alagoinhenses o Pel, Per, Olavo Bar, pertencente ao senhor Nicolau dos Anjos Farias, e mais cinco bares que são identificados pelos nomes de seus proprietários tais como: o bar de nonato (localizado na Rua José Lima) o bar de Ambrozio (situado na esquina da Rua Manoel Policarpio com a Rua José Lima) o bar de Vidal (localizado na Rua Manoel Policarpio) e o bar de Marcos velho (situado na Rua Manoel Policarpo).

Os ditos estabelecimentos se ergueram nas ruas Manoel Policarpio, de frente a igreja de São Joao Batista, por aquele espaço se constituir como o centro da cidade, em virtude da presença do Mercado Publico.

O mercado, era o espaço da feira, era em seu entorno que se espalhavam as banquinhas de camelô e a flanerie das pessoas. Portanto, era o centro social e comercial de Alagoinha do Piauí. Nada mais logico que os bares se concentrassem naquele espaço.

A exceção do Rones bar, considerado o bar da elite, os outros seis bares citados eram frequentados por um publico mais diversificado, como cita o senhor Nicolau dos Anjos Farias:

Todo mundo gostava de frequentar esses bares aqui. Homem mulher fossem casados ou solteiros, jovens, adolescentes, os velhos também gostavam muito. Até o povo da igreja vinha. E o bar lotava. Em tempo de festejo, dos fundos do bar até a calçada tinha gente. Não tinha bebida que desse. E nesse bar todo mundo era igual. O pobre e o rico sentavam nessas mesas, homem e mulher. Mulher que vinha no bar era tão moça quanto as que iam na igreja. (FARIAS, 2017).

Na fala do senhor Nicolau Farias, verifica-se a descrição do publico que frequentava o espaço do bar. O autor da fala como proprietário de um dos bares em estudo, o Pel, Per, Olavo bar, cita a presença de adolescentes que geralmente iam na companhia dos pais, o povo da igreja, isto é, os beatos e os indivíduos que desempenhavam funções na igreja matriz.

O entrevistado cita a presença de pessoas de todas as classes sociais e ainda destaca a presença feminina.

Sobre isso há um fato curioso, nos bares de Alagoinha do Piauí, não se verificava a caracterização do bar como um espaço masculino, impedindo os passos das mulheres. Segundo os entrevistados, as mulheres frequentavam o bar livremente, sem necessitar da proteção atribuída a companhia masculina. Francisca Adriana Rocha faz o seguinte discurso sobre isso:

É bastante curiosos perceber que em Alagoinha, na década de 70, 80, não havia discriminação da mulher. Havia um conservadorismo forte, mas não se impedia que as mulheres frequentasse o bar. Elas entravam mesmo no bar e não eram mal vistas por isso. E era engraçado que nas cidades vizinhas, como Pio IX, Alagoinha era conhecida como o lugar onde as mulheres frequentavam os bares. E para eles isso era escandaloso, embora para os alagoinhenses fosse algo natural. (ROCHA, 2017).

Alguns pormenores na fala de Francisca Adriana Rocha merecem ser analisados. A entrevistada cita que o conservadorismo, era característica forte de Alagoinha do Piauí. De tal forma, evidencia-se que costumes patriarcais estavam presentes na realidade dos Alagoinhenses e cercavam a liberdade feminina. Lá vigorava a ideia da mulher bela, recatada e do lar; o casamento era uma prática compulsória para as mulheres; por conta disso, havia um cuidado muito grande com a honra feminina, onde a honra da família estava impregnada. Por tal motivo a virgindade das meninas tinha que ser preservada, sua imagem de moça de família tinha que ser mantida. A vigília dos namorados nas calçadas das casas era uma medida tomada nesse sentido.

Contudo, as mulheres, casadas e moças (solteiras virgens) frequentavam o bar. A entrevistada cita tal fato como sendo considerado escandaloso para os habitantes das cidades vizinhas. Isso se justifica pelo fato de que em cidades como Pio IX, o bar era considerado um espaço, masculino, espaço de bebedeira, que maculam a imagem das mulheres que os frequentam, as representando como mulheres perdidas, namoradeiras liberais.

As mulheres de Alagoinha do Piauí assumiam uma postura subversiva dessa ordem conservadora, frequentando o bar, bebem na companhia de amigos como se verifica na foto que se segue. Tal postura denota um certo empoderamento subversivo feminino assumido por mulheres que quebravam a ordem social vigente em busca do lazer e da sociabilidade.

A postura subversiva da mulher de Alagoinha contra a ordem conservadora que cerceia sua liberdade e impede seus passos, já foi enunciada nos casamentos rápidos, chamados de “queima”, quando algumas mulheres se casavam sem o consentimento de seus pais com estranhos ou com pretendentes preteridos por sua família. O ato da mulher praticar o espaço do bar é apenas mais uma forma de quebrar a dureza dos costumes.



Raimundo Nonato Lima dos Santos (2016) ao falar do Bar Nós e Elis cita a existência de uma democracia de gênero no espaço do bar. Visto que este seria um espaço onde homens e mulheres se misturavam na prática das sociabilidades. O mesmo se verifica em Alagoinha do Piauí, onde as mulheres, na companhia de amigas e/ou amigos podia se aventurar de um bar para outro, da igreja para o bar de forma natural perante os olhos da sociedade que, embora conservadora, não discriminava o espaço do bar em virtude do caráter puramente social que lhe atribuíam.



Imagem 33: jovens no Pel, per, Olavo bar em 1989.  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Cabe lembrar que, as mulheres podiam entrar no bar, beber, dançar, conversar com suas amigas sem serem estigmatizadas pela sociedade. Contudo havia nos bares um espaço interdito para “moças de família”. Segundo nossas fontes, para não serem estigmatizadas recebendo a alcunha de perdidas, as mulheres não podiam entrar em um espaço chamado de “reservado”, fixado nos fundos dos bares, como destaca Edileusa Carvalho; ao descrever o espaço físico dos bares:

Os bares eram casa antigas com salão, balcão, nos fundos ficava o RESERVADO. O RESERVADO era o espaço destinado aos casais que namoravam de forma mais íntima. Os pais, avôs e mais velhos faziam objeção clara ao uso desse espaço pelos seus filhos. O reservado era um espaço feio, telhado baixo, paredes caindo os rebocos. Cada bar tinha uma radiola, freezer, mesas e cadeiras. (CARVALHO, 2017).

A entrevistada Edileusa Carvalho cita a existência da radiola, freezer, mesas e cadeiras. Os elementos que compunham a parte do bar, onde as mulheres conversavam, bebiam socialmente, ao som de uma boa música com o aval da família e da sociedade. O reservado, enfatizado pela entrevistada, era o espaço proibido às moças. Nesse espaço os casais tinham liberdade para namoros mais acalorados, longe dos olhos vigilantes das famílias. As moças que frequentavam o reservado o faziam como declara Alaide Claudina de Carvalho Rego, “para os pais nem sonhar”, discretamente.

Os bares eram praticados com mais intensidade nos festejos religiosos de Alagoinha do Piauí, quando os habitantes do interior e os parentes dos Alagoinhenses que moravam fora vinham para festejar o padroeiro, como declara o senhor Vidal (informe o nome completo do depoente):

O bar era um lugar muito frequentado. Nas feiras, o pessoal vinha para a rua e ia no bar. Em dias da semana, as pessoas que moravam na rua frequentavam também. Mas, nos festejos a movimentação era maior, muito maior, nem se compara. O bar, dentro dele, lotava do começo ao fim. A calçada, a rua, esse espaço na frente do bar era lotado, se jogasse uma moeda pra cima caía na cabeça das pessoas. (Policarpo, 2017).

Pela fala do senhor Vidal subte-se que o ponto de concentração dos Alagoinhenses eram os bares e suas imitações. Nesse período de festejo, os indivíduos ficavam nos bares até o momento da missa e voltavam para os bares após o término da mesma. A diversão consistia em ouvir música, conversar, dançar e beber.

As atrações mais comuns dos bares, tanto em tempos de festejo, quanto nos fins de semana, eram as serestas, descritas nos seguintes termos por Jocileia Fialho:

As serestas eram as principais festas realizadas em Alagoinha e eram muito apreciadas pela população. Eu gostava muito e ainda hoje gosto. Eram realizadas nas ruas, em frente a algum dos bares, o seresteiro, com seu violão e caixas de som geralmente ficavam em cima de um carro, com a carroceria aberta simulando um palco, sabe? Em frente do bar. As mesas e cadeiras eram espalhadas na rua e se aglomeravam sempre muita gente. Era um tempo muito bom. (FIALHO, 2017).

As serestas eram festas populares, caracterizada pela música ao vivo apresentada pelos seresteiros. Aconteciam em frente aos bares, e não em seu interior, pelo fato de não haver palco montado dentro do bar e o espaço interno ser muito pequeno pra receber uma plateia muito grande, como acontecia sempre que havia serestas. Desse modo o dono do bar dispunha as cadeiras e mesas do lado de fora e ficava encarregado de servir os presentes, visto que era o responsável pela organização da seresta.

Os bares abriam suas portas durante o dia e a noite. Sua arquitetura era simplória, visto que se tratava de casas antigas e ofertavam apenas um espaço onde se podia dançar, quando não estavam lotados, cadeiras e mesas onde se podia sentar para conversar com seus amigos, namorados, bebidas para se molhar a goela ao longo dos diálogos e namoros e vitrolas por meio das quais se podia ouvir os sucessos de artistas de reconhecimento nacional. Contudo seduzia os Alagoinhenses, atraíam público. Sentar na mesa de um bar, degustando bebidas e palavras era o principal divertimento da sociedade Alagoinhense.

A princípio o bar pode surgir como um espaço de bebedeira, frequentado por boêmios. Contudo, segundo Raimundo Nonato Lima Dos Santos (2016), este espaço vai muito além disso. Para este autor o bar é o espaço da conversa descontraída, mas também da conversa séria, do discurso político, das brochuras do cotidiano; é o espaço do flerte, do namoro, da solidão bucólica é o espaço onde mulheres e homens se misturam em função de uma democracia de gênero que se insinua nas mesas do bar, quanto vozes masculinas e femininas se atropelam, dialogam, embora também seja o espaço da reunião particular do “clube do bolinha” e do “clube da Luluzinha”. Santos, explora a dimensão cultural do bar, onde apresentações artísticas são viabilizadas, as emoções e sensações são libertas. Assim ao perambularmos pelos bares de Alagoinha do Piauí, pelos sete bares vizinhos da igreja de São João Batista, pudemos ver as sete notas musicais que compõem a canção dos prazeres citadinos.

#### **4. O SAGRADO E O PROFANO DEBAIXO DO MESMO CÉU: O INÍCIO, MEIO E FIM DOS EMBATES TRAVADOS ENTRE A IGREJA E O BAR.**

Para o homem religioso o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaços qualitativamente diferentes das outras. “Não te aproximes daqui, disse o senhor a Moisés, tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa” (ÊXODO, 3:5). Há portanto um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo, e a outros espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. Mais ainda: para o homem religioso essa não homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real, que existe realmente – e todo o resto, a extensão informe que o cerca. (ELIADE, 1992. p. 17).

O autor Mircea Eliade (1992) concebe o espaço a partir da perspectiva do homem religioso, visto que, para este autor, o homem é religioso por natureza. E nesse sentido o espaço também possui sua dimensão religiosa, sagrada. O espaço não é homogêneo, segundo o referido autor, o espaço existe numa constante oposição entre o sagrado, “a terra santa” e o profano “espaços não sagrados” “amorfos”. O cosmos e o caos, sagrado e profano, coexistiriam e se distinguiriam, segundo Eliade (1992), pela presença e a ausência de leis ordenadoras da vida. Desse modo o cosmos, o mundo sagrado seria aquele onde as ações e a vida humana seria regida pelas regras e pela cosmogonia que provoca a sacralização do espaço. Enquanto o caos seria o espaço marcado pela desordem, pela ausência de princípios limitadores das liberdades e das relações humanas.

Eliade, ainda aponta que o mundo é sagrado e toda terra recém descoberta acaba por se tornar uma terra santa, pois será criada conforme a criação dos Deuses e será socializada. Para este autor, nenhum espaço nasce sagrado, ele torna-se sagrado pela ação do homem religioso, que necessita criar espaços como – portais de comunicação entre a terra e o céu e o faz por meio de rituais cosmogônicos.

Nesse sentido, a Igreja de São João Batista, surge como um exemplo de espaço sagrado, um cosmos, ordenado por princípios católicos, cuja existência é forte perante os demais. Os bares, por sua vez, se constituiriam como porções de espaços amorfos, o caos desordenado.

Em Alagoinha do Piauí, a oposição entre o sagrado e o profano se faz evidente na arquitetura da urbe, onde a igreja matriz se encontra cercada por um quarteirão de bares, representando sagrado e o profano debaixo do mesmo céu, duas instancias que se opõe uma a outra e ao mesmo tempo se cruzam.

Como vimos até aqui, tais espaços se constituíram como importantes espaços de sociabilidades, praticados pela população em seus momentos de lazer, no contexto de uma cidade provinciana, tal qual é descrita a cidade de Alagoinha do Piauí pelos seus autores sociais.

A partir de agora, mergulharemos na pequena lagoa (Alagoinha do Piauí) até chegar ao fundo do lago da felicidade (espaços de sociabilidade) afim de perceber a realidade resultante da coexistência do sagrado e do profano e responder ao ultimo questionamento que nos interpela: existiram conflitos, entre a igreja e o bar? Como se deu o inicio, meio e fim dos embates travados entre tais espaços.

Faremos, para tanto, uma leitura dos conflitos entre os espaços a partir da vozes consonantes e dissonantes daqueles que quase não são ouvidos, personagens marginalizados pela historia como os donos dos bares, membros da igreja e os autores sociais que circulavam entre a igreja e o bar, além de poemas e crônicas produtos dos habitantes de Alagoinha do Piauí.

#### **4.1. Primeiro round: Do copo para o cálice – a relação harmoniosa entre a igreja e o bar**

Se ao céu e a terra fosse indiferente não haveria no céu a estrela do vinho. Nem o vinho brotaria de uma nascente. Ama-lo é pois digno dos Deuses incomparáveis a virtudes do vinho puro ou terno como os homens e o seu coração com três copos conquistamos a felicidade. Mais três copos: temos o universo na mão. (Li Bai século XVIII, apud LINS, 1943, p. 54).

Nos versos acima, há uma exaltação sobre as virtudes do vinho, uma bebida que transita livremente do espaço do bar, onde é consumido, como uma linha de fuga, para o espaço da igreja, onde é consagrado como o sangue de Jesus. Para o autor do poema a bebida, bem como a embriaguez, não são elementos profanos, posto que são “dignos dos deuses” e por conseguinte elementos virtuosos que possibilitariam a conquista da felicidade e do universo, uma vez que, como linha de fuga, a bebida proporcionaria não o entorpecimento dos sentidos, mas a sua libertação, a desterritorialização do sujeito. Ao dizer que no céu há a estrela do vinho, o autor deixa implícita a ideia de que a bebida também faz parte do âmbito sagrado, não se constituindo apenas como um deleite mundano. Ao contrario, o autor do poema equipara as virtudes do vinho ao âmbito dos Deuses e a essência humana, ou seja, um elemento em transito livre entre o cosmos, o sagrado, e o caos, o profano.

Quando voltamos os nossos olhos para Alagoinha do Piauí, até fins de 1970, percebemos a materialização das ideias expressas no poema acima citado, visto que encontramos a bebida e os homens em um trânsito livre entre a igreja e o bar, como se verifica na fala do senhor Francisco Vidal Policarpo:

Nos dias de feira e especialmente em dias de festejo, que o movimento era maior, esse espaço aqui ficava lotado, essas ruas aqui (Rua Manoel Policarpo e José Lima) ficavam cheias de bancas: tinha banca até no patamar da igreja. Ai quando anoitecia isso aqui ficava lotado de gente. Se você levantasse o pé e baixasse de novo já ia pisar no pé de outra pessoa. Ai ficava a multidão de gente, do bar pra igreja. No dia 23, que a missa era no patamar, ficava um monte de gente sentada no patamar, nos bancos da igreja, e como não cabia todo mundo, pegavam as cadeiras aqui dos bares e ficavam sentados no patamar, nas ruas ate as calçadas dos bares pra escutar a missa. (POLICARPO, 2017)

Pela fala do senhor Francisco Vidal Policarpo, verifica-se a perfeita comunhão entre o espaço da igreja de São João Batista e dos sete bares que ficam em seu entorno, visto que um se constituía como a extensão do outro no que concerne a pratica das sociabilidades.

Logo no inicio da sua fala o entrevistado cita os festejos de São João Batista como sendo o principal período de movimentação, no centro comercial e social de Alagoinha do Piauí. Ao fazer referencia as bancas de camelôs que pavimentavam as ruas que circundavam a igreja, o entrevistado cita o patamar, ou adro, da igreja como uma simples extensão da rua, visto que também era utilizado pelos feirantes para que se erguessem as bancas de mercadorias.

Ao rememorar as noites do dia 23 de junho, dia em que a missa era realizada fora da igreja, no adro da mesma, o entrevistado cita os bares como espaços auxiliares e extensivos da igreja matriz, de Alagoinha do Piauí. Auxiliares pelo fato de os fieis buscarem as cadeiras dos bares para se assentarem durante a missa e extensivo porque, em virtude da lotação do adro da igreja, muitos fieis se utilizavam das calçadas dos bares para assistir a missa campal.

A comunhão harmoniosa entre a igreja e o bar também se verifica pelo trânsito livre das pessoas pelos dois espaços. Como se verifica nos relatos dos moradores de Alagoinha do Piauí, a referida urbe possuía espaços de sociabilidade diversos, alguns apropriados por eles e resignificados para a pratica das sociabilidades, como foi o caso da escola Alencar Mota, mas dentre os espaços de sociabilidade, durante o festejo do padroeiro, como evidencia a fala do senhor Francisco Vidal Policarpo, a concentração de pessoas se fazia principalmente no espaço da igreja e dos bares.

Na realidade o próprio festejo do padroeiro de Alagoinha do Piauí, o profeta João Batista, existia como uma comunhão perfeita entre o sagrado e o profano. O dito festejo acontecia durante nove noites, de acordo com o calendário religioso, que realizava as festas dos santos segundo o formato de novenas (nove noites de rituais católicos). O início do novenário se dava no dia 15 do mês de junho – uma data fixa, mantida até a atualidade – e o término do novenário se dava na noite do dia 23.

Ao longo das nove noites a igreja realizava seus rituais sacramentados, como casamentos, crismas, primeira eucaristia, batizados – atividades que acabavam se constituindo como praticas de sociabilidade e findavam por culminar em festas, regadas a musica e a bebida, evidencia de que a festa sagrada findava por desaguar na festa profana, desacralizada, livre dos princípios sacros ordenadores do cosmos.

Contudo, embora o festejo de São João Batista durasse nove noites, apenas a três ultimas noites (noites do dia 21, 22 e 23) apresentavam uma grande movimentação como rememora o senhor Nicolau dos Anjos Farias:

Os festejos do padroeiro durava 9 noites, durante nove noites tinha coisa na igreja. Mas isso aqui lotava mesmo era do dia 21 ao dia 23, tanto de dia quanto de noite, vinha gente de todo lugar pras festas de junho. E lotava o bar. Esses bares aqui faltava não caber o povo. Fora de brincadeira, no dia 23, por causa do leilão, que também a igreja fazia um leilão no fim do festejo, sabe? E lotava, era uma brincadeira muito animada, o negocio do leilão, né? Então juntava muita gente por aqui. (FARIAS, 2017)

O senhor Nicolau dos Anjos Farias da ênfase aos três últimos dias dos festejos, citando- os como os dias mais movimentados do festejo de São João Batista. Durante o dia, a movimentação se dava entorno das bancas de feirantes, montadas nas ruas que contornavam a igreja, o bar e o mercado. A população se reunia e se divertia comprando roupas, calçados e acessórios, a indumentária que usariam nas noites do dia 21, 22 e 23. Os mais abastados, segundo os relatos, compravam, três vestuários, um para cada uma das três noites de festa, os menos afortunados se contentavam em comprar apenas um vestuário para trajar na noite do dia 23, a grande noite da festa.

Ao longo do dia, em meio a constante flanerri dos Alagoinhenses pelas ruas da cidade, passeando e comprando seus trajes, também se verificava grande movimentação nos bares, próximos a igreja matriz. Enquanto, esta, a igreja se mantinha de olhos fechados (leia-se de portas fechadas) os bares entoavam seus acordes pelas ruas, divertindo a multidão, que adentrava o espaço do bar livremente para bebediscar alguma bebida, descansar as pernas das caminhadas, socializar com os amigos.

No cair da noite os bares e a igreja entravam numa harmonia sincronizada e natural para propiciar o máximo de sociabilidade possível para os cidadãos. O jornalista Uriel Marcos de Carvalho, visitando suas memórias juvenis, faz o seguinte relato de uma noite do dia 23 nos festejos de São João Batista.



Imagem 34: Recorte do jornal do planalto, edição de 1991.

Fonte:

O texto acima exposto foi publicado no jornal do planalto, onde o autor do texto atua como jornalista. No referido texto o autor relata que a população de Alagoinha se concentrava nos bares, aguardando a hora da missa e se divertindo. Ao bater do sino, a população, livremente, deixava o espaço do bar e se dirigia em massa para a igreja, num movimento sincronizado e harmonioso, o sagrado e o profano dialogavam sem atritos, numa perfeita comunhão, onde quando um abria suas portas o outro se fechava, como aponta Carvalho em sua crônica, dando evidencia de que tanto o espaço do bar quanto o espaço da igreja era intensamente praticado, visto que o autor cita a lotação dos bares antes da missa dizendo que “no mercado os bares estavam lotados” e posteriormente afirmando que “aquela altura a igreja já era pequena para tanta gente”.



Uriel Marcos de Carvalho cita o esvaziamento das ruas no momento em que o sino batia quando as pessoas iam em massa para a igreja, o que evidencia o trânsito livre de pessoas entre a igreja e o bar, visto que a população saía de um espaço para o outro de forma natural.

Um detalhe importante e curioso é a forma como o autor da crônica se refere a população que participava do leilão. O leilão era uma atividade promovida pela igreja, com a intenção de arrecadar recursos financeiros para a própria instituição religiosa, mesmo assim o autor não chama a população que convergia para o leilão de devotos ou fieis, terminologias do universo religioso, ele se reporta a essa população como “festeiros”, pessoas que buscam festa, de modo que o leilão é sentido e vivido como uma festa profana e não sagrada. Uma festa realizada no patamar da igreja assinala o entrecruzamento do sagrado e do profano como aponta Mircea Eliade

A população por sua vez entrava em sincronia com a dança dos espaços e transitavam da igreja para o bar, sem sofrerem qualquer tipo de estigmatização. O trânsito era livre, e por isso viviam do copo para o cálice, assim como o vinho exaltado no poema do século XVIII, visto que habitavam o espaço do bar, mas seguiam para a igreja quando esta abria as portas, deixando os bares vazios e de portas fechadas, pois até os donos dos bares deixavam seus postos e se retiravam do bar para a igreja, como rememora o senhor Ambrozio Francisco da Silva:

De primeiro era assim, a gente ficava nos bares, de um bar para o outro, bebendo com os amigos, jogando conversa fora até começar a missa. Quando começava a missa ia todo mundo pra igreja, pra rezar, né? e até o dono do bar acompanhava o povo. O povo já até levava as cadeiras dos bares pra sentar na igreja, porque era muita gente e os bancos da igreja eram poucos aí não davam pra todo mundo sentar. Então os bares ficavam vazios mesmo, sem gente, sem cadeira e sem o dono, de porta batida. Quando terminava a missa, voltava todo mundo pros bares de novo e ficava até de manhã. (SILVA, 2017).

O senhor Ambrozio Francisco da Silva, relata o trânsito das pessoas dos bares para a igreja e da igreja para os bares, como um fato comum na realidade do Alagoanhense quando diz “De primeiro era assim”. O autor Daniel Lins, em seu livro *O último copo*, ao tratar das experiências de Gilles Deleuze com o álcool, cita álcool como o construtor de uma “filosofia bailarina”, uma filosofia que flana pelos espaços. Ao analisar o comportamento dos Alagoanhenses e os encontros numa constante flânerie, da igreja para o bar, e vice-versa,

pode-se enquadrar tal comportamento dentro dessa filosofia bailarina, potencializadora do pensamento,

Na crônica e na fala dos personagens citados, há referencia e descrição de leilão que acontecia na noite do dia 23 de junho, como o vento mais ansiado pelos Alagoinhenses. Na crônica, ao citar os itens que eram costumeiramente leiloados, o autor cita a cerveja, leiloadada, arrematada e consumida imediatamente no adro da igreja Matriz São Joao Batista, tal fato surge como um forte indicio de transito livre, não só de pessoas, mas também de praticas sociais, por ambos os espaços, visto que a cerveja é um elemento próprio do espaço do bar, as que se fazia presente no espaço da igreja ao longo de seus rituais.

A bebedeira e o próprio comercio, como é o caso do leilão, são praticas consideradas “profanas” e no entanto eram realizadas no âmbito da igreja de forma livre, o que evidencia a não existência do signo do profano sobre elas, nem sobre o espaço do bar, espaço vivido pela população de forma natural e irrestrita.

O que pode explicar a conversão de práticas sagradas em profanas e o transito livre de pessoas e bebidas entre a igreja e o bar, com o aval da instituição religiosa, é o fator econômico. O festejo do padroeiro, transformado em uma festa profana, trazia lucratividade para os donos dos bares e para a própria igreja. O leilão, em virtude de seu sentido festivo, atraia muita gente, pessoas em busca de beber, comer, socializar, se divertir. Os objetos leiloados eram arrematados por valores altos e isso beneficiava a igreja. Talvez seja esse o motivo que tais práticas eram permitidas e bem vistas pela instituição e pela sociedade. A comunhão entre o sagrado e o profano era “um bom negocio”

De igual modo, dada o caráter puramente social verificado na igreja, espaço para onde se ia com o objetivo de encontrar pessoas e sair de casa, socializar e ate beber no grande leilão, pode-se assinalar que até então tal espaço também não existia debaixo do signo do sagrado, visto que a população não olhava para o templo como espaço sacro, portal de comunicação entre a terra e o céu, mas antes disso o vinham como espaço de sociabilidade, praticando-o como ponto de encontro e até de bebedeira; rememorando o momento de oração, como faz o autor da crônica, mas enfatizando as praticas sociais que ali eram desenvolvidas, de modo que o sentido do festejo religioso acaba sendo o mesmo e principalmente da festa, voltada para diversão e não para a oração.

Cabe destacar que a flanerri dos habitantes de Alagoinha do Piauí, do copo para o cálice, não se restringia a época dos festejos do padroeiro embora este seja o momento de sociabilidade rememorado, mas também nos dias de feira, quando existia a missa e nos festejos dos santos co-padroeiro da igreja, São Francisco e Nossa Senhora do Amparo,

período em que não só os habitantes de Alagoinha, mas também visitantes, oriundos das cidades vizinhas, se juntavam e se punham a flunar de um bar para o outro e da igreja para o bar, tendo em vista o lazer, a diversão.

Como vimos anteriormente, praticas profanas e praticas sagradas coexistiam dentro dos mesmos espaços de maneira intensa e natural sem provocar atritos ou conflitos entre os mesmos, mesmo quando o caráter social se sobrepunha ao caráter religioso da pratica, visto que tais signos (sagrado e profano) não existiam como expressões cujo sentido máximo deveria provocar a prevalência de um em detrimento do outro ou a anuidade do espaço e estigmatização dos indivíduos. Os espaços, tanto da igreja quanto dos bares, eram marcados por seus rituais, mas vividos, principalmente por sua dimensão social, dimensão essa considerada sagrada para o curso da vida urbana, onde o homens e mulheres de diferentes idades e classes executavam a “filosofia bailarina” flinando da igreja para o bar, praticando ambos os espaços da mesma forma, isto é, utilizando-os como ponto de encontro, conversação, flerte, namoro, dança, (como o São Gonçalo, dança de cunho religioso executada do adro da igreja ao som dos mesmos instrumentos que embalavam as serestas feitas nas calçadas dos bares), festa (o leilão feito no adro da igreja se apresentava como um momento festivo) com presença de bebida alcoólica.

A bebida alcoólica, aliais, transitava livremente pelos espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí, em meio aos eventos religiosos, não havia regras que proibisse tal consumo, o que evidencia a in de inexistência do signo de profano sobre ela. Daniel Lins (1992) considera a bebida alcoólica uma criação divina, conhecida e degustada pelos homens há 10 mil anos de forma natural, com a benção de Baco, “o Deus do vinho e da embriaguez sagrada” (LINS. 1992, p. 240).

#### **4. 2. Segundo round: a água e o azeite – a relação conflituosa entre a igreja e o bar.**

O conceito de profano (...) oriundo latim significa o que esta em frente ao templo, que não entra nele, uma definição que especializa as dimensões e institui sua oposição. Além disso, aparece também como o que não pertence ao âmbito do sagrado, o que é estranho, não pertence à religião o que deturpa ou viola a santidade das coisas sagradas; o que não é religioso; é leigo, temporal, secular e o que não tem finalidade religiosa, é mundano. (RESENDE, 2015, p. 13)

Nas palavras da historiadora Luciana Lelis Resende, há uma oposição espacial entre o sagrado e o profano, assim como também aponta Micea Eliade (1992). E nesse sentido o templo religioso, surge como o espaço sagrado e tudo o que esta a sua volta se constitui como,

profano. Duas categorias antagônicas que segundo os ditos autores, não se misturam, visto que o profano não pertenceria ao âmbito do sagrado e não o penetraria. O templo, como lugar sagrado e privilegiado como sendo o espaço rígido pelos Deuses, estar vedado a presença do profano, tudo aquilo que “deturpa e viola a santidade das coisas sagradas” como aponta Resende.

Ao citar o profano como sendo o espaço característico pelo caos, pela ausência do governo divino, Micea Eliade (1992) aponta que esta porção do espaço não tem resistência e nem estrutura forte e significativa como o espaço sagrado. O templo, como espaço privilegiado de poder, teria condições de se fechar, se opor e ordenar o espaço profano.

Como vimos até aqui, embora a cidade de Alagoinha do Piauí exalte o caráter sagrado, em função da presença de um templo, uma estrutura forte, com poder sobre a construção da identidade cívica, o profano se manifestava nos espaços de sociabilidade, até quando este pertencia ao âmbito do sagrado, como é o caso da igreja de São João Batista, e subvertia o sentido tanto do espaço quanto das práticas sociais.

Desse modo a relação harmônica entre a igreja e o bar, apresentada no tópico anterior, dando-se em função da existência dos mesmos como espaços de sociabilidade, livres de signos e restrições, começa a se modificar no início de 1970, com a chegada do padre João Moraes, pároco da paróquia de Patrocínio em Pio IX.

O referido padre atuava em Alagoinha do Piauí, no período em que a mesma se constituía como um povoado da cidade de Pio IX, e em virtude disso, só se dirigia a Alagoinha nos períodos em que ocorriam os festejos religiosos dos santos padroeiros: São João Batista, São Francisco e Nossa Senhora do Amparo.

Em tais ocasiões, principalmente na época dos festejos de São João Batista, a população do povoado tomava o espaço da cidade a fim de vivenciar práticas religiosas, portanto sagradas, e práticas de sociabilidades, portanto profanas. E acabavam por se concentrarem, no espaço da igreja e dos bares onde tais práticas eram mais intensas e livres de qualquer tipo de oposição simbólica. O referido padre, João Moraes, ao se familiarizar com a realidade dos festejos do padroeiro em Alagoinha, vislumbrando a sufocação do festejo religioso, pela prática da festa profana, “violadora e deturpadora das coisas santas” começa a construir uma barreira, visando separar a festa sagrada da festa mundana, como aponta Fidéia Rocha:

O Padre João Moraes, pensava e nos transmitia a seguinte ideia: o festejo do padroeiro, e festejo do santo e portanto deveria assumir e ser recebido pela população apenas como um festejo religioso. Ele não concordava com a

realização de festas nos bares, no período de festejo por causa disso. Aquele momento deveria ser reservado para a oração, adoração ao santo e não para bebedeira, a festa voltada para diversão, não: tinha que ser a festa do padroeiro e só! Onde a gente devia se reunir para rezar e não para vivenciar momentos de lazer. Ele dizia isso pra gente e a gente entendia porque ele era o padre, nosso líder religioso, né? (ROCHA, 2017)

A depoente Fidelity Rocha como uma liderança religiosa engajada no serviço da igreja na ocasião em que ocorreram os fatos narrados, nos serve como porta-voz do passado lembrado, em virtude do falecimento recente (2017) do padre João Morais, personagem citado por nossas fontes.



Imagem 35: Fidelity Rocha e o padre João Morais Sobrinho  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

Segundo a entrevistada, a intenção do Padre João Morais era a de separar a festa sagrada, da festa profana para que na ocasião dos festejos de São João Batista, a população se voltasse apenas para a oração e não para a prática de suas sociabilidades, de modo, a dar visibilidade a igreja com suas práticas religiosas, como os sacramentos e procissões, que estariam tendo seu sentido deturpado pelas práticas sociais e violado pela efervescência dos bares, onde a população se aglomerava antes e depois das missas realizadas pela igreja de São João Batista, do dia 15 ao dia 23 de junho, visto que o sentido do festejo surgia para a população mais como momento de socialização, festa, do que como momento de adoração como se verifica na fala do senhor Ambrozio Francisco da Silva:

O tempo que mais tinha festa nos bares era no tempo das festas de junho. A gente esperava o ano todo pra se divertir nas festas de junho. Trabalhava o ano todo pra comprar uma roupinha nova pra ir pras festas e pense como tinha gente! E o povo ficava reunido ali, naquele meio, entre a igreja e os bar. Assistia ali a missa e ficava ali pelos bares mesmos. Porque o povo queria mesmo era se divertir, beber uma dozinha, arrumar um namoro. Tinha moça que ia pras festas de junho e voltava zangada pra casa, zangada quando não achava um namorado. Não era todo rapaz que elas queria (risos). (SILVA 2017)

A fala do senhor Ambrozio é bastante clara, a população ansiava pelos festejos do padroeiro porque era o período que mais tinha festa nos bares. Veja que o entrevistado nem cita o período de festejo como sendo do padroeiro, ao contrario, o entrevistado cita o dito período como “festas de junho”, termo que não deia transparecer a ideia de festejo religioso, mas explicita existência de um conjunto de festas no mês de junho, festas estas apreciadas pela população em virtude da maior promoção de praticas de sociabilidades, no espaço dos bares.

Em virtude desse fato o Padre João Morais, na condição de liderança religiosa de maior autoridade, assumiu uma postura de enfrentamento com relação aos bares que cercavam a igreja matriz, usando de sua autoridade clerical para impor o fechamento dos bares no período dos festejos, em especial nas noites do dia 21, 22 e 23 momentos principais do festejo do padroeiro, como rememora o senhor Nicolau dos Anjos Farias, dono do bar Pel, Per, Olavo Bar; localizado a esquerda da igreja Matriz de São João Batista:

O padre Morais, não queria que nos abrisse o bar, ne fizesse festa aqui no período dos festejos do padroeiro. Principalmente nos dias 21, 22 e 23, que era o tempo em que... o festejo era mais frequentado, que tinha as principais rezas da igreja e leilão. Então nesse tempo ele mandava as dirigentes da igreja vir aqui, mandar a gente fechar o bar, tanto durante a missa, porque o som do bar acabaria atrapalhando, mas depois da missa também. Ele não queria que os bares abrisse de jeito nenhum, nesses dias ai. Não queria que tivesse festa no bar, só n igreja. (FARIAS, 2017)

Na fala do senhor Nicolau fica elucidada que o Padre João Morais, não queria que os bares se fecharem apenas na hora da missa, mas de preferencia durante tudo o festejo, festejo este que deveria ser reservado apenas para os louvores ao santo padroeiro, restringindo-se apenas ao espaço da igreja. A intenção de fechar a festa do padroeiro dentro da igreja de São João Batista impedindo a realização de festas nos bares manifesta pelo padre, gera conflito, entre este e os donos dos bares que resistiam a ideia de fechar seus estabelecimentos, como rememora Fidelia Rocha:

A postura do padre foi de priorizar a festa religiosa e quando a igreja se posicionou a favor do fechamento dos bares no tempo dos festejos, isso gerou uma situação conflituosa porque nem todos os donos dos bares queriam atender ao pedido do padre. A gente chegou até a fazer reuniões com a comunidade com a intenção de conscientizar as pessoas da necessidade real do fechamento dos bares, mas alguns donos de bar eram irredutíveis, não queriam mesmo fechar. (ROCHA, 2017)

Na fala de Fídelia Rocha (2017) a postura assumida pelos donos dos bares, vai contra as determinações da igreja. Tal postura segundo Francisco Vidal Policarpo, dono de um dos sete bares situados em torno da igreja Matriz, teria uma lógica. Segundo o depoente o período do festejo do padroeiro era o período mais movimentado em Alagoinha do Piauí, por conseguinte era a época de maior movimentação também nos bares e fechar os bares no momento de maior fluxo de pessoas, significava prejuízo para os donos dos estabelecimentos, visto que perderiam a possibilidade de vender suas bebidas.

Desse modo, alguns dos donos dos bares assume uma postura de resistência diante da determinação religiosa, o que resulta em um verdadeiro cabo de guerra. Adriana Rocha rememora os atritos entre a igreja e o bar ao visitar suas lembranças:

Eu lembro que, em virtude de suas posições contrárias, houve um tempo em que se a igreja fosse aberta o bar tinha que se fechar ou quando o bar se abria a igreja se fechava. Por exemplo, eu lembro de um episódio em que, no dia 23, ia ter a missa, a noite, né? dos festejos do padroeiro. Então o padre não queria que fizesse festa, por conta do festejo religioso, sabe? Então ele mandou que os bares fossem fechados. Teve um dono de bar da frente da igreja, que se negou a fechar o bar e que cismou em fazer festa no bar. O padre João Moraes, fechou a igreja e foi embora. Não teve a missa da festa de São João Batista naquele ano. Teve a festa, a missa não. (ROCHA, 2017)

Na fala de Adriana Rocha, verifica-se que, a postura, tanto do padre como dos donos dos bares, existia em função das festas, contudo o padre se mantinha contra o funcionamento dos bares em defesa da festa sagrada, de cunho religioso, visto que o festejo acontecia e louvor do santo padroeiro da cidade. Enquanto que os donos dos bares resistiam aos apelos da igreja católica em defesa da festa profana, que não tinha intenção religiosa, mas social, visto que o período de 15 a 23 de junho já havia se tornado, por tradição, a principal época das sociabilidades Alagoinhenses. A entrevistada aponta como exemplo da situação conflituosa iniciada entre os bares o fato de tais espaços caírem em confronto acessado, onde quando um se abria o outro se fechava. Esse fato já fora verificado anteriormente, contudo há uma diferença: A princípio os bares abriam e se fechavam quando a igreja se abria, cada espaço tinha o seu momento de ser vivido pela população, dentro dos festejos do padroeiro. Contudo,

quando da chegada do padre João Morais, há conflitos pelo fato de o padre, alicerçado pelos dirigentes da igreja, se propor a proibir o funcionamento dos bares, antes, durante e depois da missa, para concentrar o festejo apenas no espaço da igreja, enquanto os donos dos bares, numa postura de resistência e enfrentamento começam a desejar manter seus bares abertos antes, durante e depois da missa para defenderem a lucratividade obtida com a festa profana, isto é, não religiosa. O senhor Nicolau dos Anjos Farias traz o seguinte depoimento sobre essa questão:

A gente sempre respeitou a hora da missa. Sempre que tinha missa na igreja, se fosse no festejo, a gente fechava o bar e ia junto com o povo assistir a missa. Nos dia de feira, quando tinha missa, a gente desligava o som pra não atrapalhar. Mas o Padre João Morais não queria saber de festa ira de jeito nenhum, aqui. Ai tinha dono de bar queria botar festa, nos festejo porque era o tempo que mais vinha gente pra cá, ai se podia ganhar mais um pouquinho com a venda. Ninguém queria ter prejuízo. O prédio da igreja não queria, principalmente no dia 23. Teve uma que o Padre proibiu festa aqui e nonato (dono do bar a frente da igreja) batesse o pé que ia fazer. Ele dizia que ia fazer a festa e não tinha padre que impedisse. Ele fez a festa, o padre não fez a missa. Ai, dias depois, ele foi abrir o espaço do clube, porque o bar dele é assim na frente tem o bar e nos fundos o clube onde ele botava festa. Ele foi abrir o clube depois da festa que o padre tinha proibido e começou a aparecer uns trovão dentro do clube. O povo diz que era o diabo, porque ele tinha desobedecido o padre. Eu sei que ele nunca mais abriu o clube. Com padre ninguém pode ir contra não. Padre é que nem crente, tem parte com Deus. (FARIAS, 2017)

O senhor Nicolau faz alusão ao choque de interesses que envolveu a igreja e o bar, os enfrentamentos entre os dois espaços e ao poder simbólico que a igreja exerce no imaginário dos indivíduos, ao citar o fato de um dono de bar fechar seu clube após aparições demoníacas, tomadas como castigo em função da desobediência as determinações daquele que “tinha parte com Deus”, ou seja, possui um canal de comunicação com o divino. Tal relato já deixa transparecer a ideia de espaço sagrado, como um espaço privilegiado de poder, contra quem não se deve entrar em confronto, visto que tudo que se apresenta naquele espaço pertencia ao âmbito do sagrado, governado por um Deus com poderes supremos sobre os homens.

Nesse momento, e meio aos enfrentamentos ocorridas entre o padre e seus seguidores e os donos dos bares, começa a se erguer uma muralha simbólica entre o espaço do bar e o da igreja, no período dos festejos do padroeiro, em virtude dos interesses contrario que os indivíduos ligados a eles manifestavam com relação aos festejo, interesse estes que começam a separar o que é sagrado (igreja e ritos religiosos) daquilo que não é, que é profano, amorfo, que não entra no templo, que deturpa ou distorce o sentido das praticas e espaços sagrados, o



festejo do padroeiro começa a ser apresentado para os moradores de Alagoinha, a partir da exaltação de seu aspecto religioso com a intenção de sufocar os sentidos opostos que lhe são atribuídos.

### **4.3. Terceiro round: José e Maria no movimento de catequese religiosa.**

E a meu povo ensinarão distinguir entre o santo e o profano e o foram decernir entre o puro e o impuro. (Ezequiel. 44: 23)

Até fins de 1970, a realidade vivenciada pela igreja e o bar, se mostrava tensa, por ocasião dos festejos do padroeiro, momento em que a igreja, sob a liderança do padre João Morais Sobrinho, reclamava pra si o direito de executar, do dia 15 a 23 de junho, apenas o festejo religioso, com essa intenção, o padre e os dirigentes da igreja de São João Batista buscaram o fechamento dos bares nesse período. Por conta dos possíveis lucros que o festejo poderia trazer aos donos de bares, estes se recusaram acatar a vontade do referido padre.

Em 1979, no entanto, o impasse entre a igreja e o bar vai para além dos festejos do padroeiro e invade o cotidiano, isto é, o dia de feira e de semana, visto que a igreja passa a ser aberta com mais frequência, em virtude da chegada de duas lideranças religiosas o padre Giuseppe Illica (chamado pela população de Alagoinha do Piauí de José) e posteriormente em 1983, de Maria Edamalla, uma freira indiana.



Imagem 36: Padre José Ilica e irmã Maria Edamalla em 04.07.1993 no santuário da igreja  
 Fonte: carvalho 2006, p. 424

Cabe ressaltar que em 1979, a igreja de São João Batista se encontrava sob a liderança de padres de diversas paróquias. Contudo é o padre José que acaba se destacando entre eles e ficando como responsável pelos rituais católicos realizados na igreja Matriz, de Alagoinha do Piauí. O referido Padre, assim como João Morais Sobrinho, residia em Pio IX (que em 1979 ainda era sede de Alagoinha e conseqüentemente da paróquia a que a igreja de São João Batista se atrelava) vindo a Alagoinha do Piauí, apenas em ocasiões especiais, como os festejos do padroeiro São João Batista e dos co-padroeiro, São Francisco e em momentos extraordinários.

No entanto a ação da igreja se expande graças a um movimento de catequese religiosa encabeçada por este padre. O movimento do CEBs (Comunidade Eclesiais de Base) que surge com o objetivo de implantar em Alagoinha do Piauí “a teologia da libertação”. Tais comunidades eram lideradas por indivíduos de cada bairro de Alagoinha, geralmente mulheres, que se reunião frequentemente nas casas de sua vizinhança para catequizar a população através das sagradas escrituras; como rememora Maria Francisca dos Anjos Carvalho, dirigente de uma das comunidades de base fundadas no período em questão:

As comunidades de base mudaram a forma da gente fazer os momentos de oração. A gente se reunia com mais frequência, geralmente todo fim de semana, cada vez numa casa diferente, no bairro da gente mesmo. E foi nesse movimento que a gente começou a usar a bíblia, a ler e a refletir a palavra de Deus nas novenas. Eu lembro que tinha gente que fazia era ri da gente, quando a gente tava meditando a palavra de Deus. A gente também fazia dramatização, nos períodos da semana santa, fazia a via sacra. E no final das contas conseguimos converter muita gente. Até aquelas pessoas que riam, muitas delas se converteram e aprenderam a ser igreja, graças a Deus. (CARVALHO, 2017)

A pedagoga Maria Francisca dos Anjos Carvalho cita como fator de transformação religiosa promovida pelos CEBs, a maior frequência dos rituais e a utilização da bíblia em tais momentos, visto que até então tanto as novenas quanto as missas se resumiam a cânticos e ao desenvolvimento dos ritos sagrados, não havendo portanto nem livro nem reflexão sobre a palavra santa, evidenciado na fala da entrevistada pelo estranhamento da população diante do novo modelo de liturgia.

A bíblia, como sendo considerado um livro de revelações divinas, funciona como um instrumento de poder, capaz de moldar comportamentos e ditar padrões sociais. Michelly Perrot em seu livro “Minha Historia das Mulheres” cita que o patriarcalismo e a consequente submissão feminina, encontram legitimidade e sustentação nas palavras da Bíblia que determina o papel e o espaço da mulher na sociedade (respectivamente o tripé mãe-esposadona de casa e o espaço domestico).

Além de mencionar a novidade que era o acesso da comunidade à bíblia, a entrevistada cita a conversão de pessoas por meio do movimento do CEBs, pessoas que teriam aprendido “a ser igreja”. Por igreja se entendia pessoas que eram engajadas no serviço religioso, participando dos movimentos e rituais católicos e se adequando dentro dos princípios morais ditados pela Bíblia.

É por meio desse movimento de catequese que o espaço da igreja passa a ser sacralizado, isto é, dissociado da imagem de espaço de sociabilidade e atrelado a imagem de espaço sagrado, portal de comunicação entre a terra e o céu, como destaca Fidelia Rocha:

O movimento dos CEBs constitui na organização de vários grupos de rua, com o objetivo de intensificar os momentos de oração e organizar a comunidade religiosa. A irmã Maria, quando assumiu, a frente do movimento ela passou a esclarecer os princípios crista pras pessoas, o sentido da palavra de Deus. Porque até então Alagoinha era um lugar bruto mesmo, onde as pessoas não sabiam quase nada, assim, não tinha muita consciência religiosa. E a irmã Maria acabou ajudando muito nesse sentido, de conscientização, não só sobre deveres católicos, mas sobre direitos e,

deveres cidadãos também. As pessoas começaram então a ter mais cuidado com as coisas de Deus. (ROCHA, 2017)

A professora Fidelia Rocha cita o impacto que o movimento de catequese religiosa, instituído pelas comunidades eclesiais de base, exerceu sobre a “consciência” da população de Alagoinha do Piauí. Segundo a entrevistada a dita população começou a “ter mais cuidado com as coisas de Deus”, por ser instruída sobre “princípios católicos”.

A entrevistada cita como principal agente responsável por essa tomada de consciência a Freira Maria Edamalla. Segundo nossas fontes a atuação da indiana foi maior do que a do padre José por uma questão lógica: desde suas chegada, em 1983, a freira se instalou em Alagoinha enquanto o padre José residia em Pio IX, por conseguinte, as principais ações católicas deste período partiram dela como afiança o próprio José Illica:

Na cidade mora uma irmã indiana da congregação das irmãs medicas missionárias, inesquecível, ainda hoje. Ela vivia do jeito que o povo vivia, na maior simplicidade. Morava atrás da igreja, num quartinho muito pobre que também era a sacristia ela ia ao rio lavar roupa e buscar água junto com as mulheres da cidade que conseguiu conquistar aos trabalhos pastorais. Andava a pé no interior dando cursos bíblicos e animando as pessoas na fé e no compromisso comunitário. A maioria das capelas e dos barreiros comunitários foram construídos em mutirão, com a presença da irmã Maria. Quando estava lá eu mesmo participava do trabalho. (ILLICA, 2017)

O padre José Illica faz um retrato da freira como o de uma mulher simples que andava por Alagoinha dando curso bíblico, ou seja, catequisando os Alagoinhenses e aumentando o poder da igreja sobre eles, para tanto a irmã Maria, mobilizou a comunidade para a construção de novas igrejas, localizadas na zona rural, a exemplo da igreja situada em São João e Areia Branca, formou grupos pastorais, a exemplo do grupo de mulheres, a quem o padre faz referência, grupo de jovens (O COCA), de catequese infantil e reformou a igreja de São João Batista duas vezes, com o intuito de crescer o espaço, a fim de ter capacidade para acolher mais fiéis

Nessa época o padre José vinha a Alagoinha uma vez por mês, passava o fim de semana nos povoados e o fim de semana na cidade onde se realizava a missa.

Ambos os personagens, José Illica e Maria Edamalla, tiveram a sua passagem por Alagoinha marcada na memória dos habitantes da referida urbe em virtude das suas bem feitas tanto no âmbito religioso como no âmbito comunitário. A irmã Maria, por exemplo, é lembrada como uma mulher em luta pelos direitos dos mais pobres, sendo a responsável pela construção do salão do sindicato dos trabalhadores e pela organização de bancos de

sementes (Milho, feijão) destinado aos mais pobres para que pudessem desenvolver a agricultura de subsistência.

A religiosidade de Alagoinha, por sua vez, tende a ser dividida entre antes e depois de José Illica e Maria Edamalla, responsáveis pelo processo de catequese e engajamento dos filhos de Alagoinha no serviço da igreja.

Tanto pelo nome quanto pelas ações, os ditos personagens tendem a ser associados a virgem Maria e a José carpinteiro na memória de Alagoinha do Piauí e na poesia que exalta o serviço missionário de evangelização promovida pelos religiosos, como se verifica na parodia da musica Malena, feita por Firmina Arrais em homenagem a Maria Edamalla:

Viste de longe  
Pra cumprir tua missão  
Procurando evangelizar  
A cada irmão.  
E rememorando nova evangelização  
Ensinou-nos a viver como irmãos

Oh, Maria  
Fez de nos outra gente  
Semeou a semente  
Que começa a brotar  
Oh, oh Maria.  
Teu trabalho é tão lindo  
Vamos viver te seguindo  
Queremos sempre te amar

Maria exemplo  
De amor e de bravura  
Alma cheia de ternura  
Que nos encantou  
Queremos ter  
Um pouquinho de você  
Pra não deixar perecer  
O que aqui plantou.  
(ARRAIS, 1994)

No poema acima citado há uma exaltação a pessoa e as ações de evangelização realizada pela irmã Maria em solo Alagoinhense. A autora, com vocábulos saudosistas, enfatiza o desejo em que se façam permanentes os ensinamentos deixados pela freira, responsável pela criação de dez grupos de base no espaço urbano de Alagoinha do Piauí. Em outro poema, escrito por Fidelia Rocha, a freira indiana é citada como “empecilho para alguns”.

No que se refere ao padre José Illica, a poesia preserva a sua imagem como a de um pescador de almas pra Jesus, responsável pela condução do povo de Alagoinha pelo caminho da fé em direção da igreja, como se verifica no poema de Fidelia Rocha:

José é como o sol  
 Nasce, brilha, aquece.  
 E não cobra seu beneficio  
 Minha alegria o compensa,  
 José ainda se parece  
 com aquele grão de mostarda  
 que não exhibe tamanho  
 mas aonde é semeado  
 se torna abrio seguro.  
 José é feito oração  
 Nos lábios a canção  
 No coração uma prece.  
 No peito a esperança.  
 José é menino, é adulto.  
 José é jovem, é ancião.  
     José simplesmente é santo  
 Mas quem é esse Jose?  
 Não é o de Nazaré  
 È o Jose Illica  
 Que me ajudou a erguer  
 O estandarte da fé (ROCHA, 2007, p... 161-162)

O referido poema, embora tenha sido publicado em 2007, fora escrito em 1987 por ocasião da partida do padre Illica de Alagoinha.

Em suma, estes personagens ganharam destaque na memoria dos moradores de Alagoinha em virtude do movimento de catequese religiosa que executaram na urbe, fazendo uso da bíblia para condicionar o comportamento dos cidadãos ao determinismo da igreja católica, higienizando as praticas sociais no âmbito da igreja e promovendo uma separação simbólica entre o sagrado e o profano por meio de propagação de um discurso que privilegiava a igreja em detrimento dos bares, associados pelos religiosos a lugares de perdição, fato evidenciado na fala do padre José Illica quando este afirmar se preocupar “com o que acontecia nos bares, embriaguez, prostituição, musica muito alta” (ILLICA, 2017) e nos discursos atribuídos a Maria Edamalla que descriminavam o bar por não os considerar “espaços sadios para jovens, mulheres e homens de bem”. (ROCHA, 2017).

#### **4.4. Quarto round: a igreja, a praça São Francisco e o esvaziamento dos bares**

Nossas fontes relatam que além de intensificar as praticas religiosa e a catequese dos habitantes de Alagoinha, a irmã Maria também assumiu uma postura contra os bares e contra.

o uso da igreja bem como de suas imediações para praticas de sociabilidade e comercio, como rememora Fidelia Rocha:

A irmã Maria, sobre os bares, ela transmitia a ideia de que não eram espaço sadios porque eram espaços de bebedeira e portanto não eram espaços adequados para a juventude, as mulheres, os homens de bem e ela tentava tirar a população do bar por meio da conscientização. Tanto que criou um grupo de jovens para tira-los dos bares, os bares também em dias de feira e em festejo acabava prejudicando a igreja porque o som era alto, então a gente sempre pedia para desligar. E, por causa dos bares, aquelas ruas perto da igreja se enchiam d bancas, às vezes a bancas subiam no patamar da igreja e atrapalhava porque as pessoas acabavam se envolvendo com aquilo. Então a irmã chegou a isolar as ruas da igreja, pra não colocarem bancas ali. (ROCHA, 2017)

Há na fala da entrevistada a associação, feita pela irmã Maria do espaço do bar com lugares de perdição, improprias para a pratica de sociabilidades sadias. A entrevistada cita a criação de grupos, como o grupo de jovens, criados com a intenção de esvaziar o bar da presença desse segmento.

O isolamento das ruas no período dos festejos surge como evidencia do desejo da igreja de afastar de si aquilo que não pertencia ao âmbito do sagrado, como o comercio e assim promover a separação das praticas sagradas e profanas.

No que concerne ao grupo de jovens, criado com o intuito de tirar os jovens do bar, cabe ressaltar que foi responsável por um conjunto de ações que visavam entreter o jovem, proporcionando-lhes espaços “sadios” para a pratica da oração e das sociabilidades como rememora Adriana Rocha:

Quando o grupo de jovens seguir, a juventude se sentiu acolhida pela igreja. A irmã Maria se preocupava e gostava muito dos jovens. Se ela encontrasse um jovem tarde da noite na rua ela pegava pela mão e ia deixar na casa do pai. Então quando surgiu o COCA foi bom pra gente porque a gente tinha pra onde ir. Os encontros aconteciam no fim de semana, no sábado. E tinha o momento da oração e o momento de uma dinâmica. A igreja também realizava eventos voltados para a juventude. Tinham eventos eu duravam uma semana e todo dia tinha uma atividade pra gente fazer. Tinha o momento da missão (a gente ia de casa em casa fazer momento de oração), o momento da espiritualidade, na igreja e o momento da sociabilidade, uma confraternização, entre os jovens. (ROCHA, 2017)

Adriana Rocha cita eventos realizados pela igreja para entreter o jovem e tira-los do espaço do bar, um exemplo desses eventos é a semanas da juventude. Contudo pode-se citar outro evento promovido pela igreja com intenção de promover ao jovem um momento de diversão “sadia” fora do espaço do bar, o primeiro aniversario da cidade, em alusão ao 8º

aniversário de emancipação política-administrativa, realizado em 1994 no adro da igreja Matriz São João Batista. O referido evento foi marcado por apresentações culturais, como peças teatrais e recital de poemas. Foi nessa ocasião que o hino municipal foi escrito e apresentado pela primeira vez para os cidadãos, pela professora e poetisa Fídelia Rocha, então coordenadora do grupo de jovens Cristo Olha com Amor (o COCA). O evento culminou com um lanche comunitário.

A realização do referido evento no adro da igreja se deu pela inexistência de uma praça, espaço público onde se pudesse organizar a comemoração. Até então era o próprio adro da igreja que era utilizado, a partir de uma resignificação, como a praça da cidade, onde as pessoas se reuniam para conversar e até namorar.

Em face desse fato ainda no ano de 1994, na segunda administração do prefeito Braz José Neto, a igreja mobiliza a população, em conjunto com a prefeitura de Alagoinha do Piauí, para a construção de uma praça para a referida urbe, como consta no relato de Fídelia Rocha:

A gente se organizou e viu a necessidade de um espaço mais sadio tanto para os jovens, como para as famílias. Uma praça era o espaço ideal para as pessoas conversarem, se encontrarem. Para as famílias de todo geral. Então Braz Neto, o então prefeito, também já vinha com a ideia de construir uma praça aqui. Então a população foi mobilizada, cada família doou um banco, e a Praça São Francisco foi construída. (ROCHA, 2017)

A entrevistada cita a Praça São Francisco como o lugar ideal para a prática de sociabilidade de jovens e das famílias em geral. Além disso, cita a atuação de duas entidades no movimento de mobilização popular em prol da sua construção: a prefeitura e a igreja católica de Alagoinha do Piauí. Assim, segundo nossas fontes, a construção da Praça São Francisco teve dois sentidos principais: o primeiro sentido, atribuído pela administração pública, era o de embelezamento, “pensavam em construir um lugar bonito na cidade”, diz Adriana Rocha (2017), um lugar que atraísse pela beleza de sua arquitetura, para tanto se construiu uma praça arborizada, cheia de canteiros floridos, nos moldes das praças das cidades vizinhas.



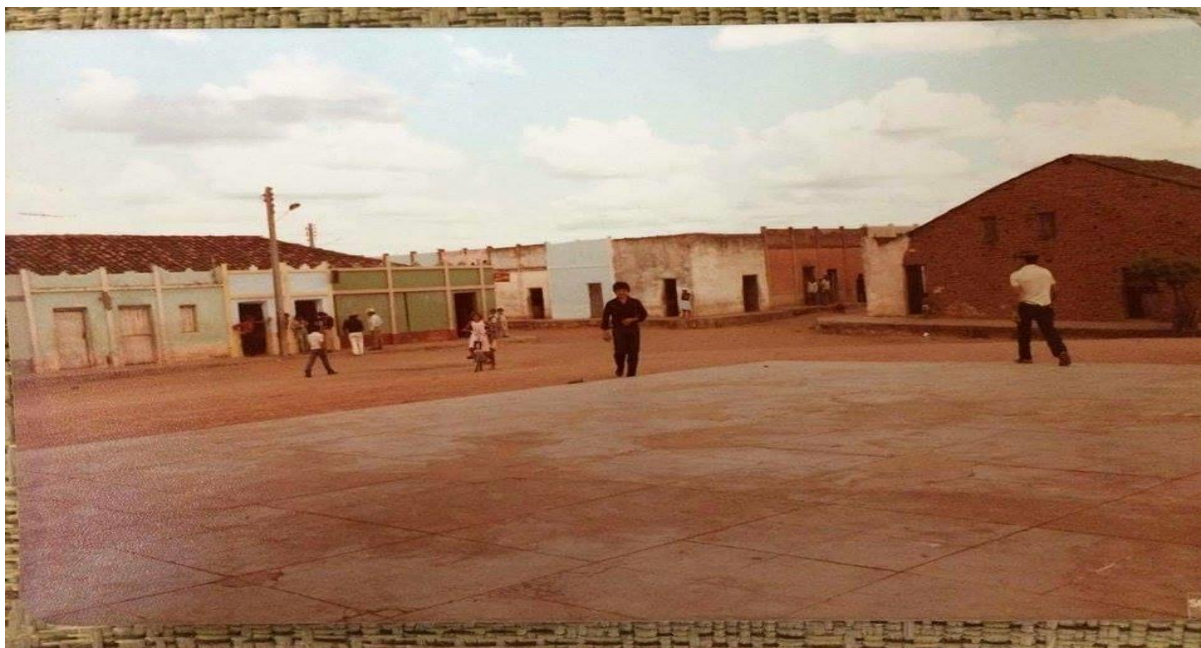


Imagem 37: construção da Praça São Francisco  
Fonte: Acervo pessoal de Regivalda Sousa

O segundo sentido da praça, foi atribuído pela igreja, e consistia na ideia de espaço sadio, familiar para a prática de sociabilidades cotidianas, como se evidencia na fala de Fídelia Rocha, um espaço para onde jovens e “pessoas de bem” pudessem se dirigir depois que a missa terminasse nos festejos, nos domingos, fins de semana.



Imagem 38: jovens em passeio na Praça São Francisco  
Fonte: acervo pessoal de Regivalda Sousa

A entrevistada destaca a participação do povo na construção da praça com a doação de bancos. Cabe ressaltar que apenas as famílias abastardas, lideranças políticas e religiosas compunham a massa de indivíduos envolvidos na construção da praça. Como se verifica a partir dos nomes gravados nos bancos da Praça São Francisco.

O local de construção da Praça São Francisco chama a atenção, pois se localiza distante da igreja, em uma extremidade do mercado que após o surgimento da Praça, começou a se construir como a porta da frente do mercado público. Esse fato acabou por mudar a configuração das ruas, visto que aquelas que circundam a igreja, na porção que fica de frente para os bares (Rua Manuel Policarpio e José Lima) foram esvaziadas como rememora o senhor Francisco Vidal Policarpio:

A construção da praça mudou a feira, o festejo porque antes o povo e as bancas ficavam concentradas nessas ruas aqui (aponta para a José Lima e Manuel Policarpio). Tinha uma banca atrás da outra aqui e gente pra todo lado. Quando inventaram a praça mudou tudo pra lá. A freira começou a ser montada ao redor da praça, ali na avenida (Av. 09 de Abril) e na José Lima até a esquina do mercado. Esse espaço aqui, na frente do bar e da igreja não era mais usado pra montar banca não. E o povo que vivia circundando por essas ruas aqui, passou a andar por lá também. (POLICARPIO, 2017)

O senhor Francisco Vidal, dono de um dos bares que ladeiam a igreja até meados de 1990, cita a Praça São Francisco como um ímã, cujo magnetismo foi tão forte ao ponto de atrair a freira e os passos humanos para seu entorno, tirando o próprio mercado público do centro comercial e social de Alagoinha do Piauí, esvaziando as ruas e afastando o povo das sociabilidades Alagoanhenses da igreja de São João Batista.

A partir do advento da Praça São Francisco, novos estabelecimentos comerciais começaram a surgir em seu entorno, o mesmo aconteceu com os espaços de sociabilidade, novos bares começaram a aparecer, a exemplo do bar da juventude, localizado de frente a Praça São Francisco, existindo ao lado desta como o novo point.

Os bares localizados ao lado da igreja, sete bares, lembrados pelos nomes de seus proprietários, cobertos pelo discurso católico como sendo espaço de perdição, situados fora do âmbito sagrado e portanto profanados ao longo da implantação da teologia da libertação, com o advento da praça São Francisco, também foram esvaziados da presença dos jovens, das mulheres, das famílias, dos “homens de bem”, como relata o dono do Pel, per, Olavo bar o senhor Nicolau dos Anjos Farias:

Pra dizer a verdade quando a praça foi construída, mudou tudo por aqui. Antes o povo ia pra igreja e voltava aqui pras esses bar daqui. Faltava era não caber o povo. Tanto que ficava gente pelas calçadas, nas missas que botava na rua, no patamar. Tanto nos festejos como nos fins de semana. Nos abria o bar em dia de semana e o povo vinha pra cá. Depois da praça acabou. O povo sai da igreja, num passa nem pela calçada, vai direto da praça. Nenhum jovem entra mais aqui. Nos fica aqui com o bar aberto, na semana, fins de semana, nas festas, mas nós fica é só. Abro porque o ponto é meu, mas o povo vai é sentar na praça e ficar nos bares que tem lá perto. Nos festejos mesmo, eu mesmo fecho meu bar e vou pra praça pra não ficar sozinho (risos) (FARIAS, 2017)

O senhor Nicolau dos Anjos Farias, relaciona o esvaziamento dos bares ao surgimento da Praça São Francisco. Segundo o entrevistado a construção da mesma contribuiu para a saída dos jovens, das mulheres do espaço do bar. Contudo, tais espaços continuaram abertos, não como os principais espaços de sociabilidade, como o entrevistado as pessoas, homens, mulheres, jovens, saem da igreja e já não passam nem pela calçada. Cinco dos bares estudados e virtude de seu esvaziamento acabaram sendo fechados na primeira década do ano 2000. Apenas dois, o de propriedade do senhor Nicolau dos Anjos Farias e do senhor Nonato, este já falecido, deixou o bar sob os cuidados do filho. Os demais foram transformados em estabelecimentos comerciais. A partir do ano 2010, novos bares foram abertos sob os cinco já abandonados, mas a movimentação de pessoas é insignificante se comparada a efervescência dos idos de 1970, como relata o senhor Nicolau dos Anjos Farias:

O movimento de hoje nem se compara com o de antigamente. Antes uma caixa de bebida se esvaziava nas primeiras horas da feira. Hoje passa quatro, cinco feira e ainda tem. O povo que vem no bar é pouco. Nos domingos tem uns velhos que vem. A gente bota os nonatos pra cantar e eles dançam ai. Não é como antes. Nem imita. (Farias, 2017)

No imaginário dos cidadãos, os bares que ladeiam a igreja – após o movimento de catequese religiosa e a construção da Praça São Francisco – passaram a ser representados de forma pejorativa como espaços ocupados por bêbados e mulheres desajuizadas como cita Fidelity Rocha:

Aqueles bares já não são mais sociais. Só entra ali mesmo aqueles homens que gostam de cachaça e aquelas mulheres... como se diz... desajuizadas. Você vê que são geralmente pessoas sem estrutura, sem estudo. Aquelas mulheres aproveitadoras. As pessoas que tem mais alguma instrução, tanto rapaz, quanto moça procuram lugares mais sadios. (ROCHA, 2017)

A fala de Fidelity Rocha é representativa da imagem tecida sobre os bares que cercam a igreja matriz, construída em função de um discurso de cunho religioso. Michel de Certeau

elucida que a partir do momento em que um determinado discurso é estabelecido sobre um espaço, tal discurso provoca o desvio dos passos, impedi que os passos humanos alcancem o espaço marcado pelo signo, tal qual ocorre com uma casa citada como mal assombrada, visto que os indivíduos tendem a se afastar, evitar entrar, passar por longe.

Tal situação é verificada sobre os bares que cercam a igreja de São Joao Batista, evidenciada na fala do senhor, Nicolau dos Anjos Farias, quando este relata que “não passavam nem pela calçada”, endossado por Fidelia Rocha que pensa aqueles bares como lugar de bêbados, mulheres desajuizadas e aproveitadoras e de pessoas de pouca instrução. Um sino profano que paira sobre os bares de Alagoinha do Piauí.

Cabe ressaltar que este signo profano não foi lançado sobre todos os bares da cidade de Alagoinha do Piaui, mas somente sobre os sete bares que ladeiam a igreja de São João Batista, visto que os demais bares da cidade, incluindo aqueles que ficam nas imediações da Praça São Francisco, como o Bar da Juventude, continuaram a ser frequentados e continuam o sendo ate os dias atuais.

A partir desse processo de sacralização da igreja e profanação dos sete bares que ficam em seu entorno, o espaço do bar se multiplicou e se espalhou pela cidade, longe da igreja. Os bares da igreja Matriz, como são identificados, se esvaziaram e a igreja se higienizou, o leilão perdeu o sentido de festa profana e o numero de frequentadores diminuiu, como aponta o senhor Luiz Marcos de Carvalho:

Hoje em dia esta tudo diferente, os festejos não são mais como antes De primeiro, no tempo nosso, o bar lotava, a igreja lotava, essas ruas daqui ficavam abarrotadas de gente. Mas o povo se afastou daqui Muitos, no festejo de São João Batista, não vem mais nem pra missa A igreja só recebe um pouco mais de gente no dia 23 E o povo nem fica mais para o leilão Só o povo da igreja mesmo. (CARVALHO, 2017).

A fala do senhor Luiz Marcos de Carvalho, dono de um dos bares que se localizavam do lado da igreja e que fecharam, traz um fato interessante: com a separação da festa profana do festejo religioso e o afastamento das sociabilidades da igreja, a instituição religiosa também sofreu um esvaziamento simbólico, verificado na diminuição do publico nas missas e no leilão. O entrevistado aponta que a tradição do festejo do padroeiro continua, mas a festa profana, que passou a ser feita longe da igreja, tem suplantado o festejo religioso “muita gente não vai nem pra missa”. Essa realidade também foi verificada nos fins de semana, momentos destinado a pratica das sociabilidades, onde tanto a igreja quanto os bares que a cercam passaram a ser frequentados por poucas pessoas. O grupo insignificante que continuou a

frequentar tais bares foi estigmatizado de “bêbados” e aquele que continuou a frequentar a igreja recebeu o estigma de “povo da igreja”. Grupos dissidentes da população que deixou de frequentar ambos os espaços, que ao fim de seus embates deixaram de ser os principais espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao folarmos as paginas de Alagoinha do Piauí, escritas por seus atores sócias em suas caminhadas pela cidade, percebemos as muitas faces que possui uma pequena urbe, quando representada pelas vozes consonantes e dissonantes de seus moradores

Em um primeiro momento, vimos como o retrato de Alagoinha do Piauí, foi construído ao longo das décadas estudadas. Verificou-se que com o intuito de dar legitimidade ao movimento emancipacionista e forjar uma identidade que irmanasse os moradores de Alagoinha do Piaui, os literatos e políticos construíram um discurso de cidade atrativa, usando de um ufanismo exagerado pintando a terra de Alagoinha do Piaui como a terra prometida, rica em fertilidade, beleza e arte.

A cada nova página lida verificamos um novo discurso que se impunha sobre a cidade, de acordo com sua condição política. O povoado pobre é sempre apontado em face da cidade rica. Verificou-se o exagero presente em ambas as representações, utilizado justamente para enaltecer não as maravilhas conquistadas pela cidade independente, mas sim para endeusar a figura dos políticos, citados como os grandes responsáveis pelo suposto “milagre econômico” realizado após a emancipação.

Quando se refere ao povo, a massa pobre e iletrada que formava a maioria da população, percebemos que foram excluídos do retrato poético tecido sobre a cidade independente. O povo só é citado com o intuito de configurar a imagem dos “miseráveis” habitantes de um povoado abandonado pelo poder público concentrado no município de Pio I.

Verificou-se divergências sobre a participação do povo no movimento emancipacionista. Nos poemas e crônicas escritos até o ano 2000, o movimento é descrito como um movimento elitista, nascido nos gabinetes dos políticos e abastados de Alagoinha, movido pelo jogo político e os interesses de poder.

A partir de 2006 o povo é citado como sendo uma população unida em prol do sonho de liberdade. Nessa nova leitura do movimento emancipacionista o povo ganha destaque. Contudo ao analisar a forma como se deu a participação popular, percebemos que a mesma não foi expressiva. O povo de Alagoinha do Piaui apenas votou no plebiscito, após serem aliciados pelos políticos com promessas de progresso e melhores condições de vida. Assim se percebe que tanto o movimento emancipacionista, quanto o discurso feito sobre ele e o retrato ufanista que exacerba a ideia de progresso parte da elite local. Os autores dos poemas falam do alpendre da casa grande, afim de legitimar a luta e o sentimento de pertencimento a cidade.

Quando voltamos os nossos olhos para as paginas poéticas de Alagoinha do Piauí, também foi possível verificar a construção de uma “cidade de “Deus” que se sobrepõe e apaga a luz que incendeia a “cidade dos Homens””.

Em meio aos poemas vislumbramos inúmeros versos sobre a igreja de São João Batista e apenas um verso que tratava, enunciava, a presença desafiadora dos bares.

Mergulhamos no “lago da felicidade” afim de quebrar esse silêncio e nos deparamos com uma sequencia de espaços de sociabilidade densamente praticados pelos moradores de Alagoinha Do Piauí. Entre tais espaços a igreja e o bar ganham destaque como espaços para onde se vai com os mesmos objetivos: conversar, flertar, encontrar pessoas, se divertir e ate beber. Não há ate então nenhuma separação entre sagrado e profano. Tudo é sagrado para a pratica da sociabilidade e para o capital da igreja, do bar e do próprio povoado, em ocasiões como os festejos do padroeiro.

A briga entre a igreja e o bar é fruto de um discurso de cunho religiosa que tem por objetivo separar a festa sagrada da festa profana e posteriormente afastar os bares das imediações da igreja.

Em nossa leitura sobre as pedras verificamos que os bares vizinhos a igreja matriz acabaram se esvaziando, mas a separação do sagrado e do profano culminou por provocar um esvaziamento simbólico da igreja, verificado a diminuição das pessoas nesse espaço ate em épocas de festejo. Esse fato nos leva a concluir que o sagrado e o profano são sinos opostos, mas complementares, visto que um existe em função do outro.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo. Companhia das letras. 1986
- ARRAIS, Maria Firmina. **O rio de minha terra**. In: Rastros. Teresina: Rima, 2011. ARRAIS, Maria Firmina. **Maria**. In: resumo da historia da Igreja de São João Batista. Alagoinha Do Piauí, 1994.
- ALMONDES, José Rufino; ROCHA, Maria Fidelia. **Ao Aniversário de Alagoinha. 1999 in: CARVALHO, Uriel Marcos de. Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí: história documental. (1792-2006) Alagoinha do Piauí- PI/ Brasília – DF, 2006.**
- BOSI, Ecléa. **Memoria e sociedade: lembranças de velho**. 3. Ed. São Paulo companhia das letras 1994.
- BORGES, João Carlos de Freitas; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. **CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE INDESEJADA: a cultura letrada e o malogro da piauiensidade**.
- BENJAM, Walter. O flaneur. In: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Trad. Jose Martins Barbosa e Hermeson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRITO, Adão das Chagas. **Homenagem a Alagoinha do Piauí**, Alagoinha 2000. (Texto digitado por Belmira Sá) in: CARVALHO, Uriel Marcos de. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí: história documental. (1792-2006) Alagoinha do Piauí- PI/ Brasília-DF, 2006.**
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, Uriel Marcos de. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí: história documental. (1792-2006) Alagoinha do Piauí- PI/ Brasília-DF, 2006.**
- CARVALHO REGO, Alaide Claudina de. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 110 de setembro de 2017.
- CARVALHO, Luiz Marcos. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 05 de setembro de 2017.
- CARVALHO, Maria Francisca dos Anjos. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 13 de setembro de 2017.
- CARVALHO, Edileusa. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 13 de setembro de 2017.
- CAVALCANTE, Antônio João. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 13 de setembro de 2017.
- CERTEAU, Michel de. **Caminhadas pela cidade**. In: A invenção do cotidiano. 1. Antes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008
- CORÇÃO, Mariana. **O folclórico Bar Palácio e os tempos da memória gustativa**. In: S/eculum – Revista de História (23): João Pessoa, Jul./ dez. 2010, p. 61 – 74. Disponível em: <<http://periódicos ufpb.br/index.php/srh/article/download>. > acesso em 20 de abril de 2017



CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo; Atica, 2000.p. 7-35

COSTA FILHO, alcebiades. Atividades econômicas e sociedade. In: **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)**. Teresina; Fundação cultura Monsenhor Chaves, 2006.p. 23-72.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autentica 2006. ( coleção: leitura, escrita e oralidade)

Eliade, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

FARIAS, Nicolau dos anjos. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 5 de setembro de 2017  
FREITAS, Sônia Maria de. **Historia oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: humanistas; FFLCH; USP; imprensa oficial do estado. 2002

FIALHO, Maria Jocileia. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 10 de setembro de 2017. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006.

ILLICA, Giusep Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 13 de setembro de 2017.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória** – 5 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LINS, Daniel Soares. **O ultimo copo, álcool, literatura, filosofia**. Rio de Janeiro; civilização Brasileira, 2013.

MORAIS, Vinicius Macho e femea os criou In: o dia da criação. Rio de Janeiro, 196  
NASCIMENTO. Francisco Samuel. Alagoinha do Piaui in: NASCIMENTO, Francisco Samuel. Poesias de quintal. Teresina, PI. Editora Rima 2016.

MOURAO, Ada Raquel Teixeira. As calças a partir de um aporte pisico-ambiental. usos, significados e apropriação do espaço publico. Tese doutoral pela Universidade de Barcelona. Barcelona, 2014

NETO, Torquato. Bilhetinho sem maiores consequências. In: últimos dias de pauparia. Org: Ana Maria Silva Duarte e Wali Salomão. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1984.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto história: Revista do programa de estudos de pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Elene da Costa; OLIVEIRA, Elane da Costa. A arte de bem morrer. Maranhão. 2011

OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de. **A Geografia dos desejos: cidade, lazer, gênero e sociabilidades em Picos na década de 1960**. Monografia. Universidade Federal do Piauí, Picos: 2011.

PERROT, Michelle. Minha Historia das mulheres. Tr Angela M. S. Correa. São Paulo: contexto, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatany. **Cidades visíveis, cidades sensíveis e cidades imaginárias**. Rev. Bras. Hist. São Paulo. v. 27. n. 53 de junho de 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pib](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pib)> Acesso em: 20 de abril de 2017

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos. Rio de Janeiro. V. 5, n.10, 1992, p. 200-212

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos. Rio de Janeiro. v. 2. n. 03, 1989, p. 3-15.

POLICARPO, Francisco Vidal Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 5 de setembro de 2017

REDUZINO, José de Jesus. **“ROQUE MOREIRA E SEU GOSTO NA BERLINDA: uma análise da cultura popular na rádio pioneira de Teresina no período 1970-1990”**

disponível em:

[http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488745925\\_ARQUIVO\\_A](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488745925_ARQUIVO_A)

RTIGOSEUGOSTONABERLINDAPARASIMPOSITEMATICODEHISTORIA.pdf)

ROCHA, Bibiana do Amparo. **EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM ALAGOINHA DO PIAUÍ NA DÉCADA DE 1980**. Picos, PI: UFPI, 2015. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

ROCHA, Francisca Adriana. **Depoimento concedido a Regivalda Raimunda de Sousa**. Alagoinha do Piauí, 07 maio 2017.

ROCHA, Maria Fídelia. **Depoimento concedido a Regivalda Raimunda de Sousa**. Alagoinha do Piauí, 09 maio 2017.

ROCHA, Maria Fídelia. Hino do Jubileu. Alagoinha do Piauí. 2016.

ROCHA, Maria Fídelia. Recados. Teresina, PI. Editora Rima 2007.

ROCHA, Maria Fídelia. Hino de Alagoinha do Piauí in: ROCHA, Maria Fídelia. Recados. Teresina, PI. Editora Rima 2007

ROCHA, Maria Fídelia. Piranhas do meu tempo in: ROCHA, Maria Fídelia. Recados. Teresina, PI. Editora Rima 2007

ROCHA, Maria Fídelia Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 15 de maio de 2017.

ROCHA, Maria Fídelia. **Meu tempo em piranhas**. In Recados. Teresina: Rima, 2007.

ROCHA, Maria Fídelia. **José**. In: Recados Teresina: Rima, 2007.

ROCHA, Maria Lucimar da. **Caminhadas pela cidade: um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e emancipação Política de Alagoinha do Piauí**: Picos, PI: UFPI, 2014. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

ROCHA, Francisca Adriana. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 13 de maio de 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1995. (coleção primeiros passos: 2003)

SANTOS, Raimundo Nonato Lima. **Praticando espaços, entre acordos, letras e mascaras: História, memória e sociabilidade em espaços culturais de Teresina na década de 1980 e 1990**. Tese de doutoramento – Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

SILVA, Ambrósio Francisco. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 10 de novembro de 2017.

SILVA, Maria Francisca. Alagoinha do Piauí crescendo com seu povo. Alagoinha do Piauí, 2016.

SOUSA, José Custodio. Alagoinha do Piauí. 1999 In: CARVALHO, Uriel Marcos de. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí: história documental**. (1792-2006) Alagoinha do Piauí- PI/ Brasília-DF, 2006.

: SOUSA, Regivalda O Olho da estrela. Teresina, PI. Editora Rima 2016

SOUSA, Regivalda. A lagoa. In: SOUSA, Regivalda O Olho da estrela. Teresina, PI. Editora Rima 2016

SOUSA, Regivalda Minha cidade In: SOUSA, Regivalda O olho da estrela. Teresina-PI Editora Rima 2016

SOUSA, Regivalda Curiosidade In: SOUSA, Regivalda O olho da estrela. Teresina-PI. Editora Rima 2016

SOUSA, Regivalda Noite de São João In: SOUSA, Regivalda O olho da estrela. Teresina-PI. Editora Rima 2016

SOUSA, Elisio Joaquim. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 19 de novembro de 2017.

SOUSA, Maria Francisca de. Entrevista concedida a Regivalda Raimunda de Sousa em 19 de novembro de 2017.

YOUNG, Eric Van. **“Revoluções e comunidades imaginados no México 1810 – 1891”**. In: nacionalismo no novo mundo. A formação de estados Nação no século XIX. Editora Record: Rio de Janeiro/ São Paulo 2008, pp. 267



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- Tese  
 Dissertação  
 Monografia  
 Artigo

Eu, **Regivalda Raimunda de Sousa**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **ENTRE A IGREJA E O BAR: Uma leitura, sob o signo do sagrado e do profano, dos espaços de sociabilidade de Alagoinha do Piauí – PI, da década de 1970 a 1990**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 18 de abril de 2018.

Regivalda Raimunda de Sousa  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Assinatura